



**GABRIELA DA SILVA MIRANDA**

# **RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS À COLETIVIDADE**



**E SUA APLICABILIDADE AOS CASOS DE  
VIOLAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL EM  
TEMPOS DE PANDEMIA**



---

**A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS À COLETIVIDADE E SUA  
APLICABILIDADE AOS CASOS DE VIOLAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL EM  
TEMPOS DE PANDEMIA**

---



**GABRIELA DA SILVA MIRANDA**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS À COLETIVIDADE E SUA  
APLICABILIDADE AOS CASOS DE VIOLAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL EM  
TEMPOS DE PANDEMIA**

1ª Edição

Quipá Editora  
2021

© 2021 por Gabriela da Silva Miranda. Todos os direitos reservados.

O conteúdo desta obra, bem como seus dados, forma, correção e confiabilidade são de exclusiva responsabilidade da autora. Devem ser atribuídos os devidos créditos autorais.

Este o livro é fruto da monografia da autora, Gabriela da Silva Miranda, apresentada à Faculdade CNEC Santo Ângelo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito, sob a orientação da professora Ma. Pâmela Copetti Ghisleni, em outubro de 2021.

Normalização e revisão: Gabriela da Silva Miranda.

Conselho Editorial:

Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Editor-chefe, Quipá Editora / Dra Anna Arianne Araújo de Lavor (IFCE) / Dra Anny Kariny Feitosa (IFCE) / Dra. Elaine Carvalho de Lima (IFTM) / Dra. Érica P. C. L. Machado (UFRN) / Dra. Harine Matos Maciel (IFCE) / Dra. Patricia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza (TCE-SE/UNIT).

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

M672r Miranda, Gabriela da Silva  
A responsabilidade civil por danos à coletividade e sua aplicabilidade aos casos de violação do isolamento social em tempos de pandemia / Gabriela da Silva Miranda. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021.  
104 p.

ISBN 978-65-89973-85-0

DOI 10.36599/qped-ed1.119

1. Responsabilidade civil. 2. Covid-19 – Pandemia. 3. Isolamento social.  
I. Título.

CDD 341.481

---

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Esta obra foi publicada pela Quipá Editora em dezembro de 2021.

[www.quipaeditora.com.br](http://www.quipaeditora.com.br) / @quipaeditora

*Às inumeráveis vítimas do coronavírus e da irresponsabilidade de tantos, em especial à memória de Jaime Luís Cottens Ghisleni, que marcou o coração inclusive daqueles que não o conheciam e que para sempre estará vivo no amor que deixou e no bem que fez aqui.*

---

## AGRADECIMENTOS

---

Chego ao final desta etapa e percebo o quão abençoada sou. Olho para o caminho trilhado e vejo quanto amor, apoio e atenção recebi. Este trabalho não é só meu: é também de meus pais, que por toda minha existência me guiaram no caminho do bem, do estudo e do trabalho, que renunciaram a tanto para que eu pudesse me dedicar aos estudos e frequentar boas escolas, que sempre me ampararam nos desafios e nos medos, lembrando-me de que, aconteça o que acontecer, sempre terei seu amor e carinho; é também de meu noivo Kelvin, que diariamente me encoraja e me inspira a lutar pelos meus sonhos e me estende a mão em cada obstáculo, iluminando minha vida com seu amor e bom-humor; é também de meus avós, especialmente de meu vô José Carlos, meu grande incentivador desde pequenina, sempre recordando de meu potencial e de que sente orgulho de mim; é também de minha querida orientadora Professora Pâmela, amiga que quero levar para toda vida, que tanto me ajudou na confecção deste trabalho, sem medir esforços e independentemente do dia e do horário, e que me inspira como profissional e cidadã; e, por fim, é também de meu Professor Douglas, a quem devo minha iniciação na escrita acadêmica e tanto agradeço pelos essenciais ensinamentos e auxílios.

*“Não são as crises que mudam o mundo, e sim  
nossa reação a elas”.*

Zygmunt Bauman

## APRESENTAÇÃO

Constantemente emergem, na sociedade moderna, complexa e massificada, circunstâncias danosas que desafiam as bases da responsabilidade civil clássica e reclamam pela atualização do instituto, de seus requisitos, fundamentos e funções.

Dentre essas conjunturas, escolheu-se o cenário da pandemia do novo coronavírus como pano de fundo para estudar a funcionalidade e a aplicabilidade da responsabilidade civil diante de danos que fogem à esfera individual, perspectiva coletiva do instituto que vem sendo desenvolvida contemporaneamente e que deve ser um meio efetivo de resposta aos danos difusos causados por contaminados pela Covid-19 que, cientes de sua condição e da gravidade dos efeitos do vírus, não respeitaram a medida sanitária de isolamento social e os *standards* normativos, científicos e sociais, lesando o direito difuso à saúde pública e a integridade da coletividade.

Para tanto, o presente trabalho, a partir de um estudo bibliográfico e documental e por meio da abordagem qualitativa e do método dedutivo, inicia expondo a gravidade do cenário pandêmico que se instaurou no mundo e particularmente no Brasil, com o maior colapso sanitário somado às crises sociais, econômicas e políticas que deram origem a uma sindemia no país, e analisando a imperatividade jurídica e ética que permeia as importantes medidas de contenção da Covid-19.

Em seguida, investiga-se a alteração do objeto de tutela da responsabilidade civil e a reconfiguração do instituto que se fez necessária para salvaguardar a pessoa humana em todas as suas perspectivas. Por fim, examina-se a proteção jurídica da coletividade por meio do microssistema da tutela coletiva e das modalidades de responsabilidade civil por dano moral coletivo e por dano social, aprofundando seus fundamentos, elementos, requisitos e sua aplicação jurisprudencial.

A partir de todo o estudo, conclui-se que a responsabilidade civil por dano social apresenta-se como instrumento mais adequado para reprimir os danos oriundos da violação do isolamento social, que, inclusive, já vem sendo aplicada através da Ação Civil Pública, embora se ressalve que o dano moral coletivo também possa amparar a sociedade nessa conjuntura, defendendo-se uma certa fungibilidade entre as modalidades de responsabilidade civil coletiva em busca da tutela efetiva da coletividade, seus direitos, interesses e bens.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>11</b>
A GRAVIDADE DO QUADRO PANDÊMICO DO NOVO CORONAVÍRUS E SEU ENFRENTAMENTO JURÍDICO E SOLIDÁRIO	
1.1 <i>A sindemia do novo coronavírus: da grave emergência global de saúde à crise econômica, social e política.....</i>	<i>11</i>
1.2 <i>Medidas de prevenção e combate à Covid-19.....</i>	<i>23</i>
1.2.1 <i>Juridicidade das medidas sanitárias.....</i>	<i>27</i>
1.2.2 <i>A essência solidária das medidas sanitárias em confronto com uma sociedade individualista.....</i>	<i>32</i>
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>37</b>
A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL: DA CONFORMAÇÃO LIBERAL-INDIVIDUAL À PERSPECTIVA HUMANISTA E SOCIAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	
2.1 <i>Responsabilidade civil e realidade social: um constante diálogo.....</i>	<i>37</i>
2.2 <i>Evolução histórico-jurídica do objeto de tutela da responsabilidade civil: do patrimônio à pessoa.....</i>	<i>38</i>
2.2.1 <i>Objetivação do dever de reparação.....</i>	<i>45</i>
2.2.2 <i>Flexibilização do nexo causal.....</i>	<i>49</i>
2.2.3 <i>Ascensão de novos interesses e danos passíveis de tutela.....</i>	<i>52</i>
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>58</b>
A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS COLETIVOS EM TEMPOS DE PANDEMIA	
3.1 <i>A coletividade como sujeito de direitos, interesses e bens.....</i>	<i>59</i>
3.2 <i>A tutela jurídica dos interesses transindividuais.....</i>	<i>63</i>
3.3 <i>O dano moral coletivo.....</i>	<i>68</i>
3.4 <i>O dano social.....</i>	<i>76</i>
3.5 <i>Aplicabilidade da responsabilidade por dano moral coletivo ou por dano social aos casos de violação do isolamento social.....</i>	<i>83</i>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

O Direito e a responsabilidade civil são frequentemente reconfigurados e moldados na medida em que surgem, na sociedade moderna, complexa, cosmopolita e massificada, novos interesses e novas lesões à pessoa humana e à coletividade em que está inserida, proteção essa que se apresenta recente, fruto de um sistema jurídico cada vez mais humanista e social.

Produto da sociedade moderna e de sua dinâmica força criativa, o novo coronavírus impôs grandes desafios aos indivíduos, às famílias, à sociedade, aos serviços de saúde, à economia e à ordem jurídica, fazendo, inclusive, com que o modo de vida, de produção e de desenvolvimento hodiernos fossem repensados, pelo menos inicialmente. Quando o SARS-CoV-2 despontou mundialmente em 2020, e o ritmo frenético do cotidiano foi suspenso, muito se falava que a humanidade sairia melhor dessa crise, que protegeria o meio ambiente das forças produtivas e tecnológicas para que não produzisse mais ameaças a si mesma e que não esperaria outra grande calamidade para trocar a frieza, o imediatismo e o individualismo do dia a dia por mais união e solidariedade.

De fato, o controle da pandemia instaurada pelo novo coronavírus reclamava por esse repensar das relações humanas e por novas formas de viver calcadas na solidariedade, na responsabilidade social, na alteridade e no bem comum. Contudo, e infelizmente, não foi essa a realidade. Ao lado da crescente gravidade do cenário pandêmico que se instaurou no mundo e particularmente no Brasil, com o maior colapso sanitário somado às crises sociais, econômicas e políticas que deram origem a uma sindemia no país, a cada dia se presenciavam diversos comportamentos que se distanciavam da conduta responsável necessária ao momento, cabendo ao sistema jurídico intervir e reprimir essas condutas que foram na contramão do *standard* social, normativo e científico que se exigia no contexto pandêmico.

E como se dá essa responsabilização? O Direito Penal, com seus determinados tipos, sujeitos e pressupostos, já tem respostas prontas; mas, e o Direito Civil? Como a responsabilidade civil pode intervir diante de danos difusos decorrentes do descumprimento das medidas sanitárias, particularmente da violação do isolamento social? Essa é a reflexão a que se dispõe este trabalho.

Nesse diapasão, esta pesquisa, a partir de um estudo bibliográfico e documental, tendo por fontes artigos científicos, obras publicadas, legislação, jurisprudências e notícias,

e por meio da abordagem qualitativa e do método dedutivo, busca demonstrar a possibilidade de aplicação da responsabilidade civil por danos à coletividade, a partir de seus desdobramentos nas responsabilidades por dano moral coletivo e por dano social, aos casos de violação da medida sanitária de isolamento social.

A escolha pelo estudo da interligação entre a responsabilidade civil e danos coletivos deu-se frente à relevância social e jurídica que o instituto adquiriu na atual conjuntura global e nacional, devendo ser um meio efetivo de resposta aos danos difusos causados por contaminados pela Covid-19 que, cientes de sua condição e da gravidade dos efeitos do vírus e após assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, previsto no art. 3º, § 4º, da Portaria nº 356/20, saíram ao convívio em sociedade, lesando a saúde e a integridade da coletividade difusamente considerada, titular de direitos e interesses no Direito contemporâneo.

Para tanto, analisa-se, no primeiro capítulo, a gravidade dos efeitos da pandemia do coronavírus no âmbito sanitário, social, econômico e político, qualificando-se como sindemia em diversos países, como no Brasil, investigando, em seguida, as determinações das medidas sanitárias de prevenção e combate à Covid-19, seus fundamentos jurídicos, como quem pode editá-las e quanto podem avançar sobre direitos fundamentais à luz das novas funções do Estado e do princípio da proporcionalidade, e como também se apresentam, além de como obrigações normativas, como deveres éticos calcados na solidariedade, no interesse público e no bem comum.

No segundo capítulo, estuda-se a caminhada histórico-jurídica da responsabilidade civil e como se deu a alteração do seu objeto de tutela a partir da incorporação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, analisando a atualização de seus requisitos, como a objetivação do dever de reparação, a flexibilização do nexo causal e a ascensão de novos interesses que emergem da perspectiva mais humanista e social do ordenamento jurídico e de novos danos oriundos da sociedade massificada e complexa em que se originou a pandemia do novo coronavírus.

Por fim, no terceiro capítulo, examina-se a ascendência dos interesses coletivos, a sua tutela jurídica por meio do microssistema da tutela coletiva e das modalidades de responsabilidade civil por dano moral coletivo e por dano social, aprofundando seus fundamentos, requisitos, funções e sua aplicabilidade às lesões emergentes da conduta de indivíduos contaminados que deliberadamente desrespeitaram a medida sanitária de isolamento social.

---

## **CAPÍTULO 1**

### **A GRAVIDADE DO QUADRO PANDÊMICO DO NOVO CORONAVÍRUS E SEU ENFRENTAMENTO JURÍDICO E SOLIDÁRIO**

---

Neste primeiro capítulo, pretende-se analisar a pandemia do novo coronavírus a partir das suas implicações em diferentes domínios da vida humana, qualificando-se como sindemia em vários países, especialmente no Brasil, e diante de questões jurídicas e éticas que orbitam as medidas sanitárias de prevenção e combate à Covid-19, com vistas, não a uma cobertura completa da calamidade, mas sim a apresentar brevemente a gravidade do cenário para que se possa entender a importância do contaminado, como membro de uma sociedade, respeitar a medida sanitária de isolamento e ser punido caso contrário.

Adianta-se que, quando o trabalho se referir à pandemia, está a se tratar da disseminação geograficamente mundial do novo coronavírus e seus efeitos nas saúdes públicas. Já quando se empregar sindemia trabalha-se, além de com as questões epidemiológicas e sanitárias, com os diversos contextos acentuados pelo SARS-CoV-2 e que o acentuaram.

#### **1.1 A SINDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS: DA GRAVE EMERGÊNCIA GLOBAL DE SAÚDE À CRISE ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA**

Nada poderia materializar de forma melhor as características, as tensões e o paradoxo da sociedade moderna do que o momento em que se vive. A pandemia do novo coronavírus é fruto e espelho da sociedade globalizada e massificada que atualmente vigora, denominada sociedade de risco por Ulrich Beck, envolta pelos efeitos colaterais da expansão das forças produtivas humanas e tecnológicas no processo de modernização, subjugando e explorando a natureza de tal forma que “os danos às condições naturais da vida convertem-se em ameaças globais para as pessoas, em termos medicinais, sociais e econômicos” (2011, p. 98).

Para o autor, esse modo de vida e de desenvolvimento vem produzindo catástrofes, crises e tragédias em âmbito global desde as duas Guerras Mundiais, Auschwitz, Nagasaki e Chernobyl, sendo, reflexiva e paradoxalmente, a vítima e o agressor ao mesmo tempo, cujos danos e riscos, desvinculados do tempo e do lugar em que foram produzidos, ameaçam a vida no planeta sob todas as suas formas, não podendo

[...] - como os riscos fabris e profissionais do século XIX e na primeira metade do século XX - ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos. Pelo contrário, contêm uma tendência globalizante que tanto se estende à produção e reprodução como atravessa fronteiras nacionais, e, nesse sentido, com um novo tipo de dinâmica social e política, faz surgir ameaças globais supranacionais (BECK, 2011, p. 16).

Seguindo esse universalismo dos riscos, Jondison Rodrigues (2020) destaca que, após a década de 1970, vários microbiologistas e entidades governamentais, como o Instituto de Medicina dos EUA, já alertavam sobre o futuro surgimento de doenças infecciosas globais ante um mundo com cada vez mais interconectividade, fluidez e circulação global. A integração dos países e das economias, a explosão na circulação de mercadorias e pessoas, o intensivo e nada sustentável uso dos recursos naturais, a concentração populacional urbana, com grande parcela de habitações sem saneamento básico adequado, geraram as condições para o desenvolvimento da “globalização da doença” e para a disseminação atual da doença do novo coronavírus (LIMA; BUSS; PAES-SOUZA, 2020).

Atualmente, sete vírus da família *Coronaviridae*, zoonose conhecida por causar doenças em animais ou humanos, já foram identificados, o HCoV-229E, o HCoV-OC43, o HCoV-NL63, o HCoV-HKU1, o SARS-CoV, que causa síndrome respiratória aguda grave, o MERS-COV, responsável pela síndrome respiratória do Oriente Médio, e, o mais recente, o novo coronavírus, SARS-CoV-2, identificado em Wuhan, China, em dezembro de 2019, iniciado, ao que tudo indica, até este momento, em um grande mercado de frutos do mar e animais vivos e, após, transmitido de pessoa para pessoa (OPAS, 2020).

Disseminada pelo mundo integrado, fluido e massificado, a doença do novo coronavírus (Covid-19) alastrou-se em escala global em poucos meses, recebendo, em razão de sua abrangência geográfica, a alcunha de pandemia pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020, em que contava com mais de 118 mil infecções em 114 nações, ameaçando as saúdes públicas simultânea e globalmente. Em diversos países, como o Brasil, a pandemia acabou por somar-se a fatores históricos, sociais, econômicos e políticos e originar uma calamidade pública nunca experimentada pela sociedade moderna, transformando-se, consoante intitula Richard Horton (2020), em uma sindemia, fenômeno multidimensional que será mais aprofundado ao final desta seção.

De fácil e acelerada disseminação, cujo principal modo de transmissão é a exposição a gotículas respiratórias que carregam o vírus infeccioso, a Covid-19, passado mais de um ano e seis meses de sua definição como pandemia, expandiu-se para mais de

180 países, com quase 220 milhões de pessoas contaminadas, apresentando-se como uma doença complexa e multissistêmica, com complicações respiratórias, neurológicas, cardíacas, renais e digestivas, causando desde dor de garganta, febre, tosse seca e falta de ar, ou mesmo sendo assintomática, até insuficiência respiratória grave, complicações cardiovasculares, trombozes, disfunção de múltiplos órgãos, e, como já aconteceu com 4,55 milhões de pessoas ao redor do mundo, a morte (REDAÇÃO..., 2021).

No entanto, a emergência e o perigo desse cenário não devem ser medidos somente pela gravidade da Covid-19 em si, mas também pela grande velocidade de sua disseminação a ponto de comprometer a capacidade de prestação dos serviços de saúde aos contaminados, dado que, consoante ressalta o colunista David Von Drehle no Washington Post, “[...] a disease does not have to be the worst ever seen to produce a scenario that is the worst ever seen. It only needs to pose additional burdens on health-care resources beyond the capacity of those resources” (2020, s. p.).

Além dos óbitos diretos, o novo coronavírus, ao exigir altas taxas de ocupação, causa também uma grave desassistência de saúde pública a variadas causas de internação, sujeitando o atendimento à possibilidade de remanejamento logístico de pacientes para outros municípios, o que por vezes não é possível, acarretando, pois, um passivo de doentes e uma mortalidade extremamente elevados (OBSERVATÓRIO..., 2021).

Recentemente, as sequelas deixadas pelo novo coronavírus têm importado em nova pressão aos sistemas de saúde e desafiado os já comprometidos orçamentos locais, que devem dar conta de cuidados, reabilitação e tratamentos a longo prazo. A chamada Covid-19 persistente faz com que sintomas como fadiga, falta de ar, dificuldade de concentração e fraqueza acompanhem quem se contaminou por vários meses, podendo, inclusive, aumentar o risco de morte e de problemas médicos crônicos, até mesmo em pessoas que não foram hospitalizadas (JUCÁ, 2021).

As diversas faces desse colapso sanitário têm sido vivenciadas pela população brasileira em 2021, de tal forma que, como atenta Matheus Magenta (2021), a calamidade pandêmica no país atingiu números tão extremos, e ainda subnotificados, que é cada vez mais complicado dimensioná-la. O jornalista expõe que a Covid-19 matou mais em março no Brasil do que na pandemia inteira em 109 países juntos: foram 66.573 mortos no Brasil, cuja população é de 212 milhões de habitantes, enquanto em 109 países, que juntos somam 1,6 bilhão de habitantes, foram 64.571 mortes durante 12 meses. Só no dia 08 de

abril, o Brasil atingiu o recorde de 4.249 óbitos por Covid-19 registrados em 24 horas (COSTA, 2021).

Em março de 2021, o Observatório Covid-19 (2021) apontava que o Brasil vivia o maior colapso sanitário e hospitalar, com recordes de taxas de ocupação, quando, por exemplo, 25 das 27 capitais estavam com taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos iguais ou superiores a 80%, sendo 19 delas superiores a 90%, com filas de contaminados aguardando leito, cuja espera, em muitos casos, foi mortal, e com falta de oxigênio medicinal nos hospitais, como em Manaus e no interior do Amazonas, no início de 2021, no qual o resultado de vidas perdidas atingiu quase o dobro do registrado durante todo 2020.

Ressalta-se que essa nova onda da doença em 2021 importou em uma pressão ainda maior sobre os hospitais, uma vez que, além dos pacientes idosos, as UTIs foram disputadas progressivamente por pessoas mais jovens, as quais, mesmo com maior probabilidade de sobrevivência, acabaram por permanecer internadas por períodos mais longos, por vezes não sobrevivendo, como demonstram as taxas de mortalidade, que, entre dezembro de 2020 e março de 2021, dobraram entre os menores de 39 anos, quadruplicaram entre os de 40 anos e triplicaram entre os de 50 anos (OPAS, 2021a).

Esse agravamento da pandemia em 2021 deve-se ao relaxamento das medidas de contenção e ao processo evolutivo do vírus, sendo natural o surgimento de mutações, notadamente porque, qualquer que seja o vírus, é capaz de gerar milhares de cópias novas quando seu material genético é introduzido nas células do hospedeiro, e, durante esse processo de replicação, acontecem alterações que, em alguns casos, são benéficas e permitem vantagens evolutivas, como a capacidade de se espalhar mais rapidamente nas pessoas, causar doenças mais graves, evitar a detecção por testes e escapar da imunidade natural ou induzida pela vacina (CDC, 2021).

Até 26 de janeiro de 2021, já tinham sido compartilhadas mais de 414.575 sequências genômicas completas desde a identificação inicial do SARS-CoV-2, com destaque à variante VOC 202012/01, linhagem B.1.1.7, encontrada no Reino Unido, à variante 501Y.V2, linhagem B.1.351, detectada na África do Sul, à variante P.1, linhagem B.1.1.28, surgida no Brasil, todas substancialmente mais transmissíveis (OPAS, 2021b).

Em maio, a nova variante Delta, mais transmissível do que as variantes anteriores e do que a cepa original, foi detectada na Índia, que, no dia 02 daquele mês, com seu sistema de saúde sem leitos e oxigênio para a quantidade de doentes, registrou um



número recorde de 3.689 mortes por Covid-19 em 24 horas, com 392.488 novos casos da doença confirmados (VITORIO, 2021).

Esses processos de microevolução e pressões de seleção que dão origem às variantes põem em cheque a estratégia da “imunização de rebanho”, dado que permitir que uma grande parcela da população seja infectada, além de causar milhões de mortes e sequelas a longo prazo, só promoveria o surgimento de mutações cada vez mais contagiosas e perigosas à medida que circula através de populações com diferentes composições etárias e condições de saúde, que ainda poderiam, ao alterar a proteína da superfície do vírus, escapar dos anticorpos adquiridos pelos sobreviventes dessa frustrada tentativa de imunização coletiva, permitindo sucessivas reinfecções.

Um bom exemplo disso é o caso de Manaus. Após a primeira onda, acreditou-se que grande parte da população havia sido infectada e, com isso, a tendência seria os casos entrarem em declínio por conta de uma suposta imunidade de rebanho adquirida. Com isso, o comércio voltou a abrir e as pessoas passaram a circular de forma praticamente normal. Só que, no fim de 2020, uma segunda onda atingiu a cidade de forma ainda mais letal, levando ao caos. "A situação só evidencia que a imunidade do vírus não é estável, como já vem se falando há tempos", avalia Patrícia Magalhães, pesquisadora da Universidade de Bristol, no Reino Unido, e integrante do grupo de cientistas Ação Covid-19. "Se o vírus continua a circular, ele vai se adaptar e criar cepas mais agressivas, como aconteceu lá", diz (SANCHES, 2021, s. p.).

Assim sendo, para encerrar a pandemia e seus deletérios efeitos, uma grande parte do mundo precisa ser imune ao vírus, e a maneira mais segura e eficaz para isso é a vacinação. Dessa forma, várias equipes de pesquisa pelo mundo inteiro enfrentaram o desafio e desenvolveram vacinas que protegem do SARS-CoV-2, numa velocidade e escala sem precedentes graças a novas tecnologias e aos estudos para desenvolver vacinas contra SARS e MERS (MATHIEU *et al*, 2021).

Embora estejam sendo lançadas e aplicadas o mais rápido possível, as vacinas não são uma solução a curto prazo e a tão almejada imunidade coletiva requer tempo. Assim, a combinação de estratégias de prevenção e contenção, adotada tão logo iniciou a pandemia, continua como intervenção necessária para controlar a crise médico-sanitária e a sobrecarga dos recursos de saúde, incluindo o uso constante e correto de máscaras, distanciamento físico, lavagem das mãos, etiqueta respiratória e rastreamento de contato, junto às medidas de isolamento, quarentena e distanciamento.

Destarte, as atenções, os serviços, as ações e as medidas jurídicas, desde 2020, passaram a ser direcionados à contenção da disseminação do novo coronavírus e ao



atendimento dessa emergência na saúde pública. Multiplicaram-se medidas de isolamento, quarentenas, *lockdowns* e suspensão de atividades econômicas e de comércio, nas quais os Estados assumiram seu poder de polícia sanitário e administrativo de coerção com vistas à coordenação das ações de enfrentamento ao vírus, intervindo em diferentes graus no cotidiano e na economia em vários países na tentativa de achatar a curva de contaminação.

À vista disso, destaca-se que os efeitos da pandemia e das frentes de combate à sua disseminação agravaram as injustiças socioeconômicas em uma sociedade já extremamente desigual, utilizando, neste estudo, as investigações da OXFAM, confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países, para tentar demonstrar o quanto a Covid-19 e as políticas de contenção descortinaram e acentuaram a realidade de extrema vulnerabilidade socioeconômica, onde quase metade da humanidade sobrevivia com menos de US\$ 5,50 por dia, enquanto um pequeno grupo de mais de 2 mil bilionários detinha uma riqueza maior que a de 4,6 bilhões de indivíduos juntos, e onde

[...] bilhões pessoas já viviam no limite quando a pandemia começou. Elas não tinham nenhum recurso ou apoio para enfrentar a tempestade econômica e social que se instalou. Mais de três bilhões de pessoas não tinham acesso à saúde; três quartos dos trabalhadores não tinham acesso a políticas de proteção social, como seguro-desemprego ou auxílio-doença; e, em países de renda baixa e média-baixa, mais da metade dos trabalhadores sobrevivia com trabalhos precários (BERKHOUT *et al*, 2021, p. 21).

Além do fechamento de fronteiras, prejuízos à produção e cadeias globais de suprimentos, interrupção e atraso no cumprimento de prazos, desconstituição de relações contratuais e fechamento de centros comerciais, industriais e de milhões de pequenas empresas, a grave desaceleração da economia global gerou, conforme apresentado por Uwe Gneiting, Nicholas Lusiani e Irit Tamir (2020), o equivalente a 400 milhões de empregos perdidos em todo o mundo nos primeiros dois trimestres de 2020. Ademais, Esmé Berkhout *et al* (2021) estimam que o total de pessoas que vivem na pobreza pode ter aumentado entre 200 milhões e 500 milhões em 2020.

Ressalta-se que a maior parte dessas pessoas que estão sendo empurradas para a miséria são os trabalhadores mais vulneráveis, de baixa renda, mulheres, migrantes e informais, excluídos estes de programas de assistência social e de acesso a crédito. Só no Brasil, que antes da Covid-19 contava com 40 milhões de trabalhadores informais e 11,9

milhões de desempregados, calcula-se que, após a pandemia, atingir-se-ão 16 milhões de desempregados (RUIZ, 2020).

Todo esse cenário levou a uma explosão da fome. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021), realizado em 2.180 domicílios nas cinco regiões do Brasil, em áreas urbanas e rurais, entre 5 e 24 de dezembro de 2020, revelou que, neste período, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, sendo que 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente e 19,1 milhões estavam passando fome, e, associados a essas taxas de insegurança alimentar, estavam, por exemplo, os fatores da pessoa responsável pelo domicílio ser uma mulher, ou ser de raça/cor da pele preta ou parda, ou ter baixo nível de escolaridade.

Como demonstrado, a crise multidimensional atual não acomete a todos igualmente. A seguir, serão analisados dois estudos da OXFAM que apresentam que, enquanto milhões de pessoas adoecem e morrem e outras centenas de milhões são arrastados para a fome e pobreza, muitos dos mais ricos, além de se manterem protegidos dos diversos impactos da pandemia, têm lucrado com ela.

No primeiro documento, Gneiting, Lusiani e Tamir (2020) atentam que várias empresas têm obtido "superlucros" excedentes, sendo que 32 das empresas mundiais mais lucrativas devem faturar juntas US\$ 109 bilhões a mais durante a pandemia em comparação com a média dos quatro anos anteriores, já muito lucrativos. Em que pese os exorbitantes ganhos, as doações das maiores empresas do mundo durante a pandemia representaram, em média, irrisório 0,32% de sua receita operacional em 2019, cuja conduta mostra-se muito aquém do esperado perante essa que é a maior calamidade sanitária, econômica e social já vivenciada na modernidade.

Em outro estudo, Berkhout *et al* expõem que, conquanto os mercados de ações tenham sofrido o pior choque em um século e bilhões de ativos financeiros tenham sido perdidos em março de 2020, o patrimônio dos mil maiores bilionários retornou aos níveis pré-pandêmicos em apenas nove meses, ao passo que a recuperação para os indivíduos mais pobres pode levar mais de uma década, que retornarão à mazela em que se encontravam.

Para efeitos de comparação, após a crise financeira de 2008, foram necessários cinco anos para que a riqueza dos bilionários retornasse aos níveis anteriores àquela crise. Em todo o mundo, a riqueza dos bilionários aumentou em impressionantes US\$3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020. Sua

riqueza total agora é de US\$ 11,95 trilhões, o que é equivalente ao que os governos do G20 gastaram em resposta à pandemia. Os dez bilionários mais ricos do mundo viram sua riqueza aumentar coletivamente em US\$540 bilhões durante este período. [...] O aumento das fortunas dos 10 maiores bilionários desde o início da crise seria mais que o necessário para prevenir que todas as pessoas do planeta caiam na pobreza em decorrência do vírus e pagar a vacina da Covid-19 para todos e todas (BERKHOUT *et al*, 2021, p. 12 e p. 09).

Diante da conjuntura exibida, é inconcebível que bilionários angariem lucros descomunais sobre o sofrimento de tantos, sobre milhões de empregos perdidos, sobre milhões de empresas fechadas, sobre milhões de famintos, sobre milhões de contaminados, sobre milhões de mortos e de famílias enlutadas. Pelo contrário, para Susana Ruiz, os superlucros de grandes empresas não resultantes do seu trabalho duro, mas de um evento externo, devem ser objeto de um tributo, no estilo do adotado durante a Segunda Guerra Mundial, gerando bilhões de dólares para salvar milhões de vidas e de trabalhos, para acelerar processos de recuperação, para impedir que milhões caiam na pobreza e

[...] para fazer frente às crescentes disparidades econômicas, raciais e de gênero expostas pela pandemia. Considerando apenas as 32 empresas globais que mais estão lucrando com a COVID-19, estima-se que poderiam ser geradas receitas de US\$ 104 bilhões em 2020 para fazer frente à COVID-19. Para se ter uma ideia do que isso significa, essa soma poderia cobrir todos os custos de testagem para COVID-19 e da produção de vacinas para todas as pessoas do planeta, além de garantir US\$ 33 bilhões a mais para se investir no desenvolvimento de uma força de trabalho para a linha de frente da saúde no século XXI (2020, p. 07).

De todo o exposto, destaca-se que a pandemia e as medidas de controle não criaram as injustiças socioeconômicas, fissuras da lógica neoliberal capitalista cuja finalidade soberana é o lucro, mas sim as denunciaram e as aprofundaram, de modo que, além da perda de renda, precarização do trabalho, aumento da pobreza e da fome, as camadas mais vulneráveis da população sofrem também com a maior letalidade do vírus, que se fortaleceu com as péssimas condições de moradia e de infraestrutura sanitária e com a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e de ficar protegido em casa.

Nesse contexto, no princípio da pandemia, Daniel Cardoso Alves já asseverou que

[q]uando olhamos para contextos sociais de extrema vulnerabilidade socioeconômica em que, segundo dados atualizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 11,6 milhões de pessoas estão desempregadas, mais de 101 mil pessoas vivem nas ruas em todo o Brasil e mais de 13,5 milhões de famílias estão em situação de extrema pobreza não dispondo sequer de água tratada, condições sanitárias, moradia e/ou abrigos minimamente dignos, constatamos que o isolamento para essas pessoas, sob as suas mais variadas

formas, sempre foi uma realidade. Com isso, não é precipitado dizer que ao término dessa pandemia do novo Coronavírus, os maiores percentuais de vitimados letais pela Covid-19 serão, justamente, essas pessoas (2020, p. 82).

E de fato assim o foi. Malgrado o novo coronavírus não realize distinção na escolha de seus contaminados, a sua disseminação foi muito mais intensa nos grupos populacionais mais vulnerabilizados, historicamente marginalizados, oprimidos e sujeitos a condições precárias de vida e trabalho, como os graves impactos sobre afrodescendentes, povos indígenas e comunidades, que possuem maior probabilidade de ficarem na miséria e de morrer. Quanto à mortandade desses vulneráveis no Brasil, Ruiz aponta que

[a]o redor de 5 milhões de moradias estão localizadas em favelas, em grande parte sem acesso à água tratada e saneamento básico e com alta densidade de pessoas por residência. E isso quando a higienização e o distanciamento social são essenciais para evitar a propagação do vírus. A essas cifras se soma o racismo estrutural do país onde 75% dos mais pobres são pessoas negras (pretos e pardos, por definição do IBGE). Não surpreende que os números mostrem que as pessoas negras e pobres correspondam ao perfil de vítima mais comum da Covid-19 no Brasil, representando 6 de cada 10 mortes (2020, p. 05).

Adverte-se que o exame das sequelas sanitárias, sociais e econômicas pandêmicas possui severas limitações em virtude da incerteza científica sobre o comportamento e sobre a extensão temporal do SARS-CoV-2, cujos efeitos serão sentidos e avaliados no porvir, quando a Covid-19 seguramente for um fenômeno do passado.

Certo é, no entanto, que toda a conjuntura exibida apresenta-se em diversos países, e sobretudo no Brasil, como uma *sindemia*, termo concebido por Merrill Singer, antropólogo médico americano, na década de 1990, e transferido para o contexto atual por Horton (2020), defendendo que o momento global não decorreu exclusivamente da doença infecciosa Covid-19 e que não vai ser cessado meramente pela eliminação de sua transmissão viral, pelo contrário, a calamidade que se vive atualmente é causada e agravada por uma combinação de fatores históricos, biológicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais e só será contida com uma estratégia que envolva todas essas perspectivas.

Encarar a Covid-19 apenas como pandemia é observar apenas seu prisma virológico e sua distribuição global, porém, compreendê-la como sindemia, caracterizada por interações que aumentam a gravidade de uma doença, é reconhecer que o SARS-CoV-2 associa-se a diversas doenças, como obesidade, diabetes e doenças cardíacas, a desigualdades estruturais das sociedades, ao desenvolvimento insustentável e a lideranças políticas ineficazes e relapsas, de sorte que

[t]he most important consequence of seeing COVID-19 as a syndemic is to underline its social origins. The vulnerability of older citizens; Black, Asian, and minority ethnic communities; and key workers who are commonly poorly paid with fewer welfare protections points to a truth so far barely acknowledged—namely, that no matter how effective a treatment or protective a vaccine, the pursuit of a purely biomedical solution to COVID-19 will fail. Unless governments devise policies and programmes to reverse profound disparities, our societies will never be truly COVID-19 secure (HORTON, 2020, s. p.)

As doenças não são questões isoladas, independentes de outras e das circunstâncias sociais; longe disso, tratar da saúde pública e da sindemia da Covid-19 perpassa o atendimento a diversas comorbidades e a melhoria nos empregos, nas moradias, na alimentação e no meio ambiente, cuja agressiva degradação foi responsável pela ampliação das zoonoses nas últimas décadas, como o vírus Ebola, HIV, os coronavírus e o vírus Zika, que só aumentarão enquanto o modo de vida e de desenvolvimento não se ajustar à capacidade produtiva segura à natureza (KENYON, 2020).

Além dos âmbitos já examinados, a qualificação de sindemia ao contexto do novo coronavírus toca também, sobremaneira, as falhas políticas. Nesse sentido, para Emily Mendenhall (2020), a sindemia da Covid-19 não é global, devendo-se analisar a combinação dos contextos de cada país, particularmente quanto às medidas dos governantes, como na Nova Zelândia, cuja liderança política na crise mostrou-se eficaz, rápida e exemplar, de forma que o SARS-CoV-2 não se qualificou como sindemia lá.

Até 28 de setembro de 2021, a Nova Zelândia teve 4.204 casos de Covid-19, com 27 mortes, graças à resposta eficiente da primeira-ministra Jacinda Arden, que, em março de 2020, fechou as fronteiras e estabeleceu seis semanas de um rígido *lockdown*, impedindo todos os estabelecimentos não essenciais de abrir, inclusive aeroportos, e destinando cerca de 50 bilhões de reais de socorro financeiro a trabalhadores e empresas, com investimentos de outros bilhões em infraestrutura, formação e criação de empregos e aumento do salário mínimo para estimular o consumo, tudo acompanhado de campanhas de conscientização do distanciamento social e do uso de máscara, testagem em massa, rastreamento dos cidadãos e um corte de 20% nos salários da primeira-ministra e de todos os ministros por 6 meses (OLIVEIRA, 2021).

Nesse diapasão, resta claro que o momento por qual o mundo inteiro passa aflorou a indispensabilidade da intervenção dos Estados, que, por meio de uma gestão responsável e diligente, devem proteger a saúde pública e o bem-estar da população, reduzir as desigualdades acentuadas pelo novo coronavírus, tratando, por óbvio, suas

causas, e retirar do centro de discussão as necessidades e aspirações do “mercado”, recuperando o poder estatal enfraquecido pelas políticas neoliberais e interferindo o quanto baste na economia, com os devidos auxílios financeiros, para salvaguardar vidas e cessar a crise humanitária sem precedentes.

Infelizmente, nem todos os países cumpriram com esses compromissos. A tornar ainda mais grave a condição sanitária e socioeconômica do país, as ações do governo brasileiro, na figura do presidente Jair Bolsonaro, dirigiram-se ao completo oposto da bem-sucedida Nova Zelândia e fizeram com que o Brasil se tornasse o melhor exemplo de uma sindemia, pelo somatório de crises que, além de não resolvidas, foram agravadas pela (des)liderança política.

Para demonstrar a, no mínimo, desastrosa gestão com que o país foi dirigido, o Boletim nº 10 Direitos na Pandemia, realizado pela Conectas Direitos Humanos e pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA), dividiu suas informações em atos normativos federais, atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia e

[...] propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19 (2021, p. 06).

O Boletim (2021) ordena cronologicamente as falas do Presidente, calcadas na minimização da gravidade e dos danos da Covid-19, qualificada como “fantasia”, “gripezinha”, “histeria da mídia canalha”, até mesmo incitando invasões a hospitais de campanha para comprovar que tudo é “ficção”; na negação da ciência, estimulando e despendendo milhões em medicamentos ineficazes, e até prejudiciais, como cloroquina e ivermectina, para a suposta “prevenção” do novo coronavírus; na defesa da imunidade de rebanho, ao bradar que o Brasil só estaria livre quando parte da população fosse infectada e adquirisse anticorpos; e na interferência na atuação do Ministério da Saúde, em tese técnica e pautada nas recomendações científicas e da Organização Mundial da Saúde.

Resta claro como o, supostamente, maior defensor do povo naturalizou — e produziu — mortes, manifestando que não era coveiro nem fazia milagres, opondo-se reiteradamente às estratégias sanitárias de prevenção e contenção comprovadamente necessárias e eficazes ao combate à pandemia por tolher seu direito de ir e vir. À vista

disso, promoveu aglomerações, ignorou a obrigatoriedade do uso de máscaras, externou que ficar em casa é para os “fracos”, é “frescura”, “mimimi” e “conversinha mole”, além de declarar guerra a governadores que adotaram políticas de isolamento e restrições para conter a disseminação, incentivando que o setor privado lutasse contra as medidas dos estados e comemorando os protestos em oposição ao isolamento social.

Em resumo, os resultados do estudo do Boletim nº 10 Direitos na Pandemia apontaram que há uma estratégia institucional, liderada pelo Presidente, para propagar o vírus, afastando

[...] a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência da parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados, ainda que incompletos em razão da falta de espaço para tantos eventos, revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo (2021, p. 07).

Ignorando que não há retomada nem recuperação econômicas sem o controle da disseminação e do colapso sanitário, a escolha política do governo brasileiro de priorizar a proteção econômica pode ser averiguada quando da investigação dos seus gastos, que, “dos R\$ 286,5 bilhões de reais já pagos até 31/07/2020, apenas R\$ 22,06 bi (7.67%), referem-se diretamente ao combate da doença”, enquanto os investimentos com a “proteção econômica, excluindo o auxílio a Estados, DF e Municípios, correspondem a 78.35% do total” (BOLETIM..., 2021, p. 18).

Como consequência dessa escolha, o Brasil, no final do mês de setembro, está quase superando a marca das 600 mil mortes pela Covid-19, evitáveis em sua maioria, se não fosse pela estratégia institucional que muito se esforçou pela disseminação do novo coronavírus e pelo atraso da vacinação no território brasileiro, não aceitando 70 milhões de doses da Pfizer, que teriam sido entregues até dezembro, e 100 milhões de doses da Coronavac, prometidas pelo Butantan também para dezembro de 2020, com um custo de, pelo menos, 90 mil mortes que poderiam ter sido evitadas com a compra das vacinas na hora certa (PEREIRA, 2021).

Tentando apaziguar os danos oriundos dessa condução do país e a ausência de um plano e de uma coordenação política entre os componentes da federação, marcados por conflitos e sabotagens,



[...] o Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do poder judiciário brasileiro, vem exercendo papel estratégico para dirimir as controvérsias jurídico-sanitárias. Desde o início da pandemia, já decidiu, por exemplo, sobre a extensão da competência concorrente de Estados, DF, Municípios e União para editar normas sanitárias; sobre a requisição administrativa de seringas e agulhas entre entes federados e sobre a obrigatoriedade da União apresentar um Plano Nacional de combate à Covid-19. Recentemente, a possibilidade da imposição Estatal de “vacinação obrigatória” contra COVID-19, que também vem sendo palco de conflitos político-ideológicos no Brasil, ocupou igualmente a pauta da corte (BOLETIM..., 2021, p. 45).

Além do Judiciário, o Poder Legislativo também tem exercido papel importante na contenção dos danos e na responsabilização pelo agravamento da crise sanitária e social no país. Dentre suas ações, possui especial relevância o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia do Senado, revelando diversas ações e omissões criminosas do governo federal na condução da pandemia, com destaque às irregularidades no contrato de aquisição da Covaxin, à recusa de milhões de doses das vacinas da Pfizer e da Coronavac, à investigação de um suposto gabinete paralelo sobre saúde pública formado por conselheiros que não faziam parte do Ministério da Saúde, e aos escândalos da operadora de saúde Prevent Sênior, que coagia médicos a prescrever o “kit covid”, determinava prazo de permanência em UTI e alterava certidões de óbito para ocultar mortes por Covid-19 (ACOMPANHE..., 2021).

Inexequível, neste trabalho, juntar todas as atrocidades que orbitam a gestão da pandemia no Brasil, com novas descobertas pela CPI constantemente. No entanto, ressalta-se, no contexto do propósito deste trabalho, que toda essa postura do governo federal, na figura do Presidente Jair Bolsonaro, e a forma como conduziu o quadro pandêmico passa a errônea, narcisista e lesiva mensagem de desrespeito às medidas sanitárias, reverberando na baixa adesão da população, como na conduta dos contaminados que desrespeitam o isolamento social, enquanto resta claro que a cessação da crise multidimensional sindêmica que se estabeleceu no país exige, dentre outros fatores, uma conduta comunitária responsável e solidária, iniciada, particularmente, pelos governantes do povo, de respeito às medidas sanitárias jurídica e eticamente imperativas.

## 1.2 MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À COVID-19

A pandemia, então, com seus efeitos nos mais variados contextos, transborda no domínio jurídico. Tensões trabalhistas, descumprimento de contratos e relações consumeristas, violência doméstica, proteção de dados pessoais, questões sucessórias,



suspensão de prazos processuais e prescricionais, força maior, além de tantos outros pontos controvertidos, inserem-se no cenário jurídico atual.

Diante da gravidade e das diversas faces da crise, multiplicaram-se medidas de restrição da mobilidade para conter a transmissão do vírus, ações de auxílio financeiro à população e dispositivos legislativos específicos a cada ramo do Direito, gerando uma verdadeira inflação normativa. No Brasil, só no âmbito da União em 2020, o Boletim nº 10 Direitos na Pandemia expõe que foram editadas 3.049 normas relacionadas à Covid-19, sendo seus maiores emissores o Ministério da Saúde, em primeiro lugar, e o Ministério da Economia, que “mantém intensa atividade normativa, aparecendo em segundo lugar, o que é indicativo da ênfase na economia que foi dada pelo governo federal no enfrentamento da pandemia”, atentando ainda à ausência de participação cidadã na elaboração dessas normas, resultado do antagonismo explícito entre o governo Bolsonaro e a sociedade civil (2021, p. 05).

O Brasil, que, quando do encerramento deste texto, em setembro de 2021, ocupa a segunda posição no ranking de números absolutos de vítimas, atrás apenas dos Estados Unidos, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no início de fevereiro de 2020, por meio da Portaria nº 188, nos termos do Decreto n. 7.616/2011, art. 2º, cuja declaração ocorrerá diante de “situações que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública” (BRASIL, 2011).

Desde lá, houve a edição de uma série de medidas restritivas em matéria de saúde pública e de distanciamento social, com destaque à Lei 13.979/20, que estabelece as medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública decorrente da Covid-19, regulamentada posteriormente por várias portarias e decretos, como a Portaria 356/20 do Ministério da Saúde (a respeito da regulamentação e operacionalização de medidas sanitárias), estabelecendo limitações ao direito de ir e vir, por meio do poder de polícia sanitário da Administração, em prol da salvaguarda da saúde pública, consagrada nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal de 1988 como direito de todos e dever do Estado.

A Lei 13.979/20 apresenta medidas de distanciamento, isolamento e quarentena, decisivos para achatar a curva de contágio e evitar o colapso dos serviços de saúde, sendo que o isolamento, consoante seu art. 2º, I, presta-se à separação de pessoas doentes ou contaminadas, enquanto a quarentena, no inciso II, refere-se à restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não

estejam doentes. Já o distanciamento social diz respeito a medidas de contenção e prevenção de contato entre pessoas, reduzindo-o ao mínimo e imprescindível.

A Portaria nº 356/2020 do Ministério da Saúde, de 11 de março de 2020, por sua vez, dispõe, dentre outras relevantes informações, sobre os prazos de duração das medidas: enquanto o isolamento do contaminado, sintomático ou assintomático, terá o prazo máximo de 14 dias, podendo se estender por até igual período, a quarentena do suspeito será adotada pelo prazo de até 40 dias, ampliada pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território. Em seu art. 2º, § 2º, prescreve-se que a medida de isolamento deverá ser efetuada, preferencialmente, em domicílio, podendo ser feito em hospitais públicos ou privados, conforme recomendação médica, a depender do estado clínico do paciente.

Diante do exposto, ressalta-se que limitar o contato entre as pessoas, de forma ampla, é de suma importância para controlar o quadro sanitário exponencialmente mais grave, especialmente diante da propagação do SARS-CoV-2 por pessoas assintomáticas, que desconhecem ser portadoras do vírus e não estão em isolamento. A aplicação das medidas e o respeito comunitário ao isolamento das pessoas que testaram positivo para a Covid-19 e à quarentena de suspeitos são essenciais para cortar as linhas de disseminação viral do novo coronavírus, que

[...] é transmitido principalmente por três modos: contato, gotículas ou por aerossol. A transmissão por contato é a transmissão da infecção por meio do contato direto com uma pessoa infectada (por exemplo, durante um aperto de mão seguido do toque nos olhos, nariz ou boca), ou com objetos e superfícies contaminados (fômites). A transmissão por gotículas é a transmissão da infecção por meio da exposição a gotículas respiratórias expelidas, contendo vírus, por uma pessoa infectada quando ela tosse ou espirra, principalmente quando ela se encontra a menos de 1 metro de distância da outra. A transmissão por aerossol é a transmissão da infecção por meio de gotículas respiratórias menores (aerossóis) contendo vírus e que podem permanecer suspensas no ar, serem levadas por distâncias maiores que 1 metro e por períodos mais longos (geralmente horas) (BRASIL, 2021a, p. 07).

A Lei 13.979/20 apresenta ainda outras ações para o enfrentamento da crise, como uso obrigatório de máscaras de proteção individual, restrição na entrada e saída do país e na locomoção interestadual e intermunicipal, além de medidas de realização compulsória, particularmente exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação e tratamentos médicos específicos, as quais, conforme o art. 6º da Portaria nº 356/2020, serão indicadas mediante ato médico ou por profissional de saúde. Em seu

artigo 3º, § 4º, a Lei atenta ainda que as pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas sanitárias, cujo descumprimento acarretará responsabilização.

Quanto à restrição a serviços e a atividades, em 20 de março de 2020, a Medida Provisória nº 926 inseriu no art. 3º, §9º, da Lei 13.979/20 que o Presidente da República estabeleceria, por decreto, os serviços públicos e atividades essenciais, aos quais não poderiam ser impostas restrições. No entanto, logo após, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 6341, ofertou ao art. 3º, §9º, interpretação conforme a Constituição e, à luz do federalismo cooperativo, conferiu a cada autoridade federativa o poder de estabelecer, mediante decretos e no âmbito de suas respectivas competências, as atividades consideradas essenciais, à vista das regras técnicas e científicas de distanciamento e dos interesses e particularidades regionais e locais.

A pretendida concentração da definição de atividade essencial na União, vista pelo governo federal como oportunidade de obstar o alcance das medidas sanitárias de governadores e prefeitos e “livrar” determinados segmentos econômicos das restrições, foi considerada materialmente inconstitucional, notadamente porque, além de afrontar o princípio da separação de poderes (art. 2º, CF) e premiar a inércia do governo Bolsonaro, esvazia, invade e impede a atuação dos estados e municípios na promoção da saúde pública, encargo comum dos entes federativos, consoante o art. 23, II, e 198, I, ambos da Constituição Federal, cujas ações e serviços públicos de saúde serão universais e regidos pela descentralização.

À vista disso, o STF reconheceu que a competência para a proteção da saúde, seja no plano administrativo, seja no plano legislativo, é tripartite, da União, dos estados e dos municípios, que devem, mediante cooperação, integração e coordenação, adotar todas as medidas sanitárias necessárias à contenção do SARS-CoV-2, não podendo

[...] ser alijados desta batalha, pois eles têm o poder-dever de tomar, de empreender as medidas necessárias para enfrentar a doença, porque, além das competências comuns que compartilham com a União, já foi dito aqui que cabe-lhes cuidar da saúde e assistência pública. E, mais ainda, compete aos Municípios organizar o abastecimento alimentar, nos respectivos âmbitos de atuação, evidentemente, segundo dispõe o art. 23, incisos II e VIII do Texto Constitucional (BRASIL, 2020a, p. 135).

Nessa perspectiva, a Lei 13.979/20 dispõe em seu art. 3º, §9º, que a adoção das medidas sanitárias “deverá resguardar o abastecimento de produtos e o exercício e o funcionamento de serviços públicos e de atividades essenciais, assim definidos em decreto da respectiva autoridade federativa”, vedando também, em seu §11, a restrição às “cargas

de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população” (BRASIL, 2020b).

### 1.2.1 Juridicidade das Medidas Sanitárias

Superada a questão do ente público competente para determinar as medidas de enfrentamento à Covid-19, importante agora analisar as balizas constitucionais a que estão submetidas, e amparadas, essas ações. Indaga-se se essas medidas, a bem da saúde pública e sob o poder de polícia sanitário e administrativo, possuem legitimidade e fundamento jurídico para restringir direitos fundamentais assegurados no art. 5º da Constituição Federal, tais como a liberdade de locomoção, prevista em seu inciso XV, a liberdade de reunião, de seu inciso XVI, e a inviolabilidade da intimidade, prescrita em seu inciso X.

A compatibilidade entre as medidas sanitárias, a calamidade epidemiológica e os direitos fundamentais deve ser analisada à luz das novas funções do Estado e do princípio da proporcionalidade, desenvolvido por Robert Alexy.

A complexidade da sociedade contemporânea reclamou a renovação e a ampliação do papel do Estado e dos direitos fundamentais. Felipe Braga Netto (2021) leciona que, inicialmente, os direitos fundamentais assegurados pelas cartas constitucionais buscavam impedir ofensas estatais, cabendo, assim, ao Estado essa exclusiva tarefa de não infringi-los.

Ao lado dessa clássica função negativa, o autor atenta que, com a crescente potencialidade da sociedade moderna, mostrou-se necessária a dimensão positiva dos direitos fundamentais, redefinindo os deveres do Estado para que este, além de respeitar, protegesse ativamente os direitos de seus cidadãos, tutela ainda incrementada no Brasil pelo reconhecimento da eficácia irradiante ou horizontal dos direitos fundamentais, os quais, independentemente da mediação do legislador e do caráter público ou não da norma, aplicam-se diretamente às relações de direito privado, originando, assim, os *deveres estatais de proteção* dos indivíduos contra ameaças e riscos oriundos de particulares.

Atualmente, então, o papel do Estado consubstancia-se em garantir e promover concreta e plenamente os direitos fundamentais, o que, por vezes, resta impraticável, quando, por exemplo, um indivíduo no exercício de um direito fundamental seu agride o direito fundamental de outrem, como no cenário pandêmico em tela. Quando dois

direitos não puderem ser usufruídos em sua plenitude ao mesmo tempo, como no conflito atual entre, por exemplo, a saúde pública e a liberdade de locomoção, deve ser realizada uma ponderação de qual responderá melhor, no caso concreto, ao interesse coletivo, exatamente na medida certa à realização dessa finalidade pública, atendendo ao princípio da proporcionalidade.

Possuindo natureza principiológica e forte conteúdo axiológico, a resolução da colisão entre direitos fundamentais segue o método geral de solução dos conflitos entre princípios constitucionais defendido por Robert Alexy (2008). Para o autor, os princípios, e por conseguinte os direitos fundamentais, demandam que aquilo que estabelecem seja concretizado na maior medida possível conforme as circunstâncias fáticas e jurídicas do caso, consubstanciando-se, assim, em mandamentos de otimização.

Nessa perspectiva, a colisão dos princípios e dos direitos fundamentais deve ser resolvida por meio do sopesamento e da máxima proporcionalidade, de forma a analisar as variáveis do caso concreto para atribuir pesos a cada direito e avaliar qual prevalecerá em determinada conjuntura, limitando-se de modo a salvaguardar outro, embora abstratamente possuam a mesma importância.

Para atender à otimização, Alexy (2008) relaciona as três máximas parciais, ou subprincípios, da máxima da proporcionalidade: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, em sequência, com vistas a harmonizar os meios e os fins. O primeiro prisma a ser analisado é o da adequação, perfazendo um exame absoluto por meio de um critério negativo que elimina meios não adequados para alcançar o fim almejado pelo direito prestigiado. Atendido adequadamente o objetivo pretendido, passa-se à máxima da necessidade, que demanda que, dentre os meios adequados, seja escolhido aquele que invada e limite menos o direito fundamental atingido, vedando sacrifícios desnecessários mediante um exame comparativo entre a intervenção do meio escolhido e a finalidade perseguida.

Enquanto os subprincípios da adequação e da necessidade consideram a otimização no tocante às circunstâncias fáticas, o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito trabalha com a concretização mais ampla possível em face das possibilidades jurídicas, analisando o grau de não-satisfação ou afetação, ou ainda a intensidade da intervenção, de um dos direitos, seguido da avaliação da importância da satisfação do direito colidente e, por fim, investigando se a importância da satisfação deste justifica a afetação daquele, de sorte que, quanto maior a intervenção, tanto maior deverá ser a importância da realização do direito prestigiado, sendo

[...] possível construir um conceito de importância que seja a reunião de uma grandeza concreta e uma grandeza abstrata. Nesse sentido, a vida humana tem, em abstrato, um peso maior que a liberdade geral de se fazer ou deixar de fazer o que se queira. Portanto, a importância que a proteção da vida tem em uma determinada situação pode ser determinada, ao mesmo tempo, com base no peso abstrato da vida e na ameaça que ela sofre no caso concreto (ALEXY, 2008, p. 597).

Vez que inexistente direito absoluto, o Estado, de modo proporcional e cogente, deve tutelar os valores constitucionais de maior peso na conjuntura pandêmica, quais sejam a vida (art. 5º, caput, CF) e a saúde (art. 6º, caput, CF) de todos os cidadãos, direitos corolários da dignidade da pessoa humana, além de salvaguardar a saúde pública, consagrada nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal como direito de todos e dever do Estado.

Para suprimir o contágio do SARS-CoV-2, transmitido principalmente através de gotículas respiratórias e contato, a World Health Organization (2020) recomenda um conjunto de medidas não farmacológicas, desde identificar, testar, isolar pessoas infectadas e colocar em quarentena todos os contatos próximos de pessoas contaminadas, distanciamento físico, uso de máscaras onde haja transmissão comunitária, higiene das mãos, etiqueta respiratória até limpeza e desinfecção ambiental.

Desse modo, as ações de limitação, por exemplo, dos direitos de ir e vir e de reunião determinadas pela Lei 13.979/20 e aplicadas não só aos pacientes contaminados e suspeitos, como também a toda a população em geral, além da restrição a serviços e a atividades para suprimir a mobilidade, são adequadas para reduzir o contato entre pessoas, os fluxos em espaços públicos e, conseqüentemente, a disseminação do vírus, além de evitar o colapso dos recursos de saúde, seguindo recomendações médicas e científicas.

Quanto à máxima da necessidade, as vacinas são uma opção mais branda e adequada para conter a crise da Covid-19, no entanto, como já explicado, não são uma solução a curto prazo. À vista disso, a restrição da mobilidade e do contato, sobretudo no Brasil, mostra-se ainda, em setembro de 2021, como a medida necessária para atingir o objetivo de proteção da saúde, até o desenvolvimento da imunidade coletiva por meio da vacinação.

Além dessas intervenções, a Lei 13.979/20 estabelece também, em seu art. 3º, III, a, a realização de exames de forma compulsória para prevenir riscos à vida e à saúde da população, conflitando com o direito à intimidade dos indivíduos. Em uma ação de

obrigação de fazer promovida pelo Distrito Federal em 10 de março de 2020, com fundamento na recusa injustificada de um indivíduo, suspeito de ter contraído o novo coronavírus de sua esposa, em atender determinação epidemiológica da Secretaria de Saúde referente à realização de exames laboratoriais para verificar a presença do SARS-CoV-2, a magistrada do caso, em nome da segurança pública e mediante a ponderação de valores, deferiu medida liminar para que o indivíduo fosse intimado, com urgência, para realizar a coleta de amostras clínicas e determinou que se abstinhasse de sair de sua residência até o resultado do exame, sob pena de multa.

Seguindo os ditames da adequação e da necessidade, a magistrada do caso entendeu que

[...] em uma situação como o surto do Coronavírus, há, de fato, um conflito entre o direito coletivo da sociedade à saúde pública, o dever do Estado de proteger a população e o direito à autodeterminação do cidadão, que, em tese, poderia optar por se submeter ou não a um tratamento médico ou por realizar ou não exames. Mas os direitos, ainda que fundamentais, não podem ser encarados de maneira absoluta, devendo ser relativizados sempre que contrapostos em uma situação em concreto. [...] No caso, portanto, a determinação de submissão a exames compulsórios e o isolamento do requerido sobressai-se necessária porque o problema é de saúde pública, caso em que ao Estado incumbe adotar providências no sentido de preservar não apenas a saúde e integridade do próprio requerido, mas de toda a coletividade que pode ser exposta indevidamente à contaminação por um vírus de transmissibilidade e letalidade notórias. [...] Nesse aspecto, a coleta forçada de amostras biológicas do requerido mostra-se legítima no caso, dada a urgência e seriedade da situação globalmente vivenciada, observados, evidentemente, métodos respeitosos que preservem sua dignidade na realização dos exames. Soma-se a isso o fato de que a intervenção pretendida não traz qualquer risco à saúde do requerido, porque minimamente invasiva (DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 3-4).

Imprescindível colacionar à análise da juridicidade das medidas sanitárias a decisão do Supremo Tribunal Federal na medida cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 811/SP, proposta pelo diretório nacional do Partido Social Democrático (PSD), contra o art. 2º, II, a, do Decreto nº 65.563, de 12 de março de 2021, do Estado de São Paulo, que vedou a realização de cultos, missas e demais atividades religiosas de caráter coletivo. O requerente alegou que o Decreto de contenção à transmissão do novo coronavírus estabeleceu restrições totais e desproporcionais ao direito constitucional à liberdade religiosa e de culto das religiões que adotam atividades de caráter coletivo, afrontando o dever de laicidade do art. 19, I, CF/88, argumentando ainda que apenas com a decretação do Estado de Sítio, fundamentado no art. 137, II, da Constituição Federal, o exercício da liberdade religiosa poderia ser restringido.



Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que, independentemente do Estado de Sítio, a liberdade de locomoção encontra seus limites nos outros direitos reconhecidos pela Constituição Federal, que devem se inter-relacionar e se limitar para dar eficácia aos demais preceitos constitucionais. À vista disso, o relator Ministro Gilmar Mendes sublinha que o direito de liberdade religiosa, do inciso VI do art. 5º da CF, é garantido na forma da lei, o que afasta qualquer interpretação de que a liberdade de realização de cultos coletivos seria absoluta.

Diante disso, foi reconhecida a constitucionalidade, a proporcionalidade e a razoabilidade das medidas temporárias do Decreto ao restringir o exercício de atividades religiosas coletivas no grau estritamente necessário, contando com meios alternativos de realização de cultos e missas, ao enfrentamento da maior crise epidemiológica dos últimos cem anos, marcada, particularmente no Brasil, por alta mortalidade, sendo “patente reconhecer que as medidas de restrição à realização de cultos coletivos, por mais duras que sejam, são não apenas adequadas, mas necessárias ao objetivo maior de realização da proteção da vida e do sistema de saúde” (BRASIL, 2021b, p. 15).

Nesse mesmo sentido, destaca-se o § 1º do art. 3º da Lei 13.979/20, dispondo que as suas medidas, além de seguirem *standards* e evidências científicas e técnicas de organizações reconhecidas nacional e internacionalmente, “deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública”, observando, dessa forma, as máximas da adequação e necessidade, além dos deveres de transparência e fundamentação (BRASIL, 2020b). Quanto a esse último, Braga Netto (2021) leciona que, contemporaneamente, no agir (e no não agir) do Estado, sobretudo em caso de conflito de direitos, exige-se cada vez mais densidade argumentativa, legitimando suas ações e omissões à luz da proporcionalidade em cada decisão.

À vista disso, para atender à última máxima, da proporcionalidade em sentido estrito, faz-se necessária a análise se o grau de importância do direito prestigiado pelas medidas sanitárias justificou e foi proporcional à intensidade das suas intervenções nos direitos citados. Conflitando com o direito à saúde, manifestação direta do direito à vida e à existência digna, cedem todos os outros direitos, uma vez que, consoante Braga Netto adverte, “todos os projetos de vida, todas as realizações existenciais e patrimoniais pressupõem a vida e a saúde humanas. É uma espécie de primeiro degrau de escada. Somos quase nada sem saúde” (2021, p. 320).



Nesse mesmo sentido, Clayton Reis, Guilherme Alberge Reis e Rafaella Nogaroli apontam que,

[d]iante do fechamento de estabelecimentos comerciais não essenciais, a fim de evitar a disseminação da doença, surge uma intuitiva conclusão à qual a doutrina constitucionalista já havia chegado: os direitos à saúde e à vida têm primazia sobre outros importantíssimos preceitos constitucionais, como o direito à livre iniciativa e à livre circulação. [...] É certo, portanto, que a ordem constitucional deve privar pela qualidade de uma vida digna e tudo aquilo que se mostre necessário para que se atinja tal objetivo, não havendo margem por parte de pessoas físicas ou jurídicas para violação ao bem-estar coletivo (2020, s. p.)

Nessa perspectiva, na edição e aplicação das ações sanitárias, o Estado age, de modo proporcional, para defender a saúde pública, reconhecida pela Constituição Federal brasileira de 1988 como um direito social fundamental (art. 196) e de caráter difuso, cuja promoção e tutela são deveres dos governantes, a partir de diferentes compromissos, apontados por Fernanda Schaefer Rivabem como

[...] obrigações de respeitar (no sentido de se vedar a intervenção indevida do Estado na vida individual de modo que se leve à redução da saúde); proteger (resguardar contra as possíveis violações causadas por terceiros) e implementar (instituindo políticas públicas eficazes; facilitando e fornecendo bens e serviços de saúde) (2010, p. 27).

Ao Estado contemporâneo, garantidor dos direitos fundamentais, reclama-se progressivamente uma postura mais ativa e preventiva em relação à saúde dos seus cidadãos, não só na formulação de políticas públicas, como também a tutelando da conduta dos particulares (BRAGA NETTO, 2021). Diante do quadro pandêmico, ainda maior deve ser essa preocupação estatal, cabendo, pois, prevenir todo e qualquer risco de dano à saúde da população, à luz dos princípios da prudência e eficiência somados a uma atuação repressiva e corretiva, abrangendo tanto deveres negativos do particular, como obrigações positivas em benefício do interesse e da saúde da coletividade.

### **1.2.2 A Essência Solidária das Medidas Sanitárias em Confronto com Uma Sociedade Individualista**

Sendo um direito de segunda dimensão, previsto em diversos tratados internacionais e reconhecido como um direito universal no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o direito à saúde, para além de um direito

fundamental do indivíduo, pertence também à coletividade, garantindo o bem-estar em sua acepção mais plena e ampla (CARRÁ; LEMOS, 2020).

Destarte, Rivabem (2010) salienta que a saúde, como direito subjetivo especial e direito social, é resultado da convergência de aspectos individuais, no sentido de não somente sobrevivência ou ausência de doença, mas sim vida digna e integridade corporal (constituída da complexidade física e psíquica), bem como de aspectos coletivos, consubstanciados em prestações positivas e negativas por parte do Estado em prol da coletividade, que exige tanta proteção quanto a pessoa considerada em si.

Assim, a partir do reconhecimento do direito à saúde e à integridade de uma coletividade difusamente considerada, essa deve ser protegida dos riscos e danos de uma exposição indevida à Covid-19, sendo imprescindível a intervenção administrativa e legislativa para restringir a liberdade individual em prol do interesse coletivo.

Nesse diapasão, os agentes públicos devem sempre se nortear pela satisfação do interesse público, dotado de ampla fluidez e indeterminação para lhe garantir operatividade, abarcando, em ampla acepção, todos os interesses juridicamente protegidos, tanto o interesse da coletividade propriamente considerada (interesse geral) quanto interesses individuais e coletivos (interesses específicos), mas que, no quadro pandêmico atual, consubstancia-se na defesa da vida e da saúde da população à luz de todas as circunstâncias fáticas e jurídicas já expostas (HACHEM, 2011).

Para Fernando Navarro Vince e Valter Moura do Carmo (2020), a legitimidade da conduta estatal será aferida pela concretização do bem geral da coletividade, consubstanciando-se como única justificativa à intervenção do Estado nos direitos individuais. Essa supremacia do interesse público sobre o privado é amparada e limitada não só pela Constituição Federal, como também pela própria gênese do Estado.

Na concepção de Thomas Hobbes (2012), o Estado, ou Leviatã, foi instituído mediante pactos recíprocos dos indivíduos para sua própria proteção e defesa, sendo a segurança do povo seu objetivo e a saúde sua concórdia. Esse homem artificial denominado Estado surge a partir da vida miserável e brutal do estado de natureza, onde o indivíduo é governado por sua própria razão e por desejos ilimitados, possuindo irrestrita liberdade e direito a todas as coisas, o que, em confronto com a escassez dos recursos, resulta na guerra de todos contra todos.

Para Hobbes (2012), essa incessante busca pelos apetites individuais à parte de qualquer cooperação ou preocupação com a segurança coletiva, desprezando-a em nome da liberdade, tem como consequência uma vida curta, e, transpondo esse

raciocínio à realidade atual, redundando no colapso do sistema de saúde e na morte de milhões de pessoas. À vista disso, deve o homem “concordar com a renúncia a seus direitos sobre todas as coisas, contentando-se com a mesma liberdade que permite aos demais”, sendo essa a medida necessária à manutenção da paz e da sua própria defesa (HOBBS, 2012, p. 108).

Essa soberania estatal, defende o autor, estará autorizada a fazer tudo que precise fazer, antecipadamente, para manter o respeito mútuo e para dirigir as ações dos indivíduos ao bem comum, restringindo a liberdade dos cidadãos, como nas atuais intervenções sanitárias, e usando de sanções e uso da força para punir quem, por conta do seu egoísmo, ameaçar a ordem social, a paz, a segurança e a saúde públicas.

Analizando o cenário pandêmico sob os ensinamentos de Hobbes, Jairo Rivaldo Silva (2020) alerta que as intervenções sanitárias de prevenção e combate à Covid-19 afloraram os apetites pessoais e o lado egoísta dos seres humanos, passando a desrespeitar essas importantes medidas para perseguir seus próprios interesses. Diante disso, Silva aponta que

[o] direito de agir inteiramente de acordo com o seu próprio julgamento privado (ou direito à liberdade), é precisamente o que as pessoas renunciam quando formam o contrato social para entrar no estado político. Agora, como membros da sociedade civil, as pessoas devem renunciar aos seus direitos de governar a si mesmas e, em vez disso, devem adequar seus juízos privados à razão pública a fim de preservar a unidade da República. [...] Em momentos de crise (como a que estamos vivenciando), a liberdade precisa ser reeducada, reconfigurada e mesmo temporariamente renunciada, a fim de servir à um ideal maior, o ideal de cidadania e cooperação com as leis civis a fim de evitar a extinção da sociedade (2020, p. 11-12).

Essa compatibilização dos interesses e liberdades individuais aos desejos coletivos perpassa a solidariedade social, constitucionalmente admitida como princípio-dever fundamental (art. 3º, I, CF), devendo ser considerada, consoante sublinha Rivabem (2010), em todas hipóteses de aplicação do Direito e em quaisquer condutas de um indivíduo integrado à sua comunidade, como ponto de equilíbrio entre interesses privados e sociais, exigindo das pessoas, tanto físicas quanto jurídicas, certo sacrifício em benefício da coletividade.

Destarte, para além da supremacia do interesse coletivo, da proteção da saúde pública e da máxima da proporcionalidade, a solidariedade social, tanto como dever normativo quanto como argumento ético, oferta legitimidade e respaldo à edição e aplicação das medidas restritivas de combate à Covid-19.

Nessa perspectiva diante dessa crise essencialmente humana que é a pandemia, deve haver o resgate da virtude humana da solidariedade, preterida pela sociedade moderna, em que as pessoas estão marcadas pelo individualismo, desprovidas de um senso comunitário e voltadas apenas ao próprio prazer e interesse. Seguindo essa lógica, Eduardo Dantas e Rafaella Nogaroli atentam que os tempos pandêmicos devem vir para mudar paradigmas, realçando que os seres humanos dependem necessariamente uns dos outros e que

[p]arar – ainda que de maneira forçada e compulsória e em escala global – o comércio, o deslocamento de pessoas, e a maneira errática e imediatista com que a vida chamada moderna se desenvolvia até então, é um convite para repensar relações humanas, de produção e até familiares (2020, s. p.)

Assim sendo, todas as medidas sanitárias atuais buscam um bem comum, cujo respeito decorre muito além da obrigação jurídica, sendo, pois, uma obrigação ética de preservar, além da própria saúde, a de outros membros da coletividade, a fim de impedir, ou ao menos diminuir, a disseminação do novo coronavírus. Ressalta-se que o dever de cuidado atual não é o mesmo de outrora: deve-se redobrar a prudência nas ações, priorizando os interesses sociais e estabelecendo a responsabilidade de cada indivíduo, ao se reconhecer na comunidade em que está inserido, de proteger a si e aos seus semelhantes dos efeitos da pandemia.

Não obstante, passado mais de um ano e seis meses desde que a Covid-19 tomou o centro das atenções, o egoísmo e o narcisismo não só persistiram, como se acentuaram. Aglomerações, viagens e festas por todas as partes, desuso consistente de máscaras, etiquetas respiratórias – e sociais – ignoradas, distanciamento social, quarentena e isolamentos desrespeitados. O total oposto da solidariedade, da busca pelo bem comum e da responsabilidade social necessárias ao enfrentamento da crise atual é visto todos os dias nos encontros de família e de amigos, nas festas, no comércio, nos mercados e no governo, ignorando e agravando a conjuntura sindêmica exposta anteriormente.

À vista disso, a desobediência às medidas sanitárias, seja por ação ou omissão, dolosa ou culposamente, como a falta da diligência esperada em uma pandemia, de modo que tenha agravado o risco de contágio para a coletividade, pode e deve acarretar responsabilização do agente. A possibilidade de imposição de sanções civis, administrativas e penais consta do art. 3º, § 4º, da Lei 13.979/2020, e do art. 5º, da Portaria nº 356, cujas consequências na seara da responsabilidade civil ao sujeito infectado pelo

SARS-CoV-2 que desrespeita o isolamento são objeto de estudo desse trabalho, especialmente no capítulo 3.

Em síntese, buscou-se estudar os fatos que precedem, contextualizam e ampliam o maior colapso sanitário e hospitalar do Brasil, marcado pelo elevado número de contaminados, de internações e de óbitos e pelo surgimento de mutações do SARS-CoV-2 potencialmente mais transmissíveis e perigosas, associado a desigualdades socioeconômicas estruturais e dissimuladamente agravado pela condução do governo federal. Afora as questões históricas, sociais, econômicas e ambientais que foram analisadas, os fatores culturais acabam por tornar mais grave o quadro sindêmico: as medidas sanitárias jurídica e eticamente adequadas e necessárias para a redução da disseminação da Covid-19 vêm sendo desrespeitadas pela sociedade individualista, orientada por interesses particulares enquanto o momento atual exige o enfrentamento comunitário e solidário.

## CAPÍTULO 2

### A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL: DA CONFORMAÇÃO LIBERAL-INDIVIDUAL À PERSPECTIVA HUMANISTA E SOCIAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Neste capítulo, pretende-se analisar a trajetória histórico-jurídica em que se deu a alteração do objeto de tutela da responsabilidade civil, e, conseqüentemente, de suas funções e de seus pressupostos, atualizados a partir das novas circunstâncias lesivas da sociedade moderna e dos mandamentos de um sistema jurídico humanista e valorativo. A partir de um breve estudo desse extenso instituto, busca-se demonstrar que a responsabilidade civil, fundamentalmente dinâmica e cultural, teve de se atualizar constantemente para ser um instrumento eficaz de sociabilidade e, recentemente, de proteção da pessoa humana, em todas as suas perspectivas.

#### 2.1 RESPONSABILIDADE CIVIL E REALIDADE SOCIAL: UM CONSTANTE DIÁLOGO

*Ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus.* Onde há homem, há sociedade; onde há sociedade, há Direito. Instituições umbilicalmente ligadas e dependentes, não se erige qualquer sociedade, condição natural do homem, sem formas e garantias legais, nem se concebe qualquer norma jurídica que não esteja subordinada à realidade desse corpo social.

Destarte, Fabiana de Castro evidencia que o Direito, enquanto fenômeno histórico, dialético e cultural, compõe-se à luz da sociedade, cujos valores e normas visam a responder aos “anseios sociais para prevenir e solucionar os conflitos sociais e permitir que o homem possa desenvolver-se de forma integral e integrada com a finalidade da pacificação social e o bem comum” (2015, s. p.).

Nessa qualidade, estabelece o Direito mecanismos de regulação da sociabilidade, tal como o importante instituto da responsabilidade civil, que encerra uma “relevante mediação entre certas práticas sociais e a sua respectiva proteção ou reprovação jurídica” em cada momento histórico (FACHIN, 2010, p. 11). Originando-se da ideia de que a ninguém é dado lesionar terceiros (*neminem laedere*), a responsabilidade civil, em suma, compreende os pressupostos necessários para que se possa responsabilizar uma pessoa por danos à outra, classificados esses, tradicionalmente, em conduta, dano, culpa e nexo causal, destacando ainda Joyceane Bezerra de Menezes (2009) que a responsabilidade

civil estabelece um dever sucessivo (secundário) decorrente do descumprimento de um dever primário.

Inspirado, primordialmente, na preocupação do convívio social harmônico, o fundamento da responsabilidade civil, como parâmetro valorativo de reprovação de condutas dentro do sistema jurídico-social, consubstancia-se no reconhecimento do dever de comportar-se como membro de uma coletividade e, por conseguinte, nas obrigações decorrentes de violações desse dever de cuidado para com seus semelhantes.

Para tal, Braga Netto defende que a responsabilidade civil deve refletir os valores de cada tempo histórico, sintetizando o modo de vida de um povo e sua cultura e o que entende como digno de tutela ou reprovação em cada período, possuindo o instituto “pontes e canais de comunicação que permitem diálogos e influências entre o que acontece lá fora e o que acontece aqui dentro” (2021, p. 21-22).

Nessa perspectiva, apresenta-se a responsabilidade civil como o instituto que melhor e mais rapidamente incorpora e se adequa às novas condições sociais, revisitando seus fundamentos, funções e pressupostos ao passo que envolve a coletividade, seus conflitos e seus objetos e danos tutelados para restabelecer o equilíbrio desfeito e oferecer os instrumentos necessários a cada época e lugar (MENEZES, 2009).

Atualmente, o instituto da responsabilidade civil volta sua atenção dos danos causados aos danos sofridos, sejam eles de cunho patrimonial ou extrapatrimonial, individual ou coletivo, decorrentes de culpa, presunção de culpa ou de imposição normativa, tendo alcançado essa conformação após uma longa caminhada histórica.

## 2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICA DO OBJETO DE TUTELA DA RESPONSABILIDADE CIVIL: DO PATRIMÔNIO À PESSOA

Antes de alcançar sua clássica conformação liberal-individual, a ser estudada em breve, o sistema de responsabilização experimentou diversas configurações. Felipe Probst Werner (2018) explica que a primeira forma de reparação dos danos consistiu na denominada vingança privada, ou justiça com as próprias mãos, caracterizada como uma reação direta e violenta do lesado, ficando o ofensor exposto a um novo mal por parte do ofendido ou de seu grupo.

O primeiro passo evolutivo na satisfação dos danos deu-se com o Código de Hamurabi, que, embora tenha acolhido a vingança pessoal, elencando um rol de agressões específicas e a sua idêntica devolução, ofertou a possibilidade de reparação

dos danos por meio de uma compensação pecuniária, estando a composição a critério da vítima (CASTRO, 2015).

Nessa escalada histórica, destacam-se agora as importantes transformações operadas pelo direito romano. Em primeiro plano, a Lei das XII Tábuas previu diferentes formas para a reparação dos danos, tal como as hipóteses em que o ofendido era obrigado a aceitar um pagamento previamente fixado, estabelecendo, assim, a composição obrigatória. Após, com a *Lex Aquilia de Damno*, do final do século III a. C., apresentaram-se as raízes da responsabilidade civil como instituto jurídico e da obrigatoriedade da existência de culpa para a reparação, opondo-se à fase da vingança privada, em que bastavam somente a conduta e o prejuízo sofrido para que houvesse responsabilização (POLI, 2014).

Caracterizada no período romano como uma escolha de conduta contrária ao Direito, e após, na Idade Média, sob influência do direito canônico, ligada ao pecado e à violação de uma ordem superior, a culpa consolidou-se na modernidade como elemento imprescindível da responsabilidade civil, sobretudo, consoante destaca Bruno Leonardo Câmara Carrá (2017), diante da cláusula geral do Código Civil francês de 1804 (*Code Napoleon*), que enunciava, genericamente, que quaisquer danos que alguém viesse a sofrer ensejariam a consequente indenização, desde que restasse provada, pois, a culpa do agente.

Diante das exigências do liberalismo e das economias de *laissez faire* vigentes na época, esse enunciado genérico precisou ser limitado para que não prejudicasse o mercado, passando os danos “a ser associados apenas aos valores mais importantes daquela sociedade, que basicamente eram os de natureza patrimonial”, somados à exigência da culpa como requisito indispensável do dever de indenizar, ao lado dos elementos da conduta, do dano e do nexo de causalidade entre esses (CARRÁ, 2017, p. 131).

Embora anteriormente a culpa tenha permanecido como base da caracterização da responsabilidade, a lógica racionalista do liberalismo transferiu o foco do dever de indenizar para o dano, não sendo, porém, todas as lesões consideradas juridicamente relevantes ou merecedoras da proteção do Direito, tal como os danos aos direitos imateriais, que, conforme ressalta Carrá (2017), só por exceção eram tutelados, uma vez que a violação, sob o aspecto jurídico e a ideologia de mercado, deveria ser ressarcível sob o ponto de vista econômico.



Nesse diapasão, Maria Alice Costa Hofmeister destaca que, por um longo tempo, o centro do Direito Civil e o objeto merecedor da tutela da responsabilidade civil consistiam no direito de propriedade e em outros direitos patrimoniais, sob a égide do Estado de Direito Liberal, do individualismo e da concepção absoluta da propriedade e da autonomia da vontade, livre inclusive do controle e interferência públicos, de sorte que

[t]al atitude refletia a mentalidade dominante até décadas recentes, exprimindo a relevância atribuída às coisas, ao objeto do direito. A visão individualista dedicava-se a proteger preeminentemente o que integrava o patrimônio da pessoa, relegando-se a tutela daquela a um segundo e posterior plano. Este ponto de vista é facilmente perceptível nos códigos seguidores do modelo napoleônico, bem como nos estudos doutrinários correspectivos. Os interesses patrimoniais são mais importantes que os seus titulares. Em outras palavras, ter é mais relevante do que ser. O valor da pessoa está no que tem, não na sua dignidade como tal. As relações jurídicas se passam entre titulares de patrimônios. Os interesses meramente pessoais são irrelevantes (2000, p. 80).

Essa conformação liberal-individual, instrumento primordial de proteção da propriedade privada, refletia o próprio sistema jurídico fechado, lógico e formal da época, arraigado a fórmulas e leis rígidas e absolutas que não dialogavam umas com as outras, restando às constituições somente decidir sobre estrutura do Estado e algumas questões de direito público, sem grandes implicações na interpretação e aplicação do Direito (BRAGA NETTO, 2021).

No entanto, diante dos impactos na vida humana gerados pela Revolução Industrial, posteriormente pela Revolução Tecnológica, e das atrocidades decorrentes das Guerras Mundiais, a comunidade jurídica deparou-se com a necessidade de respeito aos valores humanitários e com a insuficiência da lógica liberal e da responsabilidade civil clássica diante da multiplicidade de possibilidades lesivas aos mais variados aspectos da existência humana, emergindo o Estado Social, os tratados de Direitos Humanos e as Constituições sociais para estabelecer os direitos fundamentais protetivos da pessoa humana, alçando-a ao centro de todo o ordenamento jurídico, inclusive do Direito Civil.

Nessa perspectiva, a Constituição, núcleo irradiador da unidade e da legitimidade das normas do sistema jurídico, transforma o Direito Civil e seus institutos, sobretudo o da responsabilidade civil, por meio do processo de constitucionalização, ultrapassando a dicotomia entre direito público e privado e o modelo individualista-liberal da responsabilidade civil, presente no Código Civil francês de 1804 e no Código Civil brasileiro de 1916, para inaugurar, conforme Nelson Rosenvald e Felipe Braga Netto

(2018) apontam, um processo de despatrimonialização e personalização das relações civis, que deu origem ao Código Civil de 2002.

Para Carlos Giovani Pinto Portugal e Rosalice Fidalgo Pinheiro, ante a “importância e a primazia da Constituição no universo das normas jurídicas, deixando-se por completo a noção de intangibilidade do espaço privado pela ingerência estatal de caráter socializante”, testemunhou-se a transformação da ordem jurídica, para um sistema aberto e valorativo, e da responsabilidade civil, redefinida a partir das opções valorativas da Constituição, fazendo com que o dever de indenizar resulte cada vez mais de princípios, mormente da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social (2013, p. 342).

O princípio da dignidade humana, como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, CF), reconhece que a pessoa e seu valor intrínseco são a razão de ser do Estado e das instituições jurídicas, e não o oposto, superando a visão abstrata e proprietária do indivíduo para dar lugar à pessoa humanizada, concreta e integrada à sociedade. À vista disso, Braga Netto aponta que o instituto da responsabilidade civil adquire um olhar mais ético, reconhecendo que “o patrimônio é mero instrumento de realização de finalidades existenciais” e buscando “salvaguardar o bem supremo e o foco principal do direito: o ser humano em sua integridade” (2021, p. 46 e 75).

Adverte ainda o autor que a responsabilidade civil do século XXI destina-se à tutela da pessoa em quaisquer de suas esferas, empregando o princípio da dignidade humana como critério de ponderação dos bens jurídicos merecedores de proteção e dos novos danos tutelados, na medida em que o princípio é vertedouro dos comportamentos éticos e leais esperados diante do dever de cuidado e respeito com o pleno desenvolvimento do próximo.

Certo é que a dignidade da pessoa humana somente encontra sua plenitude à medida que os indivíduos são incluídos em um corpo social pacífico, saudável e igualitário, razão pela qual vem o princípio da solidariedade galgando destaque em todo o ordenamento jurídico, dado que a proteção dos direitos pessoais não pode se dar sob um aspecto egoístico, socialmente descontextualizado e à mercê dos problemas da coletividade (HOLANDA; LIMA; CARVALHO, 2018).

Nesse tom, Braga Netto (2021) destaca que a solidariedade social, constitucionalmente admitida como princípio-dever fundamental (art. 3º, I, CF), implantou o modelo solidarista da responsabilidade civil, reconhecendo que também os grupos e a comunidade humana são dignos de proteção jurídica, particularmente diante do caráter difuso que atualmente permeia a sociedade e os danos.

O instituto da responsabilidade civil, animado pela solidariedade, vem então aumentando as hipóteses de responsabilização objetiva, que prescinde da demonstração da culpa, prestigiando a justiça distributiva e os fundos de garantia, autorizando novas leituras do nexo causal, cada vez mais flexíveis, e amparando novos interesses e danos, especialmente coletivos e difusos, eventos esses que serão analisados posteriormente.

Ante a “constitucionalização dos princípios com a compreensão de seu caráter normativo, e a humanização e socialização do Direito como frutos da primazia da pessoa humana concreta frente às situações individuais abstratas da modernidade”, a responsabilidade civil do século XXI renovou todo o seu olhar, transformando seu objeto e sua forma de tutela a fim de fazer frente a sociedades cada vez mais complexas, massificadas e plurais (PORTUGAL; PINHEIRO, 2013, p. 348).

Diante disso, Marcos Ehrhardt Júnior (2017) destaca que os pressupostos da responsabilidade, antes orientados à figura do lesante, voltam-se ao lesado e à reparação do dano sofrido, mediante os princípios da proteção prioritária à vítima do dano e da reparação integral, conjugados ao reconhecimento de novos interesses passíveis de proteção jurídica e, por conseguinte, de reparação civil.

Desse modo, o cerne da responsabilidade civil atual passa da análise se há motivos que obrigam o ofensor a indenizar a vítima para indagar o porquê de não o fazer, buscando amparar todas as espécies danosas, contanto que violem bens e interesses dignos da tutela jurídica à luz dos valores fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, e ofertar novas formas de reparação, reparação essa que deve ser da maneira mais abrangente possível, porquanto o retorno integral da vítima ao *status quo ante* mostra-se de difícil execução até mesmo nos danos materiais, restando à compensação de lesões extrapatrimoniais, graves, irreversíveis e complexas tentar minorar os deletérios efeitos sofridos (DONNINI, 2018).

Quanto à reparação integral, Daniel Ustárróz sustenta que cabe à doutrina e à jurisprudência buscar meios alternativos de satisfação da vítima, como as medidas “do desagravo, do direito de respostas, da publicização da sentença, cartas personalizadas às vítimas”, além das tutelas *in natura* ou específicas de dar, fazer e não fazer, como a “construção de memoriais, museus, obras de artes” para que, nos casos de grande comoção social, não sejam esquecidas as vítimas e a tragédia, minimizando a chance de repetição (2017, p. 32).

Atualmente, no entanto, a responsabilidade civil dirige-se a uma diversidade de funções além de reparar os danos já produzidos. A clássica indenização *a posteriori* e

destinada apenas à manutenção do *status quo ante*, contando apenas com módicos ressarcimentos ante graves lesões e fazendo com que seja mais rentável aos ofensores continuar com condutas lesivas a evitar danos, não corresponde à proteção e à segurança da pessoa humana exigidas constitucionalmente, e frente à potencialidade e complexidade dos danos decorrentes da evolução tecnológica dos bens e dos serviços.

Nesse sentido, Braga Netto (2021) ressalta que adentram à responsabilidade civil do século XXI aspectos preventivos, pedagógicos e punitivos, conjugando-se funcionalmente, uma vez que a indenização, muito mais do que somente reparar, poderá, e em muitos casos deverá, abarcar uma condição punitiva ao causador do dano, além de fazer com que outros indivíduos não queiram se expor às mesmas sanções, intimidando-os a que se abstenham de praticar atos lesivos.

Seja a título de punição, prevenção, desestímulo ou dissuasão, um incremento no valor da indenização, ou ainda com a despatrimonialização da reparação, para além de reparar ou compensar os danos, mostra-se imprescindível para reprimir e inibir atos lesivos reiterados, altamente reprováveis, de grande extensão ou ofensas que particularmente, por grave negligência ou desprezo à vítima, atentaram contra direitos fundamentais.

Embora não esteja assentada em bases pacíficas, a função punitiva da responsabilidade civil encontra amparo no compromisso social do instituto e nos princípios e cláusulas gerais que o informam, como a boa-fé objetiva, cuja ausência autoriza mais e mais danos, progressivamente mais lesivos e reprováveis, não necessitando, como pontua Rogério Donnini, de dispositivo específico para o acolhimento desse valor de desestímulo ou *punitive damages*, uma vez que

[...] as ponderações de justiça que integram nosso ordenamento jurídico nos planos constitucional e infraconstitucional, tais como: dignidade da pessoa humana (art. 1.º III, da CF), solidariedade (art. 3.º I, da CF), segurança (art. 6.º, caput, da CF), justiça social (art. 170, caput, da CF), vedação ao abuso do direito (art. 187 da CF), função social dos institutos de Direito Privado, da responsabilidade civil, inclusive, entre outras, princípios ou, mais precisamente, *cláusulas gerais*, que exercem função primacial, e não apenas permitem a aplicação desse instituto, mas impõem a utilização dessa inibição à atividade danosa (2018, p. 30).

Nesse sentido, o autor refuta o argumento de que o enriquecimento sem causa obsta o reconhecimento da função punitiva da responsabilidade civil, notadamente porque é inegável a existência da causa das *punitive damages* diante de um dano grave, qual seja a liberdade do ofensor de agir em contrariedade ao Direito, e, mesmo que a indenização seja quantificada de forma desproporcional e exagerada, devendo, pois, ser objeto de

reforma, ainda sim subsistem a causa e o propósito de existência da indenização punitiva: desestimular o autor a repetir a grave e reprovável lesão, sempre à luz da razoabilidade, da proporcionalidade e da exemplaridade.\_

Coibindo novas condutas semelhantes, seja do ofensor ou de terceiros, a responsabilidade civil alcança também a sua função preventiva, que, para Braga Netto (2021), será tão ou mais protagonista no século XXI do que a função reparatória já foi à responsabilidade civil clássica. Na atualidade, a prevenção dos danos mostra-se muito mais relevante do que a irreversibilidade da mera reparação civil, sobretudo em face das consequências extremamente gravosas advindas da sociedade contemporânea, intitulada como “sociedade pós-moderna”, por Jean-François Lyotard, “modernidade reflexiva”, por Anthony Giddens, Scott Lash e Ulrich Beck, “modernidade líquida”, por Zygmunt Bauman, e “sociedade de risco”, novamente por Ulrich Beck (CATUZZO JUNIOR, 2018).

Dante Catuzzo Junior (2018) sublinha que, qualquer que seja a denominação adotada, todos esses intelectuais buscaram investigar as repercussões da sociedade hodierna, exasperadamente tecnológica, científica, globalizada e massificada, produtora de riscos e danos de todas as ordens que resultam do paradoxo entre a busca pela máxima qualidade de vida humana e o potencial destrutivo decorrente desse incessante progresso.

A insegurança e a incerteza, elementos centrais e constituintes da conjuntura social atual, vêm então modificando o preceito geral inspirador da responsabilidade civil para compreender que a efetiva prevenção do dano apresenta-se como a forma mais eficaz do *neminem laedere* e mais harmonizada à tutela humanista almejada pela nova ordem jurídica, exigindo dos agentes, consoante salienta Andrea Cristina Zanetti (2018), uma conduta pautada na solidariedade, na cooperação, na boa-fé objetiva e na prudência, dividida essa em dois princípios, da prevenção e da precaução, inicialmente aplicados ao Direito Ambiental, mas que se estenderam por toda a responsabilidade civil.

A precaução perpassa a conduta adequada em situações onde o risco e a periculosidade são prováveis, mas não certos, a fim de reduzir os riscos potenciais ou abstratos que possam resultar em graves e extensos danos para um sujeito ou toda a coletividade. Na prevenção, no entanto, há um risco concreto, iminente e determinado, com certeza científica, exigindo-se que o agente, diante da periculosidade certa, tome todas as medidas possíveis e viáveis para evitar ou minorar prejuízos. Se, pelo contrário, o agente, seja o Estado ou particular, não adota ações responsáveis e apresenta uma conduta aquém do grau de prudência e cuidado que lhe era exigido, deve a

responsabilidade civil reagir e impedir, *ex ante*, que os danos venham a ocorrer (ZANETTI, 2018).

Portanto, é salutar que o arbitramento das indenizações compreenda cada vez mais valores compatíveis com a concretização dos novos propósitos da responsabilidade civil, fazendo com que os sujeitos não queiram se expor a sanções de cunho punitivo e preventivo e, conseqüentemente, acabando por fixar padrões de comportamento desejáveis à máxima proteção e segurança da pessoa humana.

A responsabilidade civil do século XXI, produto de todas as transformações expostas, adaptou-se aos valores dos novos tempos e às técnicas que se mostraram necessárias ao amparo das dimensões existenciais da realidade, devendo os magistrados pautarem a solução das controvérsias nos valores constitucionais, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, e na necessária aplicação, em vários casos, de indenizações exemplares, punitivas e preventivas. Toda essa evolução do paradigma da responsabilidade civil, de seu modo de percepção e objeto tutelado, foi acompanhada pela atualização constante de seus requisitos, mormente quanto à objetivação do dever de reparação, à flexibilização do nexo causal e à ascensão de novos interesses e danos passíveis de tutela.

### **2.2.1 Objetivação do Dever de Reparação**

Diante de uma tutela cada vez maior à pessoa humana, aos seus direitos e aos seus interesses, e perante a multiplicação de novas, e cada vez mais lesivas, circunstâncias sociais decorrentes do desenvolvimento industrial e tecnológico, a culpa, como fundamento único do dever de indenizar, revelou-se defasada, dando lugar à objetivação do dever de reparar. Cabe, porém, antes da análise da responsabilidade civil objetiva e seus reflexos, um breve estudo do processo histórico-normativo que lhe deu origem.

Desde a época romana, ocupava a culpa o centro da responsabilidade civil, estando dividida em culpa *stricto sensu* (negligência, imperícia e imprudência) e dolo. Sob a égide das codificações oitocentistas, liberalistas e individuais, como o Código Civil de 1916, que albergou a responsabilidade subjetiva em seu art. 159, cabia à vítima comprovar a existência inequívoca de uma autoria culposa certa, de um efetivo prejuízo e de um liame fático entre esses, cujos requisitos, como atentam Patrícia Gonçalves e Ronara Valadares,

“eram manuseados com alto rigor, em consonância com a criticável ideia de que o ressarcimento só deveria incidir em casos excepcionais” (2016, p. 333).

Diante da complexificação social, da Revolução Industrial e da crescente concentração de pessoas em grandes centros urbanos, houve um aumento exponencial dos danos que ficavam à mercê de reparação em virtude da dificuldade da vítima em provar a culpa do agente, especialmente nos acidentes de trabalho, nos quais o sinistro, frequentemente, dizia respeito ao próprio funcionamento das máquinas e da produção em série e em larga escala, restando, pois, fora da esfera de culpa do patrão (HOLANDA; LIMA; CARVALHO, 2018).

Primeiramente, a adaptação da responsabilidade civil a essas recentes e complexas exigências econômicas e sociais não se deu com a mudança da lei, mas sim com a alteração da interpretação. Nesse sentido, Braga Netto (2021) explica que os juristas franceses, na virada do século XIX para o século XX, defenderam que não incumbia aos empregados provar a culpa dos empregadores, adotando-se, inicialmente, a culpa presumida, que nada mais era do que a inversão do ônus da prova da responsabilidade subjetiva, cabendo aos patrões a prova de que não agiram culposamente. Após, com as obras de Saleilles e Louis Josserand, ambas de 1897, desenvolveu-se a teoria do risco e a prescindibilidade da culpa, estipulando que “quem, com sua atividade, causa risco aos direitos de outrem, deve responder pelos danos que a atividade venha a causar, mesmo que não haja culpa” (BRAGA NETTO, 2021, p. 185)

A responsabilidade objetiva, tendo a teoria do risco como uma de suas espécies, cujas discussões orbitam apenas em torno de um dano e seu nexos causal, não admitindo a prova de ausência de culpa, difundiu-se então pelos ordenamentos jurídicos, inclusive no Brasil, por intermédio da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, além do Código de Defesa do Consumidor de 1990, que implantaram um sistema dualista de responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva, de forma que

[...] no nosso sistema positivado atual, podemos encontrar tanto a responsabilidade subjetiva (art. 186 do CC) quanto a objetiva (arts. 187 e 927 - abuso de direito, art. 927, parágrafo único atividade de risco, art. 931 - fato do produto, arts. 932 e 933 - fato de outrem, art. 37, § 6º, da CF, arts. 12 e 14 do CDC), o que denota a recepção dos diferentes aspectos evolutivos da responsabilidade civil no direito pátrio (ZANETTI, 2018, p. 40).



Destacam-se o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil e a sua cláusula geral de responsabilização objetiva na presença de danos oriundos de atividades de risco, afora outras hipóteses especificadas em leis especiais, estabelecendo que

[...] quem exerce uma determinada atividade econômica deve arcar com os respectivos ônus (risco de empresa). Por seu turno, a pessoa jurídica pública em suas atividades, na busca do bem comum, deve indenizar aqueles que porventura vierem a ser prejudicados (risco administrativo). Da mesma forma, aquele que desenvolve uma atividade potencialmente perigosa, tanto para as pessoas, como para o meio ambiente, e dela auferir benefícios, deve suportar as eventuais consequências danosas (risco-perigo) (HOFMEISTER, 2000, p. 56).

No entanto, adverte Fabrício Angerami Poli (2014) que a responsabilidade objetiva não se esgota na teoria do risco, configurando-se, em determinadas situações, apenas em decorrência de imposição normativa, como as hipóteses previstas nos artigos 932, 933, 936, 937 e 938 do Código Civil, convertendo várias situações de culpa presumida em responsabilidade objetiva, na qual não mais se discute a culpa, embora ainda persista a discussão do nexo causal e a aplicação das excludentes de responsabilidade, como a culpa exclusiva da vítima.

Também alheia à noção de risco tem-se a responsabilidade objetiva proveniente do abuso de direito, presente no art. 187 do Código Civil, configurada quando da desconformidade do exercício de um direito com a sua função social, excedendo a boa-fé e os bons costumes, de forma que o nexo de causalidade emerge do próprio desvio do fim econômico ou social que fundamentam a norma, caracterizando um ilícito objetivo ou, como qualifica Pastora do Socorro Teixeira Leal (2017), o dano em sentido jurídico ou normativo.

A responsabilidade civil agravada, estágio mais recente da objetivação do dever de reparação, também ressignifica o elemento do nexo de causalidade, que está presumido quando da ocorrência de danos que guardem relação com a atividade desenvolvida pelo ofensor. Para Braga Netto (2021), a clássica divisão entre o fortuito interno e o fortuito externo não ganha grande relevância aqui, uma vez que, além de certos fortuitos externos estarem sendo encarados jurisprudencialmente como internos, o que de fato vai elidir o dever de reparação na responsabilidade objetiva agravada é a comprovação pelo ofensor que as circunstâncias que resultaram no dano eram estranhas e atípicas ao risco advindo de sua atividade.

Desse modo, fatores que antes excluía a responsabilidade, como o fato de terceiro, passam a ser enxergados como riscos da atividade do ofensor, devendo

responder pelos danos inerentes e típicos do ofício exercido, como os bancos que respondem objetivamente diante de fraudes de terceiros sofridas por seus clientes, consoante reconhece a Súmula 479 do STJ, ou ainda como na responsabilidade objetiva da empresa de transporte que deve reparar os danos oriundos de acidentes de trânsito ocasionados por culpa de terceiros, expressamente prevista no art. 735 do Código Civil.

Se, no entanto, o dano não possui conexão com a atividade desenvolvida pelo agente, o dever de indenizar será afastado, como nos casos de assaltos, furtos e outras violências nos transportes coletivos, conjunturas em que não há responsabilidade civil da empresa transportadora, dado que não estavam em sua esfera de risco, analisada essa quando do contexto do dano (BRAGA NETTO, 2021).

A evolução da imputação objetiva, portanto, apresenta-se na esteira do que Anderson Schreiber denomina de “erosão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil”, que, por efeito da complexidade social, da modernização e das novas situações danosas, acarretou a “alteração da própria noção de culpa e do modo de sua aferição”, afastando-se de sua perspectiva psicológica em favor de sua acepção normativa, caracterizando-se quando da desconformidade em relação a parâmetros de conduta (*standards*) socialmente esperados em cada situação (2005, p. 4).

Embora tenha seu nascedouro no âmbito contratual, o princípio da boa-fé influencia na interpretação da conduta culposa da responsabilidade civil como um todo, analisando, contextual e dinamicamente, se e quanto a conduta do agente afastou-se das normas éticas e jurídicas e das expectativas sociais, servindo como instrumento normativo essencial para que o Direito se aproxime da ética.

Quanto à aplicação da boa-fé, Diogo de Melo (2017) cita o Direito de Família, como na interpretação de casos de quebra de promessa de casamento ou de uniões estáveis paralelas, as questões de posse, como o art. 1.201 do Código Civil, e as discussões do abuso do direito, como sua cláusula geral prevista no art. 187 do Código Civil, impondo comportamentos probos, coerentes e proporcionais, antes ou após a ocorrência de dano, como o dever do lesante e do lesado em mitigar prejuízos.

À vista disso, a culpa, arejada pela boa-fé objetiva e pela alteridade, adapta-se à realidade civil-constitucional, calcada no respeito à dignidade da pessoa humana e na busca de uma sociedade livre, justa e solidária, solidariedade essa que, nos estudos de Ana Cláudia do Amaral e Nathália Ponteli, acarreta duas importantes implicações no âmbito da responsabilidade civil:

A primeira consiste em atribuir a cada indivíduo a obrigação de observar em relação ao outro a conduta que gostaria que fosse dirigida a si mesmo, ou seja, a prática de conduta fora dos parâmetros socialmente estabelecidos como aceitáveis para as relações humanas resulta no dever de ressarcir eventuais danos, marco central do instituto da responsabilidade civil. A segunda se reflete em um processo de socialização dos danos, tanto na prevenção quanto na distribuição dos encargos da reparação (2014, p. 336).

Dessa forma, o atual estágio da sociedade conduz também ao processo de socialização da responsabilidade civil, com a coletivização dos riscos, dos danos e do ônus da reparação, a fim de equilibrar o direito ao ressarcimento com a preservação das atividades e a funcionalidade da teoria do risco, que, para Teresa Ancona Lopez, deve passar pela “difusão do seguro obrigatório e a criação dos Fundos estatais ou também de fundos que, além das reservas providas do Poder Público, se mantêm com a contribuição financeira das empresas que mais expõem a riscos a sociedade” (2010, p. 1232).

Nesse tom, Menezes (2009) destaca a criação das companhias de seguros, que toma o lugar do ofensor na reparação e distribui os riscos da atividade pelos segurados e pela sociedade, e a formação dos fundos de garantia, responsáveis pelo ressarcimento das vítimas quando, por exemplo, o lesante não for conhecido ou não segurado.

Atenta-se ainda que esse processo de coletivização e distribuição dos encargos do dano na sociedade solidária busca garantir a justiça social e distributiva para amparar todos os indivíduos que sofrem dano ao longo da vida, retirando a justiça retributiva e comutativa como único fundamento da responsabilidade civil a fim de conjugar-se à nova perspectiva da responsabilidade civil informada pelos princípios constitucionais (PORTUGAL; PINHEIRO, 2013).

### **2.2.2 Flexibilização do Nexo Causal**

A transformação da responsabilidade civil importou na modificação constante de seu modo de percepção, de forma que o pressuposto do nexos causal vem sendo objeto de diferentes leituras à luz da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e dos propósitos da responsabilidade civil hodierna, sempre com vistas a corresponder à proteção prioritária da vítima e a facilitar a reparação dos danos sofridos.

Quando do estudo da mitigação do protagonismo da culpa e da objetivação do dever de indenizar, já se apresentaram contextos de renovação do elemento do nexos causal, como na responsabilidade civil objetiva agravada, que, de certa forma,

desconsidera o nexo causal para examinar apenas se o dano está ou não na esfera de risco da atividade do ofensor, e nos sistemas comunitários indenizatórios, não havendo a

[...] necessidade, por exemplo, de demonstração do nexo de causalidade nos seguros de responsabilidade civil ou nos fundos de reparação às vítimas de prejuízos específicos, como no fundo de indenização das vítimas do amianto (FIVA), na França, ou, ainda, no seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), no Brasil (BAGATINI; ADOLFO, 2016, s. p.)

A configuração do nexo causal no abuso de direito do artigo 187 do Código Civil também demonstra a evolução do elemento, em que a causalidade forma-se do exercício disfuncional e abusivo de um direito, ou seja, o nexo causal vem apresentando-se, além da perspectiva tradicional de um liame fático entre uma conduta e um resultado, como um vínculo jurídico, que decorre do descumprimento da finalidade ou da função de uma determinada norma ou direito. Braga Netto (2021) ressalta que essa concepção contemporânea do nexo causal, como imputação jurídica, também está presente na omissão como causa de um dano, cuja causalidade é puramente normativa e resultante da transgressão de normas jurídicas que criaram um dever de agir e de proteger um bem jurídico fundamental.

O autor adverte, no entanto, que, ainda que o vínculo jurídico ou imputacional mostre-se como a concepção mais atual, a análise do nexo causal passa, sobretudo na responsabilidade civil por comissão, pela causalidade física tradicional, em que o nexo causal consiste em vínculo fático e naturalístico, sendo a relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado.

Nesse contexto, prevalece no Brasil a teoria do dano direto e imediato, também denominada de teoria da interrupção do nexo causal ou teoria da causalidade adequada, apresentada pelo art. 403 do Código Civil, que somente considera causa o evento que produziu direta e necessariamente o dano, a qual, consoante sublinha Braga Netto (2021), nem sempre é a mais próxima, dado que não é a distância temporal que rompe o nexo causal, mas sim o surgimento de uma causa superveniente.

Essa releitura contemporânea, segundo Schreiber,

[...] tem dado margem, na doutrina, a inúmeras novas teorias sobre causalidade flexível, causalidade virtual, causalidade moral e outras teses que vão interferindo na atual concepção do nexo de causalidade. Embora essas teorias certamente não se confundam, corroboram sempre a expansão da margem de discricionariedade do juiz na apreciação da relação de causalidade. Deste modo, à semelhança do que ocorreu com a prova da culpa, a prova do nexo causal parece tendente a

sofrer, no seu papel de filtro da responsabilidade civil, uma erosão cada vez mais visível (2005, p. 11).

Nesse mesmo sentido, Braga Netto (2021) defende que a análise do nexo causal, do mesmo modo que a ordem jurídica e o instituto da responsabilidade civil, transfere-se de um tratamento rígido, formal e exclusivamente naturalístico para um enfoque mais aberto, flexível, imputacional (causalidade jurídica) e valorativo, sustentando que o magistrado perfaz juízos de valor quando da identificação da circunstância danosa, observando, entre outros, a relevância do bem, a adequação social e a periculosidade da conduta, além do grau de probabilidade e evitabilidade do dano.

Assim sendo, muito mais interessante à proteção da vítima do que trabalhar com uma única teoria para explicar o nexo causal, é analisá-lo de “modo aberto e plural, com um espectro mais generoso variado de combinações e possibilidades”, tendo sempre por norte os princípios constitucionais e os “aspectos valorativos como o bem jurídico atingido pela lesão” (BRAGA NETTO, 2021, p. 327).

O nexo causal depara-se na atualidade não mais com causas precisas e delineadas, mas sim com circunstâncias simultâneas, anônimas, difusas e indeterminadas, de forma que, superando rigores estritamente formais, a ligação entre a conduta e o dano sofrido volta-se da certeza à probabilidade, assumindo que sua comprovação não pode ser inequívoca para todas as hipóteses lesivas.

Destarte, além da flexibilização na identificação da causalidade, permeada pelo juízo valorativo do magistrado, vem sendo admitida também a presunção do nexo causal, como na responsabilidade civil objetiva agravada e em várias questões do Direito Ambiental, particularmente quando há ausência de medidas de precaução e prevenção, cabendo ao suposto ofensor a prova da inofensividade do ato ou da atividade. Ainda na esfera ambiental, Braga Netto (2021) destaca a possibilidade de, perante uma lesão de um ofensor indeterminado, responsabilizar qualquer um dos potenciais ofensores, como acontece nos distritos industriais, cuja vultuosa poluição decorre de múltiplas causas associadas.

Diante de circunstâncias em que não há grau de certeza probatória, Bruno Leonardo Câmara Carrá e Livia Oliveira Lemos apontam também a aplicação do critério da preponderância da evidência, originado no direito anglo-saxão, como teoria “*more likely than not*” ou “*preponderance of the evidence standard*”, encontrado também no direito italiano, como “*più probabile che non*”, sendo utilizado em cenários de concausalidade ou

de causalidade remota de lesões ao meio ambiente, à saúde humana e aos consumidores, utilizando

[...] cenários estatísticos – ou simplesmente intuitivos – para permitir uma condenação civil diante de uma estimativa aceitável conforme a ordem natural das coisas. O raciocínio leva em conta que o Direito pressupõe uma natural graduação relativamente ao nível de (in)certeza que se considera tolerável para que determinado fato possa ser considerado como provado (2020, p. 532-533).

Impende colacionar ainda a ideia de formação da circunstância danosa apontada por Pablo Malheiros da Cunha Frota, responsabilizando

[...] o lesante ou o responsável a partir da comprovação dúctil da formação da circunstância danosa com o dano e com a vítima, ou com o evento danoso ou com o ofensor, a privilegiar, material e processualmente, a precaução e a prevenção, prospectivas, e a qualificar a reparação. Priorizam-se aqui a necessária evitabilidade, o controle, a legitimação e a distribuição dos fatores abstratos ou concretos criados por atividades, no mínimo, potencialmente causadoras de danos (ex.: fabricantes de medicamentos), não podendo as vítimas, em regra, ficar indenidas (2017, p. 220).

Certo é, diante de todo o exposto, que o nexu causal, na presença de condições lesivas progressivamente mais complexas e imprecisas, apresenta-se como o mais trabalhoso dos pressupostos da responsabilidade civil, de forma que, independentemente de teorias, de presunções e, inclusive, de descon siderações, não há fórmulas e regras prontas para sua análise, competindo ao magistrado sopesar as circunstâncias do caso concreto com os princípios constitucionais informadores da responsabilidade civil e com a busca pela ampliação e facilitação da tutela das vítimas.

### **2.2.3 Ascensão de Novos Interesses e Danos Passíveis de Tutela**

De certa forma, a trajetória da responsabilidade civil é a trajetória do dano e de todas as nuances necessárias para reparar o que se entende, em determinadas circunstâncias históricas e valores ético-culturais, merecedor de tutela. Destarte, Braga Netto (2021) sublinha que a perspectiva do dano indenizável varia no tempo e no espaço, a partir da reavaliação constante de quais condutas, riscos e infortúnios são socialmente aceitáveis ou repreensíveis em determinada comunidade.

Da sociedade regida pela lógica liberal-individualista, alcançou-se, através de diversos fenômenos já estudados, a perspectiva humanista que permeia o corpo social, a ordem jurídica e a responsabilidade civil contemporâneos, ultrapassando a fase em que

somente os bens e danos patrimoniais eram tutelados até a consolidação do dano extrapatrimonial, encontrando-se atualmente perante a proteção a todos os interesses que compõem a dignidade da pessoa humana, seja numa percepção individual, coletiva ou ainda difusa.

A Constituição Federal de 1988, além de consagrar a reparabilidade dos danos extrapatrimoniais ou morais (art. 5º, V e X, e 114, VI) e tutelar os danos coletivos (art. 5º, LXX e LXXIII; 8º, III; 129, III; e 134), posicionou a dignidade humana como fundamento de todo o sistema jurídico e como critério avaliador de novos danos, atualizando, pois, a fórmula do *neminem laedere* para proteger as dimensões subjetivas existenciais de danos injustos (CATUZZO JÚNIOR, 2018).

Desse modo, com o reconhecimento de novos interesses e direitos, provenientes da recente proteção da pessoa humana e das novas condições de vida e de desenvolvimento, e com a facilitação da reparação, diante da mitigação da culpa e do nexo causal, deflagrou-se um crescimento exponencial dos atos lesivos diante dos quais a responsabilidade civil é instada a reparar, como o dano à imagem, o dano estético, o dano ao projeto de vida, além do reconhecimento de tantos outros danos não patrimoniais que “são projeções da importância que um consciente Direito de danos dá à dignidade da pessoa humana como valor supremo do ordenamento jurídico” (PORTUGAL; PINHEIRO, 2013, p. 357).

Como expoente dos danos extrapatrimoniais, o dano moral foi matéria polêmica durante várias décadas no Direito brasileiro, consolidando-se paulatinamente na jurisprudência, admitida sua reparação quando acompanhado de um dano material, até que, com o advento da Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, incisos V e X, seguida pelo Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, VI, e, posteriormente, pelo Código Civil de 2002, em seu art. 186, foi pacificado o dano moral puro, autônomo e passível de cumulação com outros danos, desde que distinguíveis e apurados em separado, como com o dano estético, lesão séria à integridade física.

Objeto de um conjunto de diferenciadas compreensões, o dano moral não possui conceito legal, entendido, tradicionalmente, como dor, sofrimento ou humilhação, ou atrelado a lesões aos direitos personalíssimos, como ofensas objetivas à honorabilidade e à credibilidade, até alcançar sua perspectiva mais recente, qualificado por Poli (2014) como lesão a não apenas direitos, como também a interesses não patrimoniais reconhecidos juricamente à vítima.



Analisa-se agora alguns novos danos, expostos por Braga Netto (2021), oriundos da multiplicidade lesiva que a realidade apresenta e da recente perspectiva civil-constitucional que privilegia a dimensão existencial das relações jurídicas. Nesse diapasão, o autor atenta que os danos, então, apresentam-se complexos, não lineares, futuros e prováveis, como os danos pelas chances perdidas, que impediram a vítima de alcançar real vantagem ou evitar prejuízo, flexibilizando a noção tradicional de danos diretos e imediatos para dirigir-se a parâmetros estáticos de formação e quantificação dos danos, considerando a chance perdida, que era altamente provável, real e séria, como bem jurídico autônomo merecedor de tutela.

Também como bem jurídico a ser tutelado de forma autônoma, o autor apresenta o tempo, bem extremamente valioso e escasso no dia a dia apressado da sociedade atual, emergindo indenizações, quando da superação do limite de tolerabilidade, pela perda do tempo útil, ou mesmo do tempo livre, dado que o lazer e o ócio também são importantes, como no caso de o consumidor perder dias ou semanas e se desgastar excessivamente para resolver uma situação que não deu causa, como o estorno de uma cobrança indevida.

A próxima lesão apontada pelo autor é o dano que frustra o projeto de vida de alguém, tratada conjuntamente com o chamado dano existencial, interferindo, de maneira injusta e grave, na trajetória pessoal da vítima, como em um julgado do Superior Tribunal de Justiça, REsp nº 183.508, a respeito de um jovem, de 22 anos, estudante de engenharia, que foi violentamente agredido e ficou paraplégico, cujas consequências danosas, graves e permanentes, importaram na incapacidade do jovem trabalhar normalmente pelo resto de sua vida, indenizando-se a quebra de sua expectativa concreta de vida e de ganho com uma pensão mensal de dezoito salários mínimos, com base na média salarial que o jovem iria auferir ao exercer a profissão de engenheiro.

Além da proteção a novos bens jurídicos relacionados a todos os prismas que permeiam a dignidade da pessoa humana, Leal sustenta que o conceito contemporâneo de dano, à luz da teoria do interesse, alcança também os gravames a situações ou interesses juridicamente protegidos, em conformidade com todos os mandamentos constitucionais, de sorte que

[...] pode-se definir dano como sendo a lesão de um interesse juridicamente protegido, relevante ou de qualquer interesse socialmente apreciável ou simplesmente de um interesse humano suscetível de ser tutelado pelo direito. [...] Assim, o dano caracteriza-se pela eliminação, privação, restrição, limitação ou

diminuição de interesses jurídicos protegidos não se restringindo apenas à violação de bens jurídicos (2017, p. 234-235).

Das formas de lesão a um interesse juridicamente protegido, destacam-se os danos *in re ipsa*. Bruno Leonardo Câmara Carrá e Denise Sá Vieira Carrá (2019) atentam que, da flexibilização da conceituação e da comprovação do dano, emergiram o dano *in re ipsa* e a noção da responsabilidade civil sem dano ou por mera conduta, com uma linha muito tênue entre ambos. Explicam os autores que o dano *in re ipsa*, já consolidado na jurisprudência brasileira, não é presumido nem se confunde com a própria ilicitude, caracterizando-se como uma lesão antijurídica autoevidente e suficiente por si para configurar o dever de reparar, constituindo um modo quase automático de configuração de certas formas de dano determinadas pela jurisprudência, como a morte de filho menor em família de baixa renda, a inclusão indevida em cadastros negativos de crédito, a apresentação de cheque pré-datado, além das situações que violam direitos fundamentais e interesses socialmente valiosos.

A responsabilidade sem dano, por sua vez, materializa-se quando da mera ilicitude e violação a direito subjetivo, prescindindo do dano para a implementação da indenização. Os autores citados rejeitam esse conceito de responsabilidade e as indenizações decorrentes da mera infração a uma norma legal, atentando que, em que pese a necessária coerência com a normatividade dos fatos, a responsabilidade civil não pode retirar a figura do dano.

Em contrapartida, Pastora do Socorro Teixeira Leal e Alexandre Pereira Bonna defendem a responsabilização diante da violação de direitos e interesses juridicamente protegidos, ainda que ausente a consequência lesiva, uma vez que “o dano, sob uma perspectiva, é a lesão ao direito subjetivo ou ao interesse juridicamente protegido (dano-evento); por outra perspectiva, o dano será a consequência da lesão (dano-prejuízo)”, criticando a inafastável necessidade de uma consequência lesiva naturalística e empírica ao patrimônio, em seu aspecto amplo, para a imposição do dever de indenizar (2017, p. 58).

Nesse sentido, Leal (2017) apresenta o chamado dano normativo ou de conduta quando da violação de normas de proteção, que estabelecem prerrogativas e deveres de segurança diferenciados em virtude da importância ou da fragilidade de certos bens jurídicos ou da vulnerabilidade de indivíduos em determinados contextos, como nos direitos da personalidade e de família e nas relações trabalhistas e consumeristas.

Essas normas visam a proteger essas vulnerabilidades não somente de lesões concretas, como também de ameaça ou perigos de lesões, ainda que abstratos, de forma que a própria ilicitude acarreta a lesão aos deveres de proteção, ou o dano em sentido jurídico, cujo nexos causal forma-se da violação ao fundamento protetivo da norma, ou seja,

[a] configuração do dano normativo por conduta violadora de deveres de proteção, como espécie do gênero dano, reside justamente em reconhecer que a exposição ao risco representa ameaça aos interesses, à integridade da pessoa, de seus bens e de seus direitos, que deve ser inibida, evitada ou reprimida pela via da responsabilização por "práticas abusivas" ou danos de conduta, por criarem vantagem indevida para o ofensor. Sobre a vantagem indevida, importante registrar que a violação de norma de proteção projeta para o ofensor vantagens indevidas, além de configurar *dumping social*, uma vez que o coloca em posição diferenciada daqueles que cumprem a regra legal de proteção (LEAL, 2017, p. 240).

Não há ainda, no entanto, bases pacíficas a esse dano normativo ou jurídico, objeto de impasse com a doutrina e a jurisprudência tradicionais, que defendem que a mera violação de deveres de proteção não é passível de indenização. Para ilustrar, Leal cita o desacordo entre

[...] as razões de decidir do Tribunal de Santa Catarina (Apelação Cível 2011.080829-7), que reconheceu dano moral pela presença de corpo estranho em bebida fabricada, calcado no dever de segurança alimentar (norma de proteção-dano normativo), com os fundamentos adotados pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial 1.395.647/SC) que, julgando o recurso especial, considerou tratar-se de "mero aborrecimento", não passível de responsabilização por danos ante o fato de não ter havido a ingestão da bebida contendo corpo estranho (animal em decomposição), isso porque para haver dano deveria ter havido a ingestão da bebida (dano na perspectiva meramente empírica e não normativa). Como se pode verificar, o cerne do debate residiu na consideração de que, por não ter havido a ingestão da bebida, o dano não ocorrera, embora a segurança alimentar do consumidor estivesse ameaçada pela exposição ao risco de contaminação e de adoecimento, em face da presença de corpo estranho (animal em decomposição) na bebida comercializada, o que caracteriza prática abusiva consubstanciada no exercício do direito de comercializar alimentos desvirtuado de sua função social e violador de normas de proteção (2017, p. 232-233).

Além de criticar a interpretação majoritária e clássica de que não haverá responsabilidade civil sem o respectivo dano-prejuízo, sob o viés exclusivamente reparatório, Leal e Bonna (2017) defendem a imposição das *punitive damages* perante violações reiteradas, ultrajantes e graves a interesses juridicamente protegidos, ainda que a conduta não tenha causado consequências lesivas, a fim de cominar ao ofensor um desestímulo econômico que torne mais vantajoso manter condutas pautadas na lisura e segurança do que escolher seguir nas práticas lesivas, além de inibir a ilicitude de outros agentes.

Por fim, na esteira do reconhecimento do dano como lesão a um interesse juridicamente protegido, destaca-se a tutela dos danos coletivos e difusos, tanto em seu aspecto moral quanto material, originados da responsabilidade civil hodierna informada pelos mandamentos da dignidade da pessoa humana e por uma perspectiva solidarista, “comprometida com a pessoa humana concreta e com a coletividade que a informa e conforma” e sendo orientada não apenas aos interesses individuais pertencentes ao sujeito, como também, e especialmente, aos interesses sociais, “no sentido de proporcionar uma vida em sociedade que busque a plenitude dos direitos de personalidade inatos à condição humana” (PORTUGAL, PINHEIRO, 2013, p. 357 e 336).

O reconhecimento dos danos coletivos e a tutela dos interesses de grupos e da sociedade serão objeto de estudo no próximo capítulo, mas, antes disso, cumpre, diante do alargamento da noção de dano analisado brevemente, atentar-se à difícil tarefa de distinguir quais são danos injustos indenizáveis e quais lesões não são relevantes ao Direito, não passando de meros aborrecimentos. Para Schreiber (2005), essa evolução, tanto quantitativa quanto qualitativa, da proteção da vítima, por intermédio de todos os fenômenos visitados, deve ser sempre acompanhada pela seleção dos bens e interesses dignos da tutela jurídica, norteadas pelos valores fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, não podendo o exagero servir como bloqueio ao avanço da responsabilidade civil.

Em síntese, buscou-se apresentar a evolução do instituto da responsabilidade civil, de instrumento de proteção do patrimônio, tão somente reparatório e rígido na identificação de uma autoria culposa, de um dano unicamente material e de um nexo fático determinado entre esses, até alcançar sua conformação hodierna humanista. Fundamentado na dignidade da pessoa humana e na solidariedade social e estabelecido diante da potencialidade lesiva moderna, o instituto, cada vez mais, objetiva-se, buscando facilitar a reparação de (novos) bens e interesses pertinentes à pessoa humana e ampliar sua proteção, abarcando funções punitivas e preventivas para tanto. Destaca-se que o estudo realizado é apenas um pequeno panorama de uma responsabilidade civil que é refuncionalizada a cada dia, na medida em que surgem, na sociedade de risco, complexa e plural, novas lesões ao, pode-se dizer recente, fundamento do instituto: a pessoa humana.

## **CAPÍTULO 3**

### **A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS COLETIVOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

O Direito é repensado e reconstruído a todo tempo, tendo suas normas frequentemente moldadas à força criativa da realidade, a fim de que não haja interesses e direitos dignos de tutela não reconhecidos ou, estando positivados, não adequadamente protegidos e efetivados. A ordem jurídica, então, deve fornecer estabilidade e segurança em cenários extremos, de forma um tanto dinâmica, plasticidade essa característica do importante instituto da responsabilidade civil, apta a oferecer a primeira disciplina a novos interesses, direitos e danos, antes mesmo da regulamentação do legislador.

Nesse sentido, Júlia Bagatini e Luiz Gonzaga Silva Adolfo ressaltam que o ordenamento jurídico depara-se constantemente com novos danos a serem amparados pela responsabilidade civil, oriundos da chamada modernidade reflexiva, paradoxo entre as bases da modernidade e os frutos da modernização, em que a sociedade é “por excelência produtora de riscos e danos, que advêm da massificação da vida em sociedade, da grande industrialização, da tecnologia, da inovação da ciência e dos novos tipos de relações sociais”, cujos efeitos são geograficamente irrestritos (2016, s. p.).

As consequências da pandemia do coronavírus, produto da modernidade, exigiram essa necessária mutabilidade do Direito e do instituto da responsabilidade civil, que devem fazer frente às atitudes lesivas ao direito fundamental à saúde, tanto em seu aspecto individual quanto, e particularmente, em sua perspectiva coletiva. Salienta-se que a possibilidade de tutelar os danos difusos oriundos de condutas dolosas ou gravemente culposas que contribuíram para a propagação da Covid-19, e a reverberação de seus deletérios efeitos em inúmeros âmbitos, como a conduta de violar a medida sanitária de isolamento social, só tem espaço a partir do reconhecimento da coletividade como sujeito de direitos, interesses e bens e dos danos coletivos, fenômenos esses emergentes da evolução jurídica analisada no capítulo anterior.

Neste terceiro capítulo, busca-se, então, examinar a caminhada histórico-social em que se deu a ascendência dos interesses coletivos e seu amparo no ordenamento jurídico brasileiro por meio do microssistema da tutela coletiva e das modalidades de responsabilidade civil por dano moral coletivo e por dano social, analisando se e como esses instrumentos são capazes de reprimir os danos difusos que emergem da potencialidade lesiva da sociedade atual, como as lesões emergentes da pandemia e do comportamento antijurídico de indivíduos tomados pelo individualismo e pela indiferença.

### 3.1 A COLETIVIDADE COMO SUJEITO DE DIREITOS, INTERESSES E BENS

A responsabilidade civil, os seus elementos e as suas funções reconfiguram-se na medida em que surgem novas realidades sociais e novos interesses e sujeitos a serem amparados. A nova dinâmica da supraindividualidade, inserida no paradigma de socialização e de humanização do Direito e da responsabilidade civil, deu-se de uma longa evolução histórico-social, dado que, inicialmente, os interesses e direitos eram reconhecidos e protegidos de forma extremamente individualista, sendo que

[...] a principal preocupação do ordenamento jurídico era a de tutelar os chamados direitos fundamentais de primeira dimensão, surgidos com o Estado liberal do século XVIII, atinentes à liberdade, à igualdade e à propriedade, impondo ao Estado uma abstenção, um afastamento para permitir o exercício dos direitos de cada cidadão (BULOS, 2014, p. 18).

Essa foi então a cultura vigente durante os séculos XVIII e XIX, voltada ao primado absoluto da propriedade, da liberdade individual e da concepção de que o direito subjetivo tinha como titular um sujeito determinado ou ao menos determinável, negando existência a qualquer modalidade de organização e direitos coletivos, uma vez que eram vistos como afrontas à liberdade individual (PEDROSA, 2007). O ideal absenteísta do Estado liberal resultou, pois, em grande desamparo e desigualdade, mostrando-se insuficiente às novas exigências e valores que surgiam, sobretudo ante a procura pelo bem-estar e pela igualdade material.

Da crise do liberalismo, emergiu o Estado Social e, com ele, os direitos de segunda dimensão, de natureza eminentemente garantivista, reclamando pela melhoria da qualidade de vida, com direito à saúde e à educação, e de trabalho do cidadão (BULOS, 2014). Embora alguns autores sustentem que a noção de coletividade como sujeito de direitos originou-se com essa dimensão dos direitos, defende-se, nesta pesquisa, que os interesses da coletividade estão melhor alocados na terceira dimensão dos direitos, uma vez que os direitos sociais da segunda dimensão decorriam de uma visão ainda individual, como esclarece Eliana Calmon (2001), arraigados à procura pela igualdade substancial de cada sujeito e à plena implementação dos direitos individuais.

Apesar disso, a autora explica que, pouco a pouco, a noção do homem integrado a um grupo tomava forma, seja à família, aos grupos religiosos ou étnicos, aos movimentos sociais e à própria noção de coletividade. Ana Cláudia do Amaral e Nathália Ponteli (2014) apontam que o período pós-guerra e suas atrocidades possibilitaram a reflexão de que as

comunidades, e a própria humanidade, são também dotadas de dimensão ética e possuidoras de direitos, interesses e bens.

Nessa perspectiva, a tutela dispensada aos indivíduos isoladamente considerados mostrou-se incapaz de fazer frente às novas relações, interesses e litígios que emergiam de uma sociedade cada vez mais complexa, massificada e cosmopolita, marcada pela

[...] aceitação da existência de direitos que vão além da esfera individual, apresentando titularidade difusa e coletiva, cabendo a toda a sociedade sua preservação, como ocorre em relação ao direito ao meio ambiente equilibrado, ao desenvolvimento, à paz e à conservação do patrimônio histórico e cultural, apenas a título de exemplo, passando a ser denominados de direitos fundamentais de terceira geração (AMARAL; PONTELI, 2014, p. 338).

Assim sendo, a terceira dimensão de direitos, fundada na solidariedade e na fraternidade, como expressões de um sentimento de humanidade, volta-se aos interesses comuns essenciais ao ser humano, à proteção do indivíduo enquanto integrante de um grupo social e à tutela de bens globais, ou macrobens. Quanto a esses bens, Braga Netto (2021) sublinha que há poucas décadas a literatura jurídica qualificava a natureza como *res nullius*, coisa de ninguém, sendo agora encarada como um bem difuso, um *res communis omnium*, ao lado de um vasto elenco de direitos, interesses e bens compartilhados por todos e titularizados pelo coletivo, sendo esse causa e objeto de regulação jurídica.

O Direito e a responsabilidade civil rompem, então, com a concepção tradicional individualista de direito subjetivo do século XIX a favor da proteção da coletividade, compreendida como sujeito de direitos, valores e patrimônio ideal, que goza de proteção jurídica, apesar de se constituir como ente despersonalizado (POLI, 2014). Nesse diapasão, a coletividade, entendida como "comunidade amorfa, fluida e flexível, com identidade social, porém sem personalidade jurídica", que figura à parte de cada sujeito individualmente considerado, é titular de direitos transindividuais dignos, pois, da mais enérgica proteção jurídica (GIDI, 2002 apud BULOS, 2014, p. 21).

Reforça-se que a dignidade da pessoa humana e a solidariedade, fenômenos visitados no capítulo anterior, promoveram essa dissociação da responsabilidade civil dos pilares do sistema individualista-patrimonialista em direção à salvaguarda de todas as questões existenciais que atinem à proteção do ser humano, inclusive em seu aspecto social e coletivo, tutelando "uma original espécie de direito material: a dos direitos



transindividuais, caracterizados por se situarem em domínio jurídico, não de uma pessoa ou de pessoas determinadas, mas sim de uma coletividade” (ZAVASCKI, 2005, p. 23).

Se tradicionalmente o direito privado e a responsabilidade civil baseavam-se em uma ou duas subjetividades, agora deparam-se com sujeitos coletivos e difusos, de forma que, como aponta Reuder Cavalcante Motta (2012), o elemento “sujeito” dos direitos subjetivos hodiernos pode ser preenchido quer pelo indivíduo quer pelo grupo, inclusive pela sociedade, a depender do interesse protegido juridicamente, interesse esse que, ao ser amparado pelo Direito, assume o mesmo status de “direito”, o que já é utilizado pelo legislador, como no artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor, ao conceituar os interesses ou direitos coletivos *lato sensu* como:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum (BRASIL, 1990).

Os direitos coletivos, superindividuais, metaindividuais ou transindividuais são uma categoria autônoma de direito subjetivo, qualificados, notadamente os interesses coletivos *stricto sensu* e os difusos, pela titularidade atribuída a um grupo ou coletividade e pela indivisibilidade do objeto, por meio de sua fruição coletiva. Lauricio Pedrosa (2007) salienta que os interesses individuais homogêneos não são coletivos em sua essência, adquirindo essa natureza quando da forma como são tutelados, por meio de suas respectivas ações coletivas, possuindo objeto divisível e titularidade determinada ou determinável, em que os titulares são unificados por uma relação de fato, de forma que a sua coletivização tem caráter puramente instrumental, permitindo uma efetiva tutela em juízo.

A diferenciação entre os interesses coletivos *stricto sensu* e os difusos surge a partir da determinabilidade dos membros do grupo titular e da natureza da união desses sujeitos. Enquanto nos interesses coletivos, os titulares são determináveis, integrantes de um grupo, categoria ou classe de pessoas definida, unidos por um vínculo jurídico, como nos condomínios, nos sindicatos e nos órgãos profissionais; nos interesses difusos, há a indeterminação absoluta dos titulares, unidos por um liame de fato e marcados pela: “a) a

ausência de vínculo associativo; b) alcance de uma cadeia abstrata de pessoas; c) potencial e abrangente conflituosidade; d) ocorrência de lesões disseminadas em massa e e) vínculos fáticos entre os titulares dos interesses” (MOTTA, 2012, p. 46).

Seguindo a mesma lógica, Pedrosa explica que,

[a]pesar de os interesses coletivos e difusos serem espécies do gênero “interesses meta (ou supra) individuais”, existem pelo menos duas diferenças básicas: a primeira, de ordem quantitativa, pois o interesse difuso abrange um universo maior do que o interesse coletivo, já que aquele pode concernir a toda humanidade, enquanto este se encontra adstrito a uma relação-base, a um grupo social definido; a segunda, de ordem qualitativa, resulta do fato de se considerar, no direito coletivo, o homem em sua projeção corporativa, enquanto que no direito difuso o homem é considerado enquanto ser humano. [...] A segunda diferença é de natureza ontológica, já que enquanto o direito coletivo busca atender a um interesse privado e exclusivo de uma coletividade, o interesse difuso possui uma veia pública, não exclusiva e plural. Isso decorre do fato de o interesse difuso se encontrar disperso entre um número ilimitado de pessoas. Os interesses difusos são os que interessam a toda a comunidade, a exemplo dos relacionados à defesa do meio ambiente, da ecologia, do patrimônio históricocultural [sic] e com a defesa dos consumidores (CF, art. 5º, XXXII e Lei n. 7347/85) (2007, p. 32).

Os direitos difusos, então, encontram-se, consoante aponta o autor, dispersos e fluidos na sociedade, consubstanciados nas pretensões, interesses e valores comuns titularizados pelos seres humanos em sua dimensão social e ligados à qualidade de vida que se deve assegurar a toda a comunidade, como o direito à saúde, que é, a um só tempo, direito individual de segunda dimensão e direito difuso de terceira dimensão, de forma a garantir o bem-estar, a integridade e a qualidade de vida ao ser humano e à coletividade em sua dimensão mais plena e ampla.

Lídia Maria Garrido-Cordero (2009) destaca que os interesses difusos pertencem a uma pluralidade de sujeitos enquanto integrantes da sociedade, não comportando decomposição em um feixe de interesses individuais, de modo que tanto a satisfação quanto a lesão ao interesse da coletividade atingem simultaneamente e globalmente todos os seus membros, sendo um prejuízo único e verificado mesmo quando não haja qualquer prejuízo individual.

Quanto a essa nova realidade social e jurídica, a autora sublinha que atualmente

[...] se pueden observar muchas manifestaciones que en algunos casos son susceptibles de causar daños, pero no ya solo a las personas o bienes tomados aisladamente y susceptibles de ser abordados con el criterio clásico de la responsabilidad civil, sino que generan una nueva víctima de tipo plural. [...] los daños colectivos inciden sobre una colectividad propiamente dicha, y los sujetos que son dañados lo son por constituir parte integrante de la comunidad, pero siempre hemos aclarado que el daño colectivo no surge de la simple suma de

daños individuales, pues presenta una autonomía, una entidad grupal que le es propia, ya que afecta simultánea y coincidentemente al grupo o a la sociedad que es víctima indiscriminada de la lesión (GARRIDO-CORDOBERA, 2009, p. 72-74).

Nessa perspectiva, o sistema jurídico civil, atualmente, comporta na expressão "dano" do artigo 944 do Código Civil, como disposto no Enunciado 456, da V Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal, "não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os danos sociais, difusos, coletivos e individuais homogêneos a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas", de forma que as novas subjetividades e formas de litigiosidade são merecedoras, inclusive, de tutela jurídica diferenciada, com instituições e instrumentos próprios (BRASIL, 2012).

### 3.2 A TUTELA JURÍDICA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS

Os direitos transindividuais e o processo coletivo, como paradigmas jurídicos, consolidaram-se nos ordenamentos apenas nas últimas décadas do século XX. Maria Isabel Meunier Ferraz (2010) explica que, embora os instrumentos coletivos se fizeram presentes no direito romano, nas leis comunais belga de 1836 e francesa de 1837, na ação popular em matéria eleitoral de 1859 na Itália e no uso de interditos pelos cidadãos para defesa de bens públicos no Brasil e em Portugal, tais mecanismos são exceções ao caráter eminentemente privatista e individualista dos sistemas jurídicos pelo mundo.

Como antecessoras do sistema coletivo atual, Teori Zavascki (2005) cita as ações de classe, originadas nas cortes inglesas e difundidas no sistema norte-americano, sobretudo a partir de 1938, nas quais se admitia que um ou mais membros de uma classe promovessem ações em defesa dos interesses de todos os membros, desde que atendidos determinados requisitos de admissibilidade e de desenvolvimento do processo, de forma que, ao final, a sentença fazia coisa julgada com eficácia geral.

Foi após a Segunda Guerra Mundial, a emergência da sociedade civil organizada, sobretudo no processo de redemocratização do Brasil, e a urgência de criação de mecanismos destinados a proteger o meio ambiente e os consumidores, que os instrumentos de proteção aos direitos coletivos ganharam força e espaço jurídicos:

Na Itália, por exemplo, em 1967, a Lei nº 765 previu a ação popular no direito urbanístico. Na França, a legislação que regulamentou a luta contra o racismo (Lei nº 72.546/72) e a defesa do consumidor (Lei nº 73.1193/73) admitiu como legitimadas processuais as "associações credenciadas". Por sua vez, o Brasil regulamentou a ação popular já prevista na Constituição de 1946 através da Lei nº

4.717/65, ponto de partida para provimentos legislativos que se seguiram em defesa dos direitos transindividuais (FERRAZ, 2010, p. 76).

Atualmente, o Brasil conta com um conjunto de instrumentos legais diferenciados que se voltam aos interesses e conflitos coletivos modernos, ostentando, embora ainda não tenha um Código de Processo Coletivo, o importante microssistema de tutela coletiva, com objetivos, instrumentos, princípios e regras próprios, marcado pela intercambialidade entre as suas várias leis componentes, que se interpenetram e se subsidiam, nutrindo a carência regulativa das demais, originado

[...] a partir da aprovação do Código de Defesa do Consumidor, em especial, por força dos dispositivos legais, nele expressos que fizeram sua ligação recíproca com a Lei da Ação Civil Pública. Através dos trabalhos dos juristas, este microssistema passou a ser reconhecido como composto, não só das duas leis iniciais, como também de outras leis anteriores (como é o caso da ação popular) e de leis posteriores (v.g. o Estatuto da Criança e do Adolescente) que tinham também por objeto a tutela de interesses transindividuais (MOTTA, 2012, p. 20).

Além da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), destacam-se como integrantes do microssistema de tutela coletiva brasileiro a Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717/65), a Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/09), a Lei da Ação de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), a Lei dos Investidores dos Mercados de Valores Imobiliários (Lei nº 7.913/89), a Lei das Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei nº 7.853/89) e a Lei do Sistema Brasileiro de Concorrência (Lei nº 12.529/11), entre outros, de forma que a salvaguarda dos direitos e interesses de massa pode se dar a partir de todas essas ações e mecanismos, conforme preconiza o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 83, instrumento-chave dessa integração entre os diplomas e símbolo do diálogo das fontes e da intercambialidade que marcam o microssistema.

Embora a Ação Popular e a Ação Civil Pública sejam as ferramentas pioneiras, a tutela coletiva no ordenamento brasileiro consolidou-se com a Constituição da República de 1988 e foi sistematizada e aprofundada com o Código de Defesa do Consumidor, o qual, além de ofertar as já examinadas conceituação e diferenciação dos interesses albergados, sedimentou a base legal infraconstitucional da tutela dos danos à coletividade, acrescentando o inciso IV ao art. 1º da Lei de Ação Civil Pública, para estender a utilização dessa ação a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, e equiparando ao consumidor a

coletividade de pessoas, reconhecendo a sua condição de titular de direitos, por meio do parágrafo único do art. 2º do CDC, erigindo ainda, nos incisos VI e VII de seu art. 6º, como direitos básicos “a efetiva proteção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”, e “o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos” (BRASIL, 1990).

Quanto à evolução da tutela coletiva protagonizada pela Constituição Federal, Zavascki (2005) assevera que o legislador constituinte ofertou especial valor aos direitos de natureza transindividual, como o direito ao meio ambiente equilibrado (art. 225), à manutenção do patrimônio cultural (art. 216), à preservação da probidade administrativa (art. 37, § 4º) e à proteção do consumidor (art. 5º, XXXII), e aos instrumentos destinados à sua salvaguarda, ampliando a abrangência da ação popular (art. 5º, LXXIII), apta a proteger diversos direitos transindividuais, como a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, reconhecendo a Ação Civil Pública como instrumento de defesa de qualquer espécie de direitos e interesses difusos e coletivos, a ser promovida pelo Ministério Público (art. 129, III), sem prejuízo da legitimação conferida por lei a outras entidades, e estabelecendo ainda que o mandado de segurança pode ser impetrado, em regime de substituição processual, por partidos políticos com representação no Congresso Nacional, por organização sindical, por associação ou entidade de classe, em defesa de interesses dos seus membros ou associados (art. 5º, LXX).

O microsistema de tutela coletiva apresenta diversas normas especiais para a defesa dos interesses de massa, analisando-se a seguir as disposições especiais que tocam à legitimação para agir, à coisa julgada e à destinação do produto indenizatório. A proteção dos direitos transindividuais em juízo realiza-se a partir da legitimação extraordinária, ou substituição processual, de forma que os legitimados atuarão em nome próprio na defesa dos interesses coletivos.

Possuem essa nova forma de legitimidade: a) o cidadão (na ação popular, Lei nº 4.717/65), consagrado como guardião da coisa pública; b) pessoas jurídicas de direito privado (p. ex., sindicatos, partidos políticos, em sede de mandado de segurança coletivo, com fulcro no art. 5º, LXX, da CF/88; e associações que atendam a certos requisitos, nos termos do art. 5º, V, da Lei da ACP), tendo em conta a representatividade dessas organizações; c) entes públicos (entes federativos, entes da Administração indireta); d) a defensoria pública (Lei nº 7.347/85, art. 5º, II; e CDC, art. 82, III); e) o Ministério Público, consoante sua função constitucional de defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais (CF/88, art. 127) (FERRAZ, 2010, p. 83).

A técnica da legitimação por substituição processual tem lugar de destaque na Constituição Federal, ao estabelecer, por exemplo, a legitimação das associações de classe e das entidades sindicais para promover, em juízo, a defesa dos direitos e interesses dos respectivos associados e filiados (art. 5º, XXI, e art. 8º, III), e no Código de Defesa do Consumidor, ao apresentar a ação civil coletiva, em seu art. 91, para a defesa conjunta de direitos individuais homogêneos.

Impende aqui colacionar a diferenciação doutrinária enfatizada por Zavascki entre a tutela de direitos coletivos e a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos:

[...] ressalvada a aplicação subsidiária de uns em relação a outros, ditada por imposição de lei ou pelo princípio da analogia, a ação civil pública, a ação popular e a ação de improbidade administrativa constituem instrumentos típicos para tutela de direitos transindividuais (= coletivos *lato sensu*); e a ação civil coletiva e o mandado de segurança coletivo são instrumentos típicos para a tutela coletiva de direitos individuais. Quanto às ações de controle concentrado de constitucionalidade dos preceitos normativos, cujo objeto imediato é tutelar a ordem jurídica abstratamente considerada, elas também constituem uma forma de tutela coletiva, ainda que indireta, para direitos individuais, tutela essa potencializada em elevado grau pela eficácia vinculante e erga omnes das suas decisões de mérito (2005, p. 268).

Na prática atual, no entanto, essas diferenciações entre os interesses e entre os instrumentos processuais respectivos não se apresentam precisas, além de que se compreende que essa categorização não pode negar, *a priori* e em abstrato, eventual direito indenizatório, prezando-se pela proteção efetiva dos interesses transindividuais dentro de todo o microssistema da tutela coletiva.

Nesse tom, destaca-se que a doutrina majoritária, por exemplo, entende que os interesses coletivos *lato sensu* abrangem os interesses difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos, e, embora haja divergência, a posição dominante, encontrada na Súmula 601 de 2018 do Superior Tribunal de Justiça, defende que o Ministério Público possui legitimidade para tutelar interesses individuais homogêneos, de natureza indisponível ou disponível, desde que, neste último caso, a lesão, em dimensão coletiva, mostre-se relevante para a sociedade e possa comprometer interesses sociais, em consonância com os artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, e com o artigo 82, I, do Código de Defesa do Consumidor, podendo promover Ação Civil Pública ou Coletiva para a salvaguarda de tais interesses.

Quanto à coisa julgada, o Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu art. 103, que essa será disciplinada diversamente conforme a espécie de direito pleiteado na ação e segundo o resultado do processo:

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

§ 1º Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

§ 3º Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99 (BRASIL, 1990).

Por fim, enquanto o produto da indenização, nas lesões a interesses individuais homogêneos, será dividido entre os lesados ou sucessores, sendo liquidado e executado individualmente, conforme os artigos 97 a 100 do Código de Defesa do Consumidor; nos danos a interesses indivisíveis difusos ou coletivos, o produto da indenização irá para um fundo, o qual, conforme o art. 13 da Lei da Ação Civil Pública, será gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais e destinado à reconstituição dos bens lesados.

Toda essa caminhada da tutela coletiva, fruto da constitucionalização e da coletivização do Direito Civil e da massificação das relações e dos interesses, dirige-se a novos danos e a novas funções da responsabilidade civil, com destaque ao reconhecimento dos danos morais coletivos e dos danos sociais, comprometidos com a nova realidade da sociedade, dos bens e dos valores e com a consolidação da noção de dano como lesão efetiva e relevante a um interesse juridicamente protegido, ampliando as funções da responsabilidade civil, somente da reparação, à punição, à dissuasão e à prevenção de condutas danosas à coletividade.



### 3.3 O DANO MORAL COLETIVO

O dano moral coletivo, resumidamente, consubstancia-se na “injunta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos” (BITTAR FILHO, 2005, p. 01). No entanto, inicialmente, os danos a valores não econômicos não eram objeto da responsabilidade civil, muito menos quando atingiam a coletividade, notadamente porque o instituto do dano, na tradição individual-patrimonial, era entendido, consoante destacam Bagatini e Adolfo (2016), apenas como o prejuízo econômico mensurável ao indivíduo após sofrer o ilícito, sendo que qualquer dano não suscetível de avaliação pecuniária não poderia ser objeto de reparação judicial.

Embora haja indícios de certas proteções contra lesões à personalidade, em especial aquelas que atacavam a honra e o bem-estar, no período da vingança privada e no direito romano, Bulos aponta que a atenção do Direito ao dano extrapatrimonial, enquanto lesões nas esferas interna e valorativa do indivíduo, com o dano moral individual sendo seu expoente, começou a se desenvolver, para uns, na Idade Média, quando o ser humano “tornou-se consciente da própria personalidade e da necessidade de sua proteção” e, para outros, no “século XVII, com a teoria dos direitos naturais, que houve, primeiramente, destaque para os direitos da personalidade” (2014, p. 41).

Nesse mesmo sentido, Humberto Theodoro Júnior explica que

[...] após a descoberta dos chamados direitos de personalidade, avolumou-se a corrente dos defensores dos direitos essenciais da pessoa humana, em cujo seio assumiu posição de destaque a plena reparabilidade das lesões à pessoa, na esfera extrapatrimonial. Várias leis, em diversos países tomaram providências tutelares em defesa de direitos autorais, de imagens etc. Em 1942, finalmente, o tema veio a figurar no bojo do novo Código Civil Italiano. Entre nós, embora sem maior explicitude acerca dos direitos da personalidade, a doutrina majoritária defendia a tese de que o art. 159 do Código Civil [de 1916], ao disciplinar a responsabilidade civil aquiliana e ao mencionar a reparabilidade de qualquer dano, estaria incluindo, em sua sanção, tanto o dano material como o moral. A jurisprudência, todavia, vacilava e predominava a corrente que negava a reparabilidade do dano moral fora das hipóteses explicitamente enumeradas em textos de lei (2016, s. p.)

A consolidação jurídica da proteção aos danos que fogem à perspectiva pecuniária deu-se com o reconhecimento e a positivação, nos ordenamentos jurídicos ao redor do mundo, do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e de todos os interesses de cunho existencial que o seguem, inclusive, no Brasil, a Constituição Federal de 1988,

em seu artigo 5º, V e X, previu expressamente a reparação oriunda de lesão não patrimonial, acompanhada posteriormente pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo Código Civil de 2002, em seu artigo 186, pondo fim ao limbo jurídico que o dano extrapatrimonial encontrava-se durante a vigência Código Civil de 1916, silente a respeito da reparação dos danos não econômicos.

O precursor dos danos extrapatrimoniais foi o dano moral individual, consubstanciado em atos atentatórios à personalidade humana, tanto em suas perspectivas mais particulares, como a intimidade e a consideração pessoal, quanto na valoração pessoal de cada um inserido no ambiente em que vive e atua, como o prestígio e a reputação (THEODORO JÚNIOR, 2016). Ademais, Bulos (2014) destaca que o dano moral resta caracterizado em sentido subjetivo, quando da ocorrência de dor, humilhação, angústia, sofrimento intensos e, em aspecto mais objetivo, quando atrelado à lesão aos direitos da personalidade, como os atentados à honra, à imagem e credibilidade social.

Portando esse caráter mais amplo, o dano moral hoje resta alicerçado na doutrina e na jurisprudência brasileiras como lesões ao patrimônio ideal da vítima, tudo aquilo que não é passível de valor econômico, cabendo ao lesado demonstrar a ocorrência do ato lesivo e ao juiz analisar se houve idoneidade capaz de provocar dano grave e relevante, estando assentada ainda a cumulatividade da lesão moral com a indenização do dano patrimonial oriundo do mesmo fato, nos termos da Súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça.

Consolidada a proteção do indivíduo, seja em sua dimensão econômica, interna ou valorativa, Poli (2014) aduz que o dano moral volta-se, então, à proteção dos valores particulares de outros entes: das pessoas jurídicas e da coletividade. Verifica-se, desse modo, que a salvaguarda dos valores morais não se encontra adstrita apenas aos valores morais individuais da pessoa física e a elementos exclusivamente subjetivos de dor e sofrimento, de forma que, em sua Súmula 227, o Superior Tribunal de Justiça preceituou que a pessoa jurídica, ao possuir direitos da personalidade que com ela são compatíveis, pode ser vítima de dano moral, por exemplo, quando tem sua honra e nome social lesados.

Nesse viés, não somente a dor psíquica pode causar dano moral, mas também a lesão, em sentido amplo, ao conjunto de valores, direitos e interesses juricamente protegidos de uma coletividade, transcendendo a reparação individualista dos prejuízos não patrimoniais a fim de se harmonizar com a proteção jurídica dos direitos coletivos e difusos, de sorte que

[s]eja protegendo as esferas psíquicas e moral da personalidade, seja defendendo a moralidade pública, a teoria do dano moral, em ambas as dimensões (individual e coletiva), tem prestado e prestará sempre inestimáveis serviços ao que há de mais sagrado no mundo: o próprio homem, fonte de todos os valores (BITTAR FILHO, 2005, p. 02).

Nessa perspectiva, Poli (2014) esclarece que o dano moral acompanhou os anseios sociais e a própria evolução da responsabilidade civil e dos danos tutelados pelo instituto, que, diante de todos os fenômenos visitados no capítulo anterior e da massificação das relações jurídicas, passou a salvaguardar os interesses coletivos *lato sensu*, e, dentre eles, os interesses e os valores essenciais que permeiam a sociedade.

Embora inicialmente o dano moral coletivo tenha sido alvo de divergências na doutrina e na jurisprudência, em decorrência da defesa do conceito subjetivo e individual de dano moral, restou claro que os danos causados à coletividade não poderiam ficar à margem da tutela jurídica, sobretudo diante do desenvolvimento de um direito cada vez mais social, do princípio da reparação integral e do reconhecimento da coletividade como detentora de direitos, interesses e bens.

O amparo legal do dano moral coletivo deu-se com a própria Constituição Federal de 1988, em seus arts. 5º, V e X, e 129, III, com o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, VI, com a Lei da Ação Civil Pública, em seu art. 1º, caput e IV, e com todo o microssistema processual da tutela coletiva, possuindo vários legitimados extraordinários, com destaque ao Ministério Público e, conforme aduz Carlos Alberto Bittar Filho, à Ação Civil Pública, “instrumento processual que se presta por excelência à ampla defesa dos valores e danos coletivos” (2005, p. 02).

Quanto aos interesses que visa proteger, cabe discussão mais detalhada. Por vezes são encontradas divergências no que toca ao objeto de tutela do dano moral coletivo, que ora serviria à defesa apenas de interesses coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos, ora destinando-se à salvaguarda de interesses difusos e *stricto sensu*, ora albergando as três esferas de interesses coletivos *lato sensu*. Embora não se queira, neste trabalho, apegar-se à divisão entre os interesses, que conceitualmente é muito mais nítida do que na prática jurídica, preferindo-se sempre a análise do caso concreto e a harmonização com a função prática dos instrumentos de tutela coletiva, defende-se que a violação dos três interesses coletivos *lato sensu* é capaz de causar danos morais coletivos, ressaltando-se a exigência de que a lesão aos direitos individuais homogêneos tenha repercussão social, juntando-se agora esclarecimentos doutrinários e jurisprudenciais para ratificar essa compreensão.

Braga Netto pontua que o dano moral coletivo tem lugar diante de tais exemplos:

a) violação da honra de comunidade difusa (raça, orientação sexual, etnia, portadores de deficiência), como programas televisivos que ostensivamente discriminam homossexuais pela via de “pegadinhas”; b) discriminação contra idosos; c) interrupção de fornecimento de energia elétrica com transtornos à comunidade (2021, p. 254).

Quanto às lesões aos interesses difusos, impende colacionar estes julgados:

RECURSO ESPECIAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA DIGNIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES OFENDIDA POR QUADRO DE PROGRAMA TELEVISIVO. DANO MORAL COLETIVO, EXISTÊNCIA. 1. O dano moral coletivo é aferível *in re ipsa*, ou seja, sua configuração decorre da mera constatação da prática de conduta ilícita que, de maneira injusta e intolerável, viole direitos de conteúdo extrapatrimonial da coletividade, revelando-se despicienda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral. Precedentes. 2. Na espécie, a emissora de televisão exibia programa vespertino chamado "Bronca Pesada", no qual havia um quadro que expunha a vida e a intimidade de crianças e adolescentes cuja origem biológica era objeto de investigação, tendo sido cunhada, inclusive, expressão extremamente pejorativa para designar tais hipervulneráveis. 3. A análise da configuração do dano moral coletivo, na espécie, não reside na identificação de seus telespectadores, mas sim nos prejuízos causados a toda sociedade, em virtude da vulnerabilização de crianças e adolescentes, notadamente daqueles que tiveram sua origem biológica devassada e tratada de forma jocosa, de modo a, potencialmente, torná-los alvos de humilhações chacotas pontuais ou ainda da execrável violência conhecida por *bullying*. 4. Como de sabença, o artigo 227 da Constituição da República de 1988 impõe a todos (família, sociedade e Estado) o dever de assegurar às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito e de lhes colocar a salvo de toda forma de discriminação violência, crueldade ou opressão. 5. No mesmo sentido os artigos 17 e 18 do ECA consagram a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral das crianças e dos adolescentes, inibindo qualquer tratamento vexatório ou constrangedor, entre outros. 6. Nessa perspectiva, a conduta da emissora de televisão- ao exibir quadro que, potencialmente, poderia criar situações discriminatórias, vexatórias, humilhantes às crianças e aos adolescentes - traduz flagrante dissonância com a proteção universalmente conferida às pessoas em franco desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, donde se extrai a evidente intolerabilidade da lesão ao direito transindividual da coletividade, configurando-se, portanto, hipótese de dano moral coletivo indenizável, razão pela qual não merece reforma o acórdão recorrido. 7. Quantum indenizatório arbitrado em R\$ 50.000,0 (cinquenta mil reais). Razoabilidade e proporcionalidade reconhecidas. 8. Recurso especial não provido (BRASIL, 2018a).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DIFUSO E COLETIVO. DANO MORAL COLETIVO. COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL EM QUANTIDADE MENOR DO QUE O INFORMADO NA BOMBA. CONDUTA ILEGAL ATO QUE GERA LESÃO AO DIREITO DO CONSUMIDOR. DESRESPEITO AO CONSUMIDOR. ABUSO DA BOA FÉ. DANO MORAL COLETIVO CARACTERIZADO. REPARAÇÃO INDENIZATÓRIA DEVIDA. QUANTUM DENTRO DOS PADRÕES DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, PUNIÇÃO NA SEARA ADMINISTRATIVA NÃO OBSTA A BUSCA DA REPARAÇÃO POR DANO NA ESFERA JUDICIAL. 1-Tal conduta implica não só em danos efetivos para aquele que venha a abastecer o veículo, mas, sobretudo, há uma ofensa a toda a coletividade que, confiando na lisura da empresa e na suposta boa-fé para com o consumidor, foi irremediavelmente lesado. 2- No caso em apreço, entendo que

resta caracterizado o ato ilícito da conduta da empresa apelante, a ponto de lesionar a coletividade. Destaque-se que a condenação à reparação de forma indenizatória tem o objetivo de coibir a prática reprovável de comercialização de combustível em volume menor do que aquele de fato pago pelo consumidor, de modo a impor obediência aos padrões fixados pela Agência Nacional do Petróleo, bem como, de forma a proteger o consumidor, que é a parte vulnerável da relação, assumindo também o caráter punitivo e pedagógico. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME (ALAGOAS, 2019).

AMBIENTAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. COMPLEXO PARQUE DO SABIÁ. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC NÃO CONFIGURADA. CUMULAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER COM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA. ART. 3 DA LEI 7.347/1985. POSSIBILIDADE. DANOS MORAIS COLETIVOS. CABIMENTO.

[...] 2. Segundo a jurisprudência do STJ, a lógica hermenêutica do art. 3º da Lei 7.347/1985 permite a cumulação das condenações em obrigações de fazer ou não fazer e indenização pecuniária em sede de ação civil pública, a fim de possibilitar a concreta e cabal reparação do dano ambiental pretérito, já consumado. Microsistema de tutela coletiva. 3. O dano ao meio ambiente, por ser bem público, gera repercussão geral, impondo conscientização coletiva à sua reparação, a fim de resguardar o direito das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. 4. O dano moral coletivo ambiental atinge direitos de personalidade do grupo massificado, sendo desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado (BRASIL, 2013).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. TRANSPORTE DE CARGAS COM EXCESSO DE PESO. PRETENSÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. PRETENSÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS COLETIVOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

[...] Possível, na linha de precedentes judiciais, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, a caracterização de danos morais coletivos, quando ofendidos direitos ou interesses que extrapolam a esfera individual, a evidenciar lesão extrapatrimonial de natureza metaindividual, transindividual ou coletiva - A prática de infrações, notadamente as de trânsito, que implicam responsabilidade quase que objetiva, está inserida no contexto social, e não justifica, por si só, reparação por danos morais coletivos. Entrementes, evidenciado que agente econômico pratica infrações reiteradamente, mediante ações deliberadas ou quando menos, negligentes, sem preocupação com a observância da ordem jurídica, e ofendendo interesses caros a toda a sociedade, presente esta situação de abuso, a justificar em muitas situações, o nascimento do dever de reparar os danos causados à coletividade - Conquanto não se possa aquilatar com exatidão em que medida as condutas contribuíram para a deterioração das rodovias, é inquestionável que todo aquele que transita com excesso de peso assume, posto que minimamente, responsabilidade pelo desgaste da pavimentação asfáltica e das bases e sub-bases que lhe dão sustentação - Com o proceder abusivo, bens públicos - logo pertencentes a toda a coletividade-, são atingidos, e o conforto, o patrimônio, a segurança, a saúde e mesmo a vida dos usuários das estradas e rodovias municipais, estaduais e federais, são afetados, de modo que violados direitos fundamentais que gozam de proteção especial na Constituição Federal (artigos 5º e 6º da CF). Ademais, as condutas ilícitas reiteradas afrontam ainda a ordem econômica (art. 170 da Constituição Federal), pois geram prejuízos aos veículos de transporte de bens e de pessoas que transitam nas vias públicas, e, principalmente, estabelecem quadro anti-isonômico em relação aos demais agentes econômicos em flagrante violação do equilíbrio concorrencial - É caso, assim, de condenação por danos morais coletivos, haja vista a natureza da atividade desenvolvida pela ré, o elevado número de infrações (mais de 200), a revelar conduta abusiva, e a ofensa a diversos direitos tutelados pela Constituição Federal, com inegáveis prejuízos à sociedade (BRASIL, 2016).

O surgimento de danos morais coletivos ante a violação de interesses individuais homogêneos, por sua vez, tem importante precedente pelo que se apresenta a seguir:

RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. INOCORRÊNCIA. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. DIREITOS DO CONSUMIDOR. SARDINHAS EM CONSERVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FORNECEDORES OU PRODUTORES. LITISCONSÓRCIO. FACULTATIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. MOMENTO. VÍCIO DE QUANTIDADE. DANOS MORAIS COLETIVOS. OCORRÊNCIA. VALOR. REVISÃO. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. JORNAIS DE AMPLA CIRCULAÇÃO. LIMITES DA EFICÁCIA DA SENTENÇA COLETIVA. 1. Recurso especial interposto em: 14/08/2015; concluso ao gabinete em: 22/08/2018; julgamento: CPC/73. 2. Na presente ação coletiva, o Ministério Público questiona a ocorrência de vício de quantidade e de informação na venda de sardinha enlatada em conserva pela recorrente. 3. O propósito recursal é determinar se: a) ocorreu negativa de prestação jurisdiccional; b) o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ações coletivas na defesa de interesses individuais homogêneos; c) há litisconsórcio passivo necessário com os demais produtores/fornecedores do produto questionado; d) houve cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide; e) existe efetivo vício de quantidade no produto vendido pela recorrente; f) é possível a condenação à indenização de danos materiais causados aos consumidores sem efetiva comprovação; g) a violação de direitos individuais homogêneos é capaz de causar danos morais coletivos; h) é possível rever o valor da compensação dos danos morais coletivos fixados na origem; i) é adequada a condenação à publicação da sentença em jornais de grande circulação; e j) a eficácia da sentença deve ser restrita aos limites territoriais da competência do órgão prolator. [...] 5. O interesse individual homogêneo é um direito individual que acidentalmente se torna coletivo e, pois, indisponível, quando transcender a esfera de interesses puramente particulares, envolvendo bens, institutos ou valores jurídicos superiores, cuja preservação importa à comunidade como um todo. 6. O Ministério Público está legitimado a promover ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos, quando constatada a relevância social objetiva do bem jurídico tutelado. Precedentes. 7. *In casu*, os interesses tutelados na presente ação civil pública atingem a universalidade dos potenciais consumidores dos produtos da recorrente, e não apenas casos pontuais nos quais verificada a discrepância entre a quantidade de sardinha e a informação constante na embalagem, e o interesse individual homogêneo tutelado na presente ação refere-se aos deveres de confiança, boa-fé e informação, intrínsecos à relação consumerista, que possuem relevância social e potencial de afligir os valores fundamentais da proteção ao consumidor. [...] 10. O dano moral coletivo é categoria autônoma de dano que não se identifica com aqueles tradicionais atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico), mas com a violação injusta e intolerável de valores fundamentais titularizados pela coletividade (grupos, classes ou categorias de pessoas). Tem a função de: a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais. 11. A grave lesão de interesses individuais homogêneos acarreta o comprometimento de bens, institutos ou valores jurídicos superiores, cuja preservação é cara a uma comunidade maior de pessoas, razão pela qual é capaz de reclamar a compensação de danos morais coletivos. 12. Na hipótese concreta, foram indicadas vulnerações graves à moralidade pública contratual, de significância razoável que ultrapassa os limites da tolerabilidade, razão pela qual foram verificados os requisitos necessários à condenação da recorrente à compensação de danos morais coletivos (BRASIL, 2018b).



Isto posto, a admissão do dano moral coletivo e a imprescindibilidade de sua reparação encontram assento doutrinário, legal e jurisprudencial, em todas as instâncias e nos diferentes prismas dos interesses transindividuais, por exemplo, na área ambiental, como lesões à qualidade de vida e à saúde da coletividade, na violação à honra de determinada comunidade, na defesa dos direitos dos consumidores e dos trabalhadores, como também nos domínios fiscal e bancário, em respeito à ordem jurídica, destinando-se à reprimenda das lesões ao círculo de valores fundamentais compartilhados e titularizados pela coletividade (MEDEIROS NETO, 2015).

Como caracteres precípuos do dano moral coletivo, destacam-se a salvaguarda ao patrimônio valorativo da sociedade, a distinção em relação ao dano moral individual, a exigência de lesão injusta e intolerável a valores coletivos essenciais, a aferição *in re ipsa* e a função tripartida, elementos esses a serem analisados a partir do importante julgamento do REsp nº 1.502.967/RS e dos imprescindíveis ensinamentos de Xisto Tiago de Medeiros Neto.

A ascendência do dano moral coletivo e a proteção do patrimônio valorativo da sociedade só puderam se dar a partir da desassociação do dano moral com os aspectos subjetivos de dor e sofrimento físico, de sorte que a integridade da coletividade vincula-se a seus direitos, interesses e valores fundamentais, que, quando lesados, comprometem a finalidade por eles almejada,

[d]ireitos esses que traduzem valores jurídicos fundamentais da coletividade, que lhes são próprios, e que refletem, no horizonte social, o largo alcance da dignidade dos seus membros, a exemplo da garantia de condições dignas de trabalho e do respectivo cumprimento das normas de proteção; do meio ambiente sadio e adequado; da prestação eficiente de serviços públicos essenciais; do patrimônio histórico e cultural preservado; da equidade, transparência e segurança nas relações de consumo e da não discriminação de grupos e classes de pessoas (MEDEIROS NETO, 2015, p. 12).

Dessa forma, Xisto Tiago de Medeiros Neto (2015) atenta que o dano moral coletivo não deve receber o mesmo tratamento conferido ao dano moral individual, cuja caracterização deve ser averiguada, objetivamente, pela violação do interesse titularizado pela coletividade, não se submetendo à observância de sentimentos negativos externados pela comunidade, como abalo ou repulsa coletiva, uma vez que esses representam apenas consequências da conduta do ofensor e não requisitos para a formação do dano moral coletivo.



Sendo então a própria violação do direito coletivo que produz, em si, a lesão, assume especial relevância o âmbito de alcance desse dano, tanto pela quantidade efetiva ou potencial de lesados, quanto pelos limites territoriais que os seus impactos alcançaram, de modo que a caracterização do dano moral coletivo não pode se associar ao quantitativo de pessoas imediatamente atingidas, mas sim volver sua atenção à repercussão coletiva da conduta do ofensor (MEDEIROS NETO, 2015).

Ressalta-se que não basta a mera infringência à lei ou a transgressão ao ordenamento em si: para a configuração do dano moral coletivo, deve esse consistir em lesão antijurídica dotada de gravidade e intolerabilidade aos valores essenciais da sociedade, sendo, pois, como ensinam Carrá e Carrá (2019), autoevidente e suficiente, por si, para configurar o dever de indenizar, ou seja, constituindo-se em um dano aferível *in re ipsa*.

Isto posto, malgrado o dano moral coletivo não se identifique com atributos da pessoa humana e se configure *in re ipsa*, “dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral”, ele só restará qualificado quando se verificar “uma lesão a valores fundamentais da sociedade e se essa vulneração ocorrer de forma injusta e intolerável” (BRASIL, 2018c, p. 19-20).

Nesse sentido, Medeiros Neto (2015) atenta que o dano moral coletivo, ao ser apreciado *in re ipsa*, viola de maneira tão grave interesses de natureza transindividual que a certeza do dano emerge objetiva, imediata e diretamente do próprio ato ilícito (*ipso facto*), prescindindo de prova de prejuízo, notadamente porque já resta evidenciado o dano da própria demonstração do fato da violação.

Diante da tamanha reprovabilidade das condutas causadoras de dano moral coletivo, esse se presta a: “a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais” (BRASIL, 2018c, p. 19-20).

Desta feita, a distinção do dano moral coletivo em relação ao dano moral individual encontra-se não somente na forma como se dá a sua caracterização, como também no modo de responsabilização do agente causador. Em razão da relevância social dos interesses transindividuais, Medeiros Neto (2015) atenta que apenas a exigência de ajuste do comportamento do ofensor, com a simples determinação judicial de abstenção ou realização de conduta exigida por lei, representaria uma reação aquém para a coletividade, tendo em mente as lesões já geradas no tempo e no espaço, e constituiria uma condição de impunidade, de conforto e até mesmo de favorecimento para o ofensor.

Nesse viés, “o dano moral coletivo visa”, então, “ressarcir, punir e inibir a injusta e intolerável lesão aos valores primordiais de uma coletividade”, ampliando as funções da responsabilidade civil, voltada tradicionalmente à finalidade exclusiva da compensação (BRASIL, 2018c, p. 20). Dessa maneira, Medeiros Neto (2015) esclarece que a imposição judicial de parcela pecuniária deve refletir os deletérios efeitos oriundos do dano moral coletivo, cuja quantificação deve levar em conta: a natureza, a gravidade e a repercussão da lesão; a situação econômica do ofensor; o proveito obtido com a conduta ilícita; o grau da culpa ou do dolo, se presentes, e a verificação de reincidência; e, por fim, o grau de reprovabilidade social da conduta adotada.

Destaca-se ainda, além da finalidade sancionatória, o caráter pedagógico dessa condenação, com força para dissuadir outras condutas danosas, materializando a finalidade preventiva da tutela dos direitos transindividuais, de sorte que

[s]omente assim é que se poderá atender ao anseio de justiça presente na coletividade; somente assim é que se possibilitará recompor o equilíbrio social rompido; somente assim a conduta violadora de direitos da coletividade não será compensadora para o ofensor; e somente assim haverá desestímulo, no universo social, quanto à repetição de condutas de tal jaez, para o bem de toda a coletividade (MEDEIROS NETO, 2015, p. 21-22).

Por fim, a condenação pecuniária do dano moral coletivo, no âmbito das ações civis públicas, pode ser direcionada a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais, conforme prevê a Lei nº 7.347/85, em seu artigo 13, ou, conforme sustenta Medeiros Neto (2015), a uma finalidade específica estabelecida pelo juiz.

### 3.4 O DANO SOCIAL

O dano social, por sua vez, foi idealizado pelo professor Antônio Junqueira Azevedo enquanto “lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral – principalmente a respeito da segurança – quanto por diminuição na qualidade de vida”, proveniente de ato doloso ou gravemente culposos, ou mesmo negativamente exemplar, que atinge a toda a coletividade, diminuindo-lhe a tranquilidade social e acarretando a redução do bem-estar de toda a população, mensurada, por exemplo, com os índices de desenvolvimento humano (2010, p. 382).

Vários são os fundamentos em que se alicerça o reconhecimento dessa nova categoria de dano, ao lado dos tradicionais danos materiais e morais, podendo citar-se a

ampliação da tutela da dignidade da pessoa humana, e todos os interesses albergados por esse mandamento constitucional (art. 1º, III, CF), e as mudanças na realidade social, como as lesões inerentes à sociedade de risco e a massificação dos interesses e danos, que orientaram o Direito à nova dinâmica da supraindividualidade.

Destarte, o dano social reflete a maior preocupação coletiva e materializa o papel social da responsabilidade civil, fruto da preocupação do ordenamento jurídico, exibida pela Constituição Federal e pelo Código Civil de 2002, com o personalismo ético, tendo

[...] como valores centrais ou paradigmas axiológicos a socialidade e a eticidade. Esses princípios correspondem à necessidade de uma conduta cooperativa entre as pessoas, ou seja, determina que as pessoas sejam solidárias em suas relações individuais (eticidade) e em suas relações com o meio social (socialidade). Por essa razão, a repercussão das ações das pessoas no meio social tem ganhado especial atenção por parte do Estado e do sistema jurídico (SILVA; SCHNEIDER; SILVESTRE, 2017, p. 967).

Nesse viés, o dano social tem como elemento central, dentre outros, a segurança, encarada por Azevedo (2010) como valor para qualquer sociedade, de forma que, embora a obrigação de segurança, durante a segunda metade do século XX, fosse vista como resultante de uma cláusula contratual, hoje apresenta-se autônoma e “descontratualizada”, dando origem ao dever de cuidado que deve marcar a conduta dos integrantes de uma sociedade, pautada na diligência, na boa-fé, no respeito e na consideração social.

Voltados primordialmente à dimensão dos interesses difusos, os danos sociais são lesões, materiais ou extrapatrimoniais, causadas a toda a sociedade, não se filiando, neste trabalho, à compreensão de que esses danos surjam da soma de lesões reiteradas de menor expressão ou microlesões, que, isoladamente consideradas, não são passíveis de configurar um dano, uma vez que esse entendimento desloca da própria noção de interesse difuso. Concorde-se, no entanto, que o dano social surja de práticas antijurídicas reiteradas e negativamente exemplares que ofendam os direitos transindividuais da coletividade.

Nesse sentido, o ato lesivo que ultrapasse a esfera individual do sujeito, comprometendo, pois, a segurança, a qualidade de vida, o patrimônio moral e o bem-estar da sociedade, ou que cause tamanha reprovação, ao ser negativamente exemplar, poderá ser objeto de indenização por dano social. Para Azevedo (2010), o surgimento dessa lesão terá espaço diante de condutas comissivas ou omissivas dotadas de dolo ou culpa grave, especialmente em razão da inobservância do dever de segurança, e a partir de condutas

altamente reprováveis, irresponsáveis, negativamente exemplares e marcadas pela indiferença acerca das consequências do ato praticado.

Assim sendo, o dano social configura-se a partir de uma grave e ultrajante conduta que não adotou a diligência, a boa-fé, o respeito e a consideração social que se esperavam do comportamento do agente, cujo ato, muito distante do *standard* de conduta, desborda do razoável e tolerável, de tal forma que é aferível, tal qual nos danos morais coletivos, *in re ipsa*.

Poli ressalta que a análise da conduta causadora do dano social aproxima-se das figuras da culpa consciente e do dolo eventual do Direito Penal, advertindo que essa

[...] análise deve se voltar mais à antijuridicidade do ato em relação ao não atendimento de um padrão de conduta, tendo em vista a proporção do dano causado, do que à análise da gravidade da culpa em si. [...] Com efeito, muitas vezes a gravidade do dano e a importância dos bens atingidos já automaticamente demonstrarão essa quebra de um dever de segurança ou boa-fé, capaz de revelar o atuar com culpa grave ou dolo do agente, devendo ele próprio produzir a prova necessária para ilidir essa responsabilização. Quando não for possível inferir, da conduta do agente, essa culpa grave ou dolo, no mais das vezes representados pela sua possibilidade de conhecimento ou indiferença quanto à ilicitude de sua conduta, temerária será qualquer condenação por dano social (2014, p. 208-209).

Embora se trate de dano *in re ipsa*, os fatores subjetivos da atuação do agente, sua culpa ou dolo, assim como a ausência do *standard* de conduta e das medidas preventivas, serão critérios de definição do *quantum* indenizatório. Nesse viés, para a fixação do valor, Alcides Silva, Flavio Schneider e Gilberto Silvestre (2017) apontam como parâmetros do dano social a reprovabilidade da conduta, a gravidade ou intensidade da culpa do agente, as condições socioeconômicas do ofensor e a gravidade e as repercussões do ato danoso para a sociedade, avaliando-se o valor do bem lesado, tanto em seu aspecto patrimonial quanto extrapatrimonial.

Essa condenação do dano social apresenta função diversa da clássica reparação da responsabilidade civil, voltando-se à punição de um fato passado e à dissuasão de um comportamento futuro, servindo, pois, à didática e à prevenção de outras condutas lesivas, devendo cada uma dessas parcelas serem discriminadas (AZEVEDO, 2010). O dano social mostra-se, portanto, alinhado ao papel da responsabilidade civil contemporânea e à proteção da pessoa humana e das coletividades exigida constitucionalmente, fazendo com que os sujeitos não queiram se expor a sanções de cunho punitivo e preventivo e, conseqüentemente, acabando por fixar padrões de comportamento desejáveis ao interesse social.

Como já demonstrado no segundo capítulo, a função punitiva da responsabilidade civil, malgrado não possua bases pacíficas, encontra amparo no compromisso social do instituto e nos princípios e cláusulas gerais que o informam, como a boa-fé objetiva, estando presentes ainda vários exemplos de que o Direito Civil se presta também à punição, como nos diversos casos apontados por Azevedo (2010), como do herdeiro que, ao sonegar bens da herança, perde o direito sobre eles (art. 1.992, CC), e do condômino que não cumpre com seus deveres, sofrendo, além das consequências da mora e das perdas e danos em geral, uma multa (art. 1.336, CC).

O autor ainda enfatiza que sem o *plus* indenizatório, “estaríamos diante da falta de consequências para um ato doloso e diante de um evidente estímulo” à antijuridicidade, sendo necessário “repor, quer num caso, por punição, quer noutro, por dissuasão, o que foi tirado da sociedade” (AZEVEDO, 2010, p. 382).

Quanto à destinação dessa condenação, idealizou o autor que, diversamente de ir a um fundo nas ações movidas pelos órgãos da sociedade, como pelo Ministério Público, já sobrecarregado de trabalho, essa deveria ser destinada ao particular em sua ação individual de responsabilidade civil, ao exercer uma função pública de defensor da coletividade, sendo recompensado por salvaguardar, além dos seus direitos, os da sociedade, e estimulando os particulares a pleitear em juízo os interesses e direitos da coletividade.

Desde sua idealização, os danos sociais vêm galgando espaço na jurisprudência, colacionando-se alguns julgados para ilustrar sua aplicação inicial:

TOTO BOLA. SISTEMA DE LOTERIAS DE CHANCES MÚLTIPLAS. FRAUDE QUE RETIRAVA AO CONSUMIDOR A CHANCE DE VENCER. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. DANOS MATERIAIS LIMITADOS AO VALOR DAS CARTELAS COMPROVADAMENTE ADQUIRIDAS. DANOS MORAIS PUROS NÃO CARACTERIZADOS. POSSIBILIDADE, PORÉM, DE EXCEPCIONAL APLICAÇÃO DA FUNÇÃO PUNITIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL. NA PRESENÇA DE DANOS MAIS PROPRIAMENTE SOCIAIS DO QUE INDIVIDUAIS, RECOMENDA-SE O RECOLHIMENTO DOS VALORES DA CONDENAÇÃO AO FUNDO DE DEFESA DE INTERESSES DIFUSOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não há que se falar em perda de uma chance, diante da remota possibilidade de ganho em um sistema de loterias. Danos materiais consistentes apenas no valor das cartelas comprovadamente adquiridas, sem reais chances de êxito. Ausência de danos morais puros, que se caracterizam pela presença da dor física ou sofrimento moral, situações de angústia, forte estresse, grave desconforto, exposição à situação de vexame, vulnerabilidade ou outra ofensa a direitos da personalidade. Presença de fraude, porém, que não pode passar em branco. Além de possíveis respostas na esfera do direito penal e administrativo, o direito civil também pode contribuir para orientar os atores sociais no sentido de evitar determinadas condutas, mediante a punição econômica de quem age em desacordo com padrões mínimos exigidos pela ética das relações sociais e econômicas. Trata-se da função punitiva e dissuasória que a responsabilidade civil

pode, excepcionalmente, assumir, ao lado de sua clássica função reparatória/compensatória. O Direito deve ser mais esperto do que o torto, frustrando as indevidas expectativas de lucro ilícito, à custa dos consumidores de boa-fé. Considerando, porém, que os danos verificados são mais sociais do que propriamente individuais, não é razoável que haja uma apropriação particular de tais valores, evitando-se a disfunção alhures denominada de *overcompensation*. Nesse caso, cabível a destinação do numerário para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, criado pela Lei 7.347/85, e aplicável também aos danos coletivos de consumo, nos termos do art. 100, parágrafo único, do CDC. Tratando-se de dano social ocorrido no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a condenação deverá reverter para o fundo gaúcho de defesa do consumidor. (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

PLANO DE SAÚDE. Pedido de cobertura para internação. Sentença que julgou procedente pedido feito pelo segurado, determinado que, por se tratar de situação de emergência, fosse dada a devida cobertura, ainda que dentro do prazo de carência, mantida. [...]. DANO SOCIAL. Caracterização. Necessidade de se coibir prática de reiteradas recusas a cumprimento de contratos de seguro saúde, a propósito de hipóteses reiteradamente analisadas e decididas. Indenização com caráter expressamente punitivo, no valor de um milhão de reais que não se confunde com a destinada ao segurado, revertida ao Hospital das Clínicas de São Paulo (SÃO PAULO, 2013).

Os danos sociais, então, estavam, e ainda estão, sendo reconhecidos em ações individuais, inclusive em demandas nas quais não consta o pedido dessa indenização. No entanto, diante dessas situações, o Superior Tribunal de Justiça, na Reclamação 12.062 de 2014, adotou a tese de que "é nula, por configurar julgamento *extra petita*, a decisão que condena a parte ré, de ofício, em ação individual, ao pagamento de indenização a título de danos sociais em favor de terceiro estranho à lide" (BRASIL, 2014, p. 19). Ademais, na mesma ação, o egrégio Tribunal firmou o entendimento de que o reconhecimento dos danos sociais e a sua aplicação somente se darão em ações coletivas:

Impende ressaltar, ainda, que, mesmo que a autora formulasse eventual pedido de condenação em danos sociais na ação em exame, o pleito não haveria de ser julgado procedente, porquanto esbarraria na ausência de legitimidade para postulá-lo. Os danos sociais são admitidos somente em demandas coletivas e, portanto, somente os legitimados para propositura de ações coletivas têm legitimidade para reclamar acerca de supostos danos sociais decorrentes de ato ilícito, motivo por que não poderiam ser objeto de ação individual (BRASIL, 2014, p. 18-19).

Assim sendo, os danos sociais devem ser pleiteados por meio do microssistema da tutela coletiva e pelos legitimados autorizados, destinando sua indenização aos fundos sociais ou a entidades dessa natureza, por ser a sociedade a vítima dessa categoria de dano, tal como se sucedeu no julgamento desta Ação Civil Pública, que condenou o réu ao pagamento de danos sociais no importe de R\$ 30.000,00 a ser convertido ao Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO SOCIAL - ACESSIBILIDADE - VALOR. Ocorre dano social quando o ato lesivo ultrapassa o patrimônio material e moral da vítima atingindo a coletividade. A falta de investimento por parte do locatário, comerciante, em infraestrutura durante o período em que exerceu atividade comercial no local, gerando prejuízo para a qualidade de vida do deficiente físico, deve ser condenado a ressarcir os danos sociais. O dano social deve ser fixado com razoabilidade, considerando-se a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos (MINAS GERAIS, 2019).

O cenário de aplicação dos danos sociais ainda apresenta-se um tanto quanto tímido, tanto em nível doutrinário quanto jurisprudencial. Embora vários doutrinadores reconheçam a autonomia conceitual do instituto, Braga Netto (2021) ressalta que os casos que originam os danos sociais já encontram amparo em outros institutos da responsabilidade civil, indagando se essa inovação conceitual descreve uma nova realidade e apresenta dimensão funcional, em que pese se alie à crítica do professor Azevedo à separação tradicional e rígida entre as funções do Direito Penal e do Direito Civil, de forma que este deve assumir caráter punitivo-pedagógico no Direito contemporâneo.

Seguindo a análise dos contornos práticos e funcionais dos danos sociais, muitos doutrinadores os diferem dos danos morais coletivos pela espécie: enquanto os danos sociais são danos materiais e extrapatrimoniais, os danos morais coletivos dizem respeito somente à perspectiva imaterial dos direitos transindividuais. Outros doutrinadores, diferenciam as modalidades pelos interesses atingidos: os danos sociais surgem de lesões aos interesses difusos, enquanto os danos morais coletivos originam-se de lesões aos interesses coletivos e individuais homogêneos.

Cumprе salientar que não se concorda com essa última compreensão, uma vez que, além de se defender neste trabalho que os danos morais coletivos destinam-se à salvaguarda de todas as esferas dos interesses coletivos *lato sensu* como já explanado, argumenta-se que a classificação conceitual, em interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, não pode ser fator definitivo, *a priori* e em abstrato, para negar eventual direito indenizatório, notadamente porque uma mesma conduta pode lesionar vários interesses ao mesmo tempo, devendo ser analisada em concreto e à luz da proteção prática dos interesses transindividuais, objeto de tutela de ambas modalidades de danos.

Nesse viés de proteção da coletividade, Jaime Leandro Bulos e Jamile Coelho Moreno (2016) defendem que o dano social seria a forma mais correta e adequada para a



reparação dos danos à sociedade tendo em vista sua extensão mais ampla, englobando, pois, o dano moral coletivo, como se sucedeu neste importante julgado:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FRIGORÍFICO. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. DESCUMPRIMENTO DE NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO. ACIDENTES DE TRABALHO COM ÓBITO DE PESSOAS TRABALHADORAS. DECRETO 9571/18. DIRETRIZES NACIONAIS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS. DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. DANO SOCIAL. DANO MORAL COLETIVO. INDENIZAÇÃO. TUTELA DO INTERESSE PÚBLICO. OBRIGAÇÕES DE FAZER. 1. O descumprimento de normas ambientais trabalhistas pelas rés, expondo seus empregados e empregadas a risco de acidentes fatais - como ocorreu em duas oportunidades - efetivamente ultrapassa a esfera individual das pessoas trabalhadoras envolvidas, repercutindo em interesses extrapatrimoniais da coletividade. 2. Contexto fático e probatório a evidenciar diversas violações de direitos humanos fundamentais praticadas pelas rés, repercutindo em interesses extrapatrimoniais da coletividade, em ataque a valores fundamentais da República e à função social da propriedade. Os ilícitos praticados constituem ofensa direta à esfera moral e existencial, na forma do art. 5º, V e X, da CR, c/c art. 186 do Código Civil, não havendo falar em necessidade de comprovar a perturbação de ordem psicossocial da coletividade, porquanto a violação à ordem jurídica em seus valores fundamentais e a gravidade da repercussão de atos que dimanam seus efeitos sobre toda a sociedade é suficiente para o reconhecimento de um dano social, o dano moral coletivo. [...] 5. A prática das infrações ora reconhecidas, danosas à dignidade das pessoas envolvidas e prejudicial aos mecanismos institucionais de proteção ao trabalho, gera dever inequívoco de indenização pelo dano social causado, na modalidade de dano moral coletivo, cuja responsabilização prescinde da prova do efetivo prejuízo suportado pela sociedade e pelas vítimas, bastando que se prove tão somente a prática do ilícito do qual ele emergiu (dano *in re ipsa*), o que já está sobejamente demonstrado no caso. 6. Considerando-se a extensão dos danos sociais sofridos pela coletividade, a capacidade econômica da ofensora, o grau de culpa da demandada, o caráter pedagógico e punitivo que o *quantum indenizatório* deve cumprir na espécie, cabível a majoração do valor atribuído à indenização por danos morais coletivos, não se vinculando o juízo à estimativa feita na inicial. DANOS SOCIAIS. DANOS MORAIS COLETIVOS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SUA REPARAÇÃO. A violação de Direitos Humanos por empresas provoca inequívocos danos sociais, revelando, nada mais, nada menos, que a brutal exploração das pessoas despossuídas, que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver, e são consideradas descartáveis no processo da atividade econômica. Não há dúvida de que a prática, quando perpetrada por empresa, significa o descumprimento da função social da propriedade, tornando ilegítimo o controle dos meios de produção, por abominável comportamento de descaso às pessoas que lhe prestam serviços para a consecução de sua finalidade econômica. Esta múltipla violação de bens jurídicos fundamentais ao Estado Democrático de Direito consolida uma espécie de dano social que se convencionou chamar de dano moral coletivo, assumindo o conteúdo de um prejuízo de caráter extrapatrimonial sofrido pela coletividade e que necessita de reparação (BRASIL, 2021c).

Fato é que, na práxis jurídica, mostra-se tênue a linha que separa os danos sociais e os danos morais coletivos, de forma que ambas perspectivas da responsabilidade por danos coletivos, sem menosprezar a importância do debate teórico a respeito de suas diferenciações, é a salvaguarda da coletividade, de seus interesses, direitos e bens.

### 3.5 APLICABILIDADE DA RESPONSABILIDADE POR DANO MORAL COLETIVO OU POR DANO SOCIAL AOS CASOS DE VIOLAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL

Em que pese a gravidade do cenário pandêmico que se instaurou no Brasil, com o maior colapso sanitário e hospitalar somado às crises sociais, econômicas e políticas que deram origem a uma sindemia no país, presenciaram-se diversos comportamentos que se distanciaram da conduta comunitária, responsável e solidária necessária ao momento atual.

Atendendo aos princípios da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, as medidas sanitárias de prevenção e combate ao novo coronavírus, jurídica e eticamente imperativas, buscam salvaguardar a saúde e o bem-estar da população, como a imprescindível medida de isolamento social, prevista no art. 2º, I, da Lei 13.979/20, prestando-se à separação de pessoas contaminadas pela Covid-19 a fim de cortar as linhas de transmissão do vírus e evitar o colapso do sistema de saúde brasileiro.

Diversos foram os casos noticiados de desrespeito a essa medida de isolamento, quando indivíduos, cientes de sua contaminação e após assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, previsto no art. 3º, § 4º, da Portaria nº 356/20, declarando ciência da necessidade de manter-se em isolamento, saíram ao convívio em sociedade, viajando, trabalhando, participando de celebrações religiosas ou encontrando familiares e amigos.

Um dos primeiros casos noticiados foi o de um empresário que, após ter sua contaminação confirmada em São Paulo, pegou o jatinho particular, convidou alguns amigos e foi para casa em Trancoso, em Porto Seguro (APÓS..., 2020). Passado mais de um ano e seis meses do reconhecimento da pandemia pela Organização Mundial da Saúde, subsiste, e se multiplica, a exposição indevida da saúde de terceiros e da coletividade à Covid-19, agravada ainda pelo negacionismo dos indivíduos, e de governantes, que insistem em ignorar as altas taxas de transmissibilidade e de mortalidade com que o vírus se desenvolveu no país, descumprindo deliberadamente o isolamento social e, por vezes, hostilizando equipes de saúde, como noticiado em reportagem por João Pedro Godoy (2021).

Conforme disposto no art. 3º, § 4º, da Lei 13.979/2020, e no art. 5º, da Portaria nº 356, o descumprimento das medidas sanitárias acarretará a responsabilização do agente, estabelecendo ainda, no parágrafo único do art. 5º, que essa violação deverá ser

comunicada pelo médico ou pelo agente de vigilância epidemiológica à autoridade policial e ao Ministério Público.

Impende ressaltar, antes de aprofundar a responsabilização do agente nas searas penal e cível, que, em que pese a pandemia do coronavírus possa ser categorizada como *act of God*, o novo coronavírus não pode ser utilizado como excludente de responsabilidade civil quando o indivíduo desrespeitou a integridade física dos demais e a saúde da coletividade dentro de uma conjuntura que lhe exigia redobrada diligência (CARRÁ; LEMOS, 2020).

Além das repercussões civis que logo serão exploradas, a violação do isolamento tem reflexos administrativos e penais, incorrendo, por exemplo, nos tipos penais do art. 268, infração de medida sanitária preventiva, e do art. 330, desobediência, ambos do Código Penal. Para Alexandre Salim (2020), não há que se falar em consunção ou absorção nesse caso, uma vez que os bens tutelados por cada tipo penal são distintos: enquanto o art. 330 tutela o funcionamento da Administração Pública, o art. 268 salvaguarda a incolumidade e a saúde públicas, em particular as determinações do Poder Público destinadas a impedir a introdução ou a propagação de doenças contagiosas.

Dantas e Nogaroli (2020) ressaltam que o descumprimento do isolamento enquadra-se, além de no art. 268, também no crime do art. 132, perigo para a vida ou saúde de outrem, sublinhando que, para a ocorrência de qualquer dos tipos, deve o agente consciente e deliberadamente desrespeitar a medida de isolamento social determinada na forma da Portaria nº 356/20 e após a sua entrada em vigor.

Interessante tecer mais algumas considerações a respeito do crime de infração de medida sanitária, que tem como sujeito ativo qualquer pessoa e como sujeito passivo a coletividade, tratando-se de norma penal em branco, que será complementada pela determinação do poder público, nesse caso pelas medidas sanitárias editadas, à luz do federalismo cooperativo, por cada autoridade federativa. Salim (2020) pontua que esse crime consuma-se com a mera infração da determinação do poder público, uma vez que se está diante de uma norma de proteção e de um delito de perigo abstrato, não sendo necessária a efetiva propagação da doença contagiosa para a sua consumação.

Essa conduta ilícita de violar o isolamento social indicado por profissionais da saúde, fundamentado em legislação federal e de observância obrigatória, e expor a saúde de terceiros e da coletividade, atendendo aos apetites pessoais em detrimento do interesse público, importa também em reações da responsabilidade civil contemporânea a partir de suas novas perspectivas, como a máxima proteção e segurança da pessoa

humana e de todos os interesses que a orbitam, assumindo novas funções, como punitiva e preventiva, e renovando o elemento do nexo causal, além de voltar-se à tutela dos interesses juridicamente protegidos, em especial aos que tocam à coletividade.

Todavia, a situação em tela e os crimes de mera conduta não encontram repercussões na responsabilidade civil clássica, instrumento de proteção do patrimônio, tão somente reparatório e rígido na identificação de uma autoria culposa, de um dano unicamente material e de um nexo fático determinado entre esses. Leal critica essa visão tradicional, apontando as características de intervenção mínima e de subsidiariedade do Direito Penal, que funciona como *ultima ratio* das outras esferas jurídicas, e enfatizando que

[a] criminalização de uma conduta revela a gravidade de seu potencial ofensivo. Como então admitir que, no sistema jurídico, o Direito Penal reconheça o delito de conduta, e no Direito Civil, Trabalhista e do Consumidor, por exemplo, prevaleça o entendimento fragmentado de que apenas danos “concretos” sejam reconhecidos? Entenda-se por concretos aquele cuja efetividade possa ser medida por padrões cartesianos tradicionais de mensuração da realidade. [...] A ideia de sistema jurídico pressupõe que uma conduta gravosa a ponto de ser criminalizada, possa ser igualmente objeto de reprimenda no plano civil. O diálogo entre fontes normativas e entre categorias jurídicas viabiliza a conclusão de que, se um determinado bem ou relação jurídica merece a tutela penal, com mais razão deve merecer a tutela em sede de danos (2017, p. 239).

Nessa senda, a autora sublinha que quanto maior a relevância do bem ou do interesse jurídico, maior deve ser sua tutela em qualquer ramo do Direito, como a salvaguarda da saúde dos indivíduos e da coletividade, envoltos nas potencialidades lesivas da sociedade moderna, reclamando uma proteção, além de reparatória, preventiva, perspectiva essa em que o Direito Penal não se mostra suficiente, sendo desenvolvida pela responsabilidade civil contemporânea como a forma mais eficaz à tutela humanista almejada pela ordem jurídica atual, exigindo dos agentes uma conduta pautada na solidariedade, na alteridade, na cooperação, na prudência, dividida em prevenção e precaução, e na boa-fé objetiva, critério de interpretação da conduta culposa que não se restringe ao âmbito contratual, analisando, contextual e dinamicamente, se e quanto a conduta do agente afastou-se das normas éticas e jurídicas e das expectativas sociais.

O viés punitivo da responsabilidade civil, já citado diversas vezes neste trabalho, tem lugar quando o agente não observa esses parâmetros e não age de acordo com *standards* esperados e exigidos pela sociedade, formando a noção de culpa normativa, específica e diferenciada a cada situação, como a inserida no contexto pandêmico:

A emergência global e o agressivo nível de propagação do vírus exigem que se altere a própria noção de dever de diligência, afinal, também como se diz lá pelos países anglo-saxões: “*desperate times calls for desperate measures*”! Ou seja, a culpa há de ser inferida no contexto do momento que se vivia por ocasião da presente crise sanitária, levando-se em conta o grau de prevenção que já era exigido das pessoas (CARRÁ; LEMOS, 2020, s. p.).

Nesse diapasão, as medidas sanitárias atuais buscam um bem comum, sendo uma obrigação jurídica e ética de preservar, além da própria saúde, a de outros membros da coletividade, a fim de impedir, ou ao menos diminuir, a disseminação do novo coronavírus e preservar vidas. Ressalta-se que o dever de cuidado atual não é o mesmo de outrora: deve-se redobrar a prudência nas ações, priorizando os interesses sociais e estabelecendo a responsabilidade de cada indivíduo, ao se reconhecer na comunidade em que está inserido, de proteger a si e aos seus semelhantes dos efeitos da pandemia, com intuito de promover o bem-estar de todos que partilham desse mesmo tempo e espaço.

Diante de todo o exposto, ante a gravidade da crise pandêmica e a necessidade de obediência às medidas sanitárias editadas, e perante toda a evolução da responsabilidade civil até alcançar sua conformação social e humanista, resta clara a possibilidade de responsabilização civil dos indivíduos que não adotaram a prudência, a solidariedade, a alteridade e a boa-fé que lhe eram exigidos no caso concreto, devendo, então, a responsabilidade civil “intervir quando o sujeito, com o seu comportamento, aumente o risco conatural a uma pandemia” (BARBOSA, 2020, p. 278).

O descumprimento do isolamento, além de lesar a coletividade difusamente considerada, cujos danos logo serão investigados, lesiona também a saúde e a integridade de sujeitos determinados, cujos prejuízos, materiais e extrapatrimoniais, podem ser objeto de ação de indenização individual, juntando comprovantes da sua contaminação, dos danos que suportou e da conduta do agente em desrespeitar consciente e deliberadamente a ordem de isolamento domiciliar e os *standards* normativos, científicos e sociais, intencionalmente ou dotado de grave culpa, marcado pela indiferença com as consequências de seu ato e assumindo o risco de disseminar um vírus de alta transmissibilidade e alta mortalidade, com cerca de 600 mil mortes no Brasil e 4,55 milhões de mortes pelo mundo até o final de setembro de 2021 (REDAÇÃO..., 2021).

Quanto ao nexos causal, destaca-se que nem sempre haverá, nessa ação individual, a perfeita demonstração com acentuado nível de certeza exigido pela responsabilidade civil clássica de que a infecção foi contraída em determinado lugar e por intermédio de determinada pessoa. Nesse sentido, a responsabilidade civil atual dialoga com os

princípios constitucionais e com a busca pela ampliação e facilitação da tutela das vítimas, de forma que a análise do nexo causal transfere-se de um tratamento rígido, formal e exclusivamente naturalístico para um enfoque mais aberto, flexível, imputacional e valorativo (BRAGA NETTO, 2021).

No caso em questão, diversas são as formas pelas quais o magistrado analisará o nexo causal, por exemplo, perfazendo juízos de valor quando da identificação da circunstância danosa, citada por Frota (2017), observando, dentre outros, a relevância do bem, a adequação social e a periculosidade da conduta, além do grau de probabilidade, evitabilidade e controle do dano. Poderá também se valer das técnicas já apresentadas na segunda seção deste trabalho, como a *more likely than not* ou *preponderance of the evidence standard*, por meio de uma inferência ampla da realidade e conforme a ordem natural das coisas para determinar ser considerado mais provável que o evento lesivo ocorreu ou não conforme alegado (CARRÁ; LEMOS, 2020).

Ademais, as medidas sanitárias, como a determinação de isolamento, consubstanciam-se em normas e deveres de proteção, estabelecendo obrigações de segurança diferenciados em virtude da gravidade da pandemia do novo coronavírus e da importância e da fragilidade dos bens jurídicos da vida e da saúde dentro desse contexto, de forma que o nexo causal forma-se a partir da violação ao fundamento protetivo da norma. Leal (2017) sublinha que, diante da violação dos deveres de proteção, basta o dano-evento para dar origem ao dano normativo, ou seja, haveria a responsabilização do agente ainda que nenhum sujeito se contaminasse. Entende-se, porém, que esse caso seria melhor trabalhado e aprofundado pela via dos danos coletivos ao invés da ação individual, uma vez que contêm em sua condenação as *punitive damages* defendidas pela autora, como nos danos sociais.

A reprimenda dessa prática negativamente exemplar e intolerável, que, além de colocar em risco e lesionar situação jurídica tutelada por normas de proteção, rebaixa a segurança e bem-estar da população, é reprimida pela responsabilidade civil por danos sociais.

Os danos causados pela violação da medida de isolamento por um contaminado, ciente de sua infecção e após assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, são, por certo, suportados e sentidos indistintamente por toda a sociedade, lesando sua segurança, qualidade de vida e patrimônio moral, além de causar prejuízos de ordem material ao erário público com o tratamento dos infectados por sua atitude, eivada de culpa grave ou dolo, e marcada pela indiferença acerca das consequências sociais de seu ato.

Ademais, esse comportamento, negativamente exemplar, transmite errônea mensagem a toda coletividade, quanto ao desrespeito às medidas de contenção da Covid-19, implicando redução da tranquilidade, da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade, exposta à elevação do número de casos da doença e, conseqüentemente, ao colapso do sistema de saúde, como ocorreu em diversos momentos e lugares pelo Brasil desde março de 2020 (REIS; REIS; NOGAROLI, 2020).

Superada a análise da conduta, da reprovabilidade e da gravidade ou intensidade da culpa do agente e dos deletérios efeitos à sociedade, cumpre ressaltar que esses danos sociais, além de emergirem da violação ao fundamento protetivo da medida sanitária de isolamento, são aferíveis *in re ipsa*, configurando-se a partir de uma grave e ultrajante conduta que não adotou a solidariedade, a boa-fé, a prevenção e o respeito que se esperavam do comportamento do agente, cujo ato, muito distante dos *standards* científicos e sociais, desborda do razoável, devendo ser objeto de indenização punitiva e dissuasória, a fim de fixar padrões de comportamento desejáveis ao interesse social e ao momento pandêmico vivido atualmente, sendo destinada preferencialmente a entidades hospitalares ou fundos assistenciais instituídos para mitigar as conseqüências do novo coronavírus.

O *quantum* indenizatório poderá ser fixado a partir: do alcance do descumprimento e de seu potencial, quanto mais pessoas impactadas, maior o dano; da quantidade de infectados em razão do ato ilícito, os quais, como já explicado, podem demandar individualmente os danos materiais e morais suportados; do grau de culpabilidade do agente, além de outros fatores que se apresentarem na situação concreta (REIS; REIS; NOGAROLI, 2020).

Essa ação de responsabilidade civil por danos sociais deve ser ajuizada por meio do microssistema de tutela coletiva e pelos seus legitimados extraordinários, com destaque à defesa da sociedade pelo Ministério Público na Ação Civil Pública, que já vem pleiteando danos sociais diante de várias condutas que aumentaram o risco natural da atual pandemia e ofenderam efetivamente o bem-estar e a segurança coletivos, não só quando do descumprimento do isolamento social, como também, por exemplo, diante da violação da medida sanitária de quarentena, de observância obrigatória para suspeitos de contaminação pela Covid-19, como neste julgado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E INDENIZATÓRIA. DANOS SOCIAIS. PROFISSIONAL DA SAÚDE COM SINTOMAS DE COVID-19. VIOLAÇÃO DA QUARENTENA IMPOSTA POR



PERÍODO DETERMINADO. LIVRE CIRCULAÇÃO PELA CIDADE EXPONDO OUTROS A POSSÍVEL CONTÁGIO. COMPARTILHAMENTO DE NARGUILÉ. RISCOS ASSUMIDOS DE FORMA CONSCIENTE E VOLUNTÁRIA. CONDUTA REPROVÁVEL. DIAGNÓSTICO POSITIVO PARA CORONAVÍRUS. REPARAÇÃO POR DANOS SOCIAIS. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (PARANÁ, 2021).

O Ministério Público do Paraná tem acionado diversos contaminados que violaram o isolamento social que lhes fora imposto e que voluntariamente haviam se comprometido a cumprir. A Promotoria de Justiça de Terra Roxa, especificadamente, demandou, até junho de 2021, cinquenta e quatro contaminados, como no caso de um homem que, mesmo tendo assinado o termo de consentimento livre e esclarecido e apresentado sintomas como tosse, descumpriu o isolamento, não respondeu com a frequência necessária aos contatos de monitoramento e participou de celebração religiosa, agindo com total descaso em relação à saúde da coletividade e influenciando potencialmente outros munícipes a também se insurgirem contra as medidas sanitárias preventivas de observância obrigatória (MPPR..., 2021a).

Em outra situação, o Ministério Público do Paraná requereu, além da medida penal pelo cometimento de crime contra a saúde pública, a condenação em R\$ 50 mil por danos sociais de uma estudante de Direito que, no dia 6 de dezembro de 2020, mesmo ciente de sua contaminação pela Covid-19 e de que deveria permanecer em isolamento, compareceu à segunda fase do 31º Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, cuja conduta muito se afastou da responsabilidade e da cooperação em prol da coletividade exigidas diante da grave situação pandêmica mundial e nacional (MPPR..., 2021b).

No entanto, em outra Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça Cível do Ministério Público do Mato Grosso, quatro pessoas de uma mesma família foram condenadas ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 20 mil por descumprirem o isolamento social, independentemente de terem contaminado ou não outras pessoas, notadamente porque o propósito do isolamento é de prevenção do interesse coletivo (FAMÍLIA..., 2020).

À vista disso, ressalta-se que, malgrado as lesões provenientes do descumprimento do isolamento possam ser também reprimidas pela responsabilidade civil por dano moral coletivo, uma vez que há grave, injusta e intolerável lesão aos valores fundamentais da saúde, integridade e incolumidade públicas, aferível também *in re ipsa* e cuja indenização, objetivando ressarcir, punir e inibir lesões aos valores primordiais da coletividade, seria igualmente destinada a entidades hospitalares ou fundos assistenciais relacionados à

Covid-19, entende-se que a violação preenche melhor os elementos, requisitos e circunstâncias da responsabilidade civil por danos sociais, notadamente porque ofendeu o valor da segurança da sociedade ao não respeitar os *standards* sociais, científicos e normativos, mostrando-se negativamente exemplar e marcada pela indiferença acerca dos deletérios efeitos decorrentes de seu ato.

Ainda sim, como já mencionado, a linha de diferenciação entre as duas modalidades de responsabilidade civil é tênue, posicionando-se, neste trabalho, sempre a favor do resultado prático de salvaguarda da coletividade, propósito de ambos os institutos, de forma que, sem menosprezar a importância do debate teórico a respeito de suas distinções, não pode o formalismo e o direito processual sobrepor-se à efetiva tutela dos direitos e interesses difusos, tão caros à sociedade e ao momento atual.

Portanto, diante de todo o exposto, defende-se uma certa fungibilidade entre a aplicabilidade dos danos morais coletivos e dos danos sociais, tanto no caso em questão como em outras conjunturas que venham a surgir, analisando, em concreto, se a situação fundamenta adequadamente a propositura de uma ou outra modalidade de tutela coletiva, proposta essa que busca dialogar com a proteção almejada pela conformação social e humanista da responsabilidade civil hodierna perante a força criativa da sociedade de risco, da qual emergiu a presente pandemia e seus deletérios efeitos, agravados pela irresponsabilidade de muitos.

---

## CONCLUSÃO

---

Pensar a responsabilidade civil diante de danos que fogem à esfera individual ainda se mostra, de certa forma, incipiente no ordenamento jurídico brasileiro. Essa temática é envolta até então por diversas polêmicas, algumas expostas por este trabalho, como a sutil linha entre o dano moral coletivo e o dano social, diferenciação essa que, como a categorização dos interesses coletivos *lato sensu*, por vezes desaparece na práxis jurídica, orientando-se sempre pela tutela efetiva das situações que os institutos buscam amparar, qual seja a coletividade, seus direitos, interesses e bens.

Examinou-se também a divergência relativa a quais interesses são albergados pelo dano moral coletivo, filiando-se à posição de que pode salvaguardar todas as esferas dos interesses coletivos *lato sensu*, e a controvérsia que subsiste em relação à autonomia do dano social, que, em uma perspectiva, não apresentaria inovação funcional ou, em outra, teria tamanha relevância que englobaria o dano moral coletivo e passaria a reprimir todas as lesões ao corpo social. Em que pese as discussões, ambas modalidades estão galgando cada vez mais espaço na legislação, na doutrina e na jurisprudência brasileiras, embora o dano social ainda esteja sendo aplicado de forma mais tímida.

A cada dia, despontam diversas conjunturas que devem ser amparadas por essas modalidades de danos coletivos, de forma que seu aperfeiçoamento muito interessa a toda a coletividade, sobretudo diante da potencialidade lesiva da sociedade atual, produtora por excelência de ameaças à vida e à saúde da humanidade, como a pandemia do novo coronavírus.

Destaca-se que a complexidade e a multiplicidade da atual conjuntura pandêmica são de difícil resumo, particularmente porque a ocorrência desse fenômeno multidimensional é simultânea a esse estudo, estando sempre à frente de sua investigação. Certo é, no entanto, que, quanto mais grave mostrou-se o cenário, mais imprescindíveis se tornaram as medidas de prevenção e combate à Covid-19 e mais urgente a responsabilização de indivíduos que, distanciados dos *standards* normativos, científicos e sociais, aumentaram o risco natural da pandemia, lesando o primeiro dos direitos fundamentais, a saúde, reflexo do direito à vida e à dignidade da pessoa humana e que também toca à coletividade, difusamente considerada.

A possibilidade de tutelar os danos difusos oriundos de condutas dolosas ou gravemente culposas que contribuíram para a propagação da Covid-19, e a reverberação de seus deletérios efeitos em inúmeros âmbitos, como a conduta de violar a medida

sanitária de isolamento social, só tem espaço a partir da nova perspectiva da responsabilidade civil atualizada em seus requisitos e funções, passando a contar com perspectivas punitivas e preventivas, e inspirada pelos princípios constitucionais e pela ampliação da tutela das vítimas, tutela essa estendida à coletividade, reconhecida como sujeito de direitos, interesses e bens no sistema jurídico humanista e social que atualmente vigora.

A partir das informações coletadas quanto à gravidade da pandemia, da juridicidade e eticidade que marcam as medidas sanitárias e da conformação atual da responsabilidade civil, concluiu-se que o instituto pode, e deve, reprimir a violação do isolamento social, tanto em relação às lesões individuais quanto aos danos coletivos que emergem desse desrespeito, aplicando a responsabilidade civil por danos sociais ou até mesmo se valendo de uma certa fungibilidade entre essa modalidade e o dano moral coletivo, notadamente porque ambos institutos são capazes de reprimir a lesão à qualidade de vida e à saúde da coletividade, desde que cumpridos os requisitos e elementos de cada modalidade, sendo comum a ambos a aferição *in re ipsa*, grave, injusta e intolerável e a indenização dirigida a um fundo de direitos difusos com o propósito de reparar a sociedade, sancionar o ofensor e inibir outras condutas ofensivas, destinando-se o dano moral coletivo à reprimenda de lesões ao círculo geral de valores da sociedade, enquanto o dano social, em que pese também se dirija às lesões ao patrimônio valorativo da comunidade, volta-se mais especificamente à ofensa ao valor da segurança quando do descumprimento de *standards* sociais e deveres de cuidado.

A pandemia do SARS-CoV-2 é um dos muitos cenários que reclamam pelos novos olhares da responsabilidade civil e não será o último a desafiar as bases da responsabilidade civil clássica. Pelo contrário, o instituto, fundamentalmente dinâmico, teve, e terá, de se atualizar constantemente para ser um instrumento eficaz de sociabilidade e, recentemente, de proteção da pessoa humana em todas as suas perspectivas, especialmente enquanto membro de um corpo social que merece tanta proteção quanto os indivíduos que o integram.

À vista disso, destaca-se, por fim, que qualquer estudo que se preste à investigação da responsabilidade civil nunca será exaustivo, assim como o próprio instituto analisado, que é um ponto de partida para reflexões cada vez mais dinâmicas e desafiadoras à medida que acompanha a complexificação da sociedade, cabendo aos instrumentos e aos operadores do sistema jurídico, porém, sempre se manterem fiéis ao propósito do Direito: regular a sociedade em busca do bem comum.

## REFERÊNCIAS

ACOMPANHE a cobertura da CPI da Pandemia. **Agência Senado**, Brasília, 08 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia>. Acesso em: 13 out. 2021.

ALAGOAS. Tribunal de Justiça de Alagoas. **Apelação** 071885195201280020001/AL 07118851-95.2012.8.02.0001. Des. Klever Rêgo Loureiro, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://tj-al.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/681986206/apelacao-apl-7188519520128020001-al-0718851-9520128020001>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

ALVES, Daniel Cardoso. A liquidez das relações socioculturais na contemporaneidade: os paradoxos trazidos à baila pela pandemia do novo Coronavírus. **Investigação Filosófica**, Macapá, v. 11, n. 2, p. 71-86, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/investigacaofilosofica/article/view/5876>. Acesso em: 25 ago. 2020.

AMARAL, Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do; PONTELI, Nathália Nunes. Para além do ressarcimento: novas sendas da responsabilidade civil e a interface do princípio da solidariedade. In: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2014, Florianópolis. **A humanização do direito e a horizontalização da justiça no século XXI**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 331-348. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ae0bf1def93583b6>. Acesso em: 27 ago. 2020.

APÓS determinação de governador, PGE abre processo contra paciente que veio com coronavírus para sul da BA. **G1BA**, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/17/apos-determinacao-de-governador-pge-abre-processo-contra-paciente-que-veio-contaminado-com-coronavirus-para-sul-da-ba.ghtml>. Acesso em: 02 set. 2021.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. p. 377-384.

BAGATINI, Júlia; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. A responsabilidade civil à luz da solidariedade na sociedade de risco: construindo um direito de danos. In: **XIII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016, Santa Cruz do Sul. IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15761>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BARBOSA, Mafalda Miranda. Covid-19 e responsabilidade civil: vista panorâmica. **Revista de Direito da Responsabilidade**, Coimbra, ano 2, p. 250-279, 2020. Disponível em: <https://revistadireitoresponsabilidade.pt/2020/covid-19-e-responsabilidade-civil-vista-panoramica-mafalda-miranda-barbosa/>. Acesso em: 22 out. 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERKHOUT, Esmé. *et al.* **O vírus da desigualdade**: Unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Oxfam International, jan. 2021. Disponível em: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122\\_PT\\_Final\\_ordenado.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf). Acesso em: 08 maio 2021.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 559, 17 jan. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6183>. Acesso em: 20 maio 2020.

BOLETIM nº 10 Direitos na Pandemia, São Paulo, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Novo manual da responsabilidade civil**. 2. Ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS. Diário Oficial da União, 17 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7616.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7616.htm). Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Enunciado 456. **V Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal**, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/403>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União, 06 fev. 2020b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm). Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, 12 set. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde: **Guia de vigilância epidemiológica**: Emergência de saúde pública de Importância nacional pela Doença pelo coronavírus 2019 – Covid-19. 15 mar. 2021a. Disponível em: [https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Guia-de-vigila%CC%82ncia-epidemiolo%CC%81gica-da-covid\\_19\\_15.03\\_2021.pdf](https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Guia-de-vigila%CC%82ncia-epidemiolo%CC%81gica-da-covid_19_15.03_2021.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Reclamação** 12062/GO 2013/ 0090064-6. Min. Raul Araújo, 12 nov. 2014. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?>



componente=ATC&sequencial=41409472&num\_registro=201300900646&data=20141120&tipo=51&formato=PDF. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial** 1269494/MG 2011/0124011-9. Min. Eliana Calmon, 01 out. 2013. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24227682/recurso-especial-resp-1269494-mg-2011-0124011-9-stj>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial** 1502967/RS 2014/ 0303402-4. Min. Nancy Andrighi, 07 ago. 2018c. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731400&num\\_registro=201403034024&data=20180814&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731400&num_registro=201403034024&data=20180814&formato=PDF). Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial** 1517973/PE 2015/ 0040755-0. Min. Luis Felipe Salomão, 16 nov. 2018a. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549846390/recurso-especial-resp-1517973-pe-2015-0040755-0/inteiro-teor-549846399>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial** 1586515/RS 2016/ 0046140-8. Min. Nancy Andrighi, 22 maio 2018b. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/876548848/recurso-especial-resp-1586515-rs-2016-0046140-8/inteiro-teor-876548849?ref=juris-tabs>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental** 811/SP. Min. Gilmar Mendes, 05 abr. 2021b. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/04/min-gilmar-adpf-cultos.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Referendo na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade** 6.341/DF. Pleno. Min. Marco Aurélio, 15 abr. 2020a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344964720&ext=.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário Trabalhista** 00208220220195040521. Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso, 23 ago. 2021c. Disponível em: <https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1268938187/recurso-ordinario-trabalhista-rot-208220220195040521/inteiro-teor-1268938405>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Apelação** 50208405220144047001/PR 5020840-52.2014.4.04.7001. Ricardo Teixeira do Valle Pereira, 12 jul. 2016. Disponível em: <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/901711542/apelacao-remessa-necessaria-apl-50208405220144047001-pr-5020840-5220144047001>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BULOS, Jaime Leandro. **Da reparação civil dos danos sociais através de instrumentos processuais coletivos**. 2014. 113 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Direito) – Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/1633-jaime-leandro-bulos/file>. Acesso em: 20 maio 2020.



BULOS, Jaime Leandro; MORENO, Jamile Coelho. Dos novos danos: dano moral coletivo ou dano social?. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, n. 4, p. 104-127, out/2016. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/download/728/771/3033>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CALMON, Eliana. As gerações de direito. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 13, n. 1, p. 01-126, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/download/20469/18899/>. Acesso em: 10 out. 2020.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. Todo dano é dano indenizável? In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil: novas tendências**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2017, p. 129-139.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara; CARRÁ, Denise Sá Vieira. Dano *in re ipsa*, responsabilidade civil sem dano e o feitiço de águila: ou de como coisas distintas podem coexistir sem se tocar. **Revista Jurídica da FA7**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 115-131, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/1181/776>. Acesso em: 09 set. 2020.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara; LEMOS, Lívia Oliveira. Coronavírus, direito à saúde e danos extrapatrimoniais: qual a correlação? In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (coord.). **Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. Edição do Kindle.

CASTRO, Fabiana Maria Martins Gomes de. Contornos da responsabilidade civil na sociedade contemporânea. **Revista Eletrônica de Estudos Jurídicos e da Sociedade UNIFEG**, v. 4, n. 4, 2015. Disponível em: [https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2015/Fabiana\\_M.\\_M.\\_Gomes\\_de\\_Castro\\_-\\_Contornos\\_da\\_responsabilidade\\_civil.pdf](https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2015/Fabiana_M._M._Gomes_de_Castro_-_Contornos_da_responsabilidade_civil.pdf). Acesso em: 04 abr. 2020.

CATUZZO JUNIOR, Dante. O Direito à Felicidade como Norteador da Responsabilidade Civil na Sociedade do Século XXI. In: DONNINI, Rogério (coord.). **Risco, dano e responsabilidade civil**. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, p. 77-108.

CDC. **Science Brief**: Emerging SARS-CoV-2 Variants. 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/science/science-briefs/scientific-brief-emerging-variants.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

COSTA, Anna Gabriela. Brasil bate recorde e registra 4.249 mortes por Covid-19 em 24h. **CNN**, São Paulo, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/08/brasil-bate-recorde-e-registra-4249-mortes-por-covid-19-em-24h>. Acesso em: 14 maio 2021.

DANTAS, Eduardo; NOGAROLI, Rafaella. Em busca das virtudes perdidas em tempos de pandemia: reflexos jurídico e ético no distanciamento social, confinamento e quarentena domiciliar. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA,

Roberta (coord.). **Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. Edição do Kindle.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Procedimento de conhecimento** 0701858-04.2020.8.07.0018. Ação de obrigação de fazer. Distrito Federal versus Andre Luis Souza Costa Da Silva. Relator: Raquel Mundim Moraes Oliveira Barbosa. 10 mar. 2020. Disponível em: <https://images.jota.info/wp-content/uploads/2020/03/0701858-04-2020-8-07-0018-1583841161865-46855.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

DONNINI, Rogério. Fundamento Legal da Função Punitiva na Responsabilidade Civil. In: DONNINI, Rogério (coord.). **Risco, dano e responsabilidade civil**. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, p. 15-32.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos. Apontamentos para uma teoria geral da responsabilidade civil no Brasil. In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil: novas tendências**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2017, p. 45-71.

FACHIN, Luiz Edson. Responsabilidade civil contemporânea no Brasil: notas para uma aproximação. **Revista Jurídica**, Sapucaia do Sul, v. 58, n. 397, p. 11-20, nov. 2010. Disponível em: <http://fachinadvogados.com.br/artigos/FACHIN%20Responsabilidade.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FAMÍLIA deverá pagar R\$ 20 mil por desrespeitar isolamento social em MT. **Consultório Jurídico**, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-18/familia-pagar-20-mil-desrespeitar-isolamento-mt>. Acesso em: 06 set. 2021.

FERRAZ, Maria Isabel Meunier. A ideologia da tutela coletiva na Constituição de 1988: os princípios constitucionais norteadores. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, Vol. 12, nº 96, Fev/Mai 2010. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/232/221>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. Responsabilidade por danos e a superação da ideia da responsabilidade civil: reflexões. In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil: novas tendências**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2017, p. 211-228.

GARRIDO-CORDOBERA, Lúdia Maria. **La inclusión de los daños colectivos en el derecho de daños: de las fronteras individuales a la realidad de la colectividad**. Universitas, núm. 118, Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, nº 118, p. 61-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/vniv/n118/n118a03.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

GNEITING, U.; LUSIANI, N.; TAMIR, I. **Poder, Lucros e a Pandemia: Da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos**. Oxfam International, set. 2020. Disponível em: [https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms\\_files\\_115321\\_1599751979Poder\\_Lucros\\_e\\_a\\_Pandemia\\_-\\_completo\\_editado\\_-\\_pt-BR.pdf](https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms_files_115321_1599751979Poder_Lucros_e_a_Pandemia_-_completo_editado_-_pt-BR.pdf). Acesso em: 07 maio 2021.

GODOY, João Pedro. Infectados com Covid desrespeitam isolamento e hostilizam equipes de saúde ao serem notificados em MS. **G1MS**, 23 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/05/23/infectados-com-covid-desrespeitam-isolamento-e-hostilizam-equipes-de-saude-ao-serem-notificados-em-ms.ghtml>. Acesso em: 02 set. 2021.

GONÇALVES, Patrícia Antunes; VALADARES, Ronara da Silva Figueiredo. Do paradigma da responsabilidade civil ao paradigma direito de danos e o surgimento dos novos tipos de danos na esfera ambiental. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UNICURITIBA, 2013, Florianópolis. **25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República**. Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 332-349. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=97e401a02082021f>. Acesso em: 26 ago. 2020.

HACHEM, Daniel Wunder. A dupla noção jurídica de interesse público em Direito Administrativo. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 11, n. 44, p. 59-110, abr./jun. 2011. Disponível em: [http://www.danielwunderhachem.com.br/img/artigos/arquivo\\_20150121105549\\_11.pdf](http://www.danielwunderhachem.com.br/img/artigos/arquivo_20150121105549_11.pdf). Acesso em: 06 jun. 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. 2. Ed. São Paulo: Martin Claeret, 2012.

HOFMEISTER, Maria Alice Costa. **O dano pessoal na Sociedade de Risco**. 2000. 236 f. Tese (Tese de Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/78238/173850.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2020.

HOLANDA, João Ricardo; LIMA, Renata Albuquerque; CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de. A constitucionalização da responsabilidade civil, danos sociais e a possibilidade de reparação anterior ao dano. **Revista Argumentum**, Marília/SP, v. 19, n. 2, p. 503-518, maio-ago. 2018. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/download/560/297>. Acesso em: 09 maio 2020.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, 26 set. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext). Acesso em: 21 maio 2021.

INQUÉRITO Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 10 maio 2021.

JUCÁ, Beatriz. Sequelas da covid-19 pressionam o SUS e hotel no Ceará vira centro de reabilitação de pacientes. **EL PAÍS**, Fortaleza, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-01/sequelas-da-covid-19-pressionam-o-sus-e-hotel-no-ceara-vira-centro-de-reabilitacao-de-pacientes.html>. Acesso em: 21 set. 2021.

KENYON, Chris. Syndemic responses to COVID-19 should include an ecological dimension. **The Lancet**, 27 out. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32219-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32219-4/fulltext). Acesso em: 21 maio 2021.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Dano normativo ou de conduta pela violação de normas de proteção. In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil: novas tendências**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2017, p. 229-242.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; BONNA, Alexandre Pereira. Responsabilidade civil sem dano-prejuízo?. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 56-71, 2º sem. 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento\\_online/edicoes/volume15\\_numero2/volume15\\_numero2\\_56.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume15_numero2/volume15_numero2_56.pdf). Acesso em: 01 maio 2020.

LIMA, Nísia Trindade; BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUZA, Rômulo. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Caderno de Saúde Pública**, v.36, n.7, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000700503&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000700503&lng=pt). Acesso em: 15 ago. 2020.

LOPEZ, Teresa Ancona. Responsabilidade civil na sociedade de risco. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 105, p. 1223 – 1234, jan. dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67932/70540>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MAGENTA, Matheus. Um terço das mortes no mundo: 3 gráficos fundamentais para entender a pandemia no Brasil. **BBC News Brasil**, Londres, 02 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56607007>. Acesso em: 14 maio 2021.

MATHIEU, Edouard. *et al.* **A global database of COVID-19 vaccinations**. Nat Hum Behav (2021). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-021-01122-8#citeas>. Acesso em: 15 maio 2021.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. O dano moral coletivo e a sua reparação. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 4, n. 38, p. 11-35, mar. 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/92442>. Acesso em: 17 out. 2020.

MELO, Diogo Leonardo Machado de. Considerações sobre a boa-fé na responsabilidade civil extracontratual. In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil: novas tendências**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2017, p. 151-162.

MENDENHALL, Emily. The COVID-19 syndemic is not global: context matters. **The Lancet**, 22 out. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32218-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32218-2/fulltext). Acesso em: 21 maio 2021.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. Direito Constitucional à reparação de danos na Sociedade de Riscos. **Revista Nomos**, Fortaleza, v. 29.1, p. 73-86, jan./jun. 2009/1.

Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/6432>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Ação Civil Pública** 10000180052284002/MG. Des. Alberto Henrique, 01 out. 2019. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/765329297/apelacao-civel-ac-10000180052284002-mg/inteiro-teor-765329347>. Disponível em: 29 ago. 2021.

MOTTA, Reuder Cavalcante. **Tutela do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa**: interpretação e aplicação. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MPPR aciona por danos morais coletivos 54ª pessoa em Terra Roxa infectada ou suspeita de infecção por coronavírus que descumpriu isolamento. **MPPR**, 09 jun. 2021a. Disponível em: <https://mppr.mp.br/2021/6/23665,11/MPPR-aciona-por-danos-morais-coletivos-54a-pessoa-em-Terra-Roxa-infectada-ou-suspeita-de-infeccao-por-coronavirus-que-descumpriu-isolamento.html>. Acesso em: 05 set. 2021.

MPPR ajuíza ação contra estudante de Maringá com Covid-19 que fez exame da OAB no período em que deveria estar em isolamento social. **MPPR**, 12 mar. 2021b. Disponível em: <https://mppr.mp.br/2021/03/23446,11/MPPR-ajuiza-acao-contra-estudante-de-Maringa-com-Covid-19-que-fez-exame-da-OAB-no-periodo-em-que-deveria-estar-em-isolamento-social.html>. Acesso em: 05 set. 2021.

OBSERVATÓRIO Covid-19/Fiocruz. Disponível em: [https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/boletim\\_extraordinario\\_2021-marco-16-red-red-red.pdf](https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf), 21 mar. 2021. Acesso em: 15 maio 2021.

OLIVEIRA, Rafaella. Nova Zelândia vence o coronavírus e mostra o futuro que desejamos. **Veja**, 07 abr. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/nova-zelandia-vence-o-coronavirus-e-mostra-o-futuro-que-desejamos/>. Acesso em: 22 maio 2021.

OPAS. **Atualização epidemiológica**: variantes de SARS-CoV-2 nas Américas. 26 jan. 2021b. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53234/EpiUpdate26January2021\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53234/EpiUpdate26January2021_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 maio 2021.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 10 maio 2021.

OPAS. **Hospitalizações e mortes entre jovens por COVID-19 disparam, afirma diretora da OPAS**. 05 maio 2021a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2021-hospitalizacoes-e-mortes-entre-jovens-por-covid-19-disparam-afirma-diretora-da>. Acesso em: 11 maio 2021.

PARANÁ, Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível** 00004704420208160152/PR. Des. Carlos Mansur Arida, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1249626296/apelacao-apl-4704420208160152-santa-mariana-0000470-4420208160152-acordao>. Acesso em: 14 set. 2021.



PEDROSA, Lauricio Alves Carvalho. **Responsabilidade civil por risco de dano ao meio ambiente**. 2007. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10732>. Acesso em: 20 set. 2020.

PEREIRA, Eliane. Recusa de Bolsonaro para comprar vacinas na hora certa vai matar 90 mil brasileiros. **The Intercept**, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/04/22/recusa-de-bolsonaro-para-comprar-vacinas-na-hora-certa-vai-matar-90-mil-brasileiros/>. Acesso em: 25 maio 2021.

POLI, Fabrício Angerami. **O dano social**. 2014. (Dissertação de Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-16092016-114541/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2020.

PORTUGAL, Carlos Giovanni Pinto; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. O Princípio da Solidariedade e a Ressignificação da Responsabilidade Civil. In: POLI, Luciana Costa; FIUZA, Cesar Augusto de Castro; REZENDE, Elcio Nacur. (Orgs.). **Direito Civil: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade**. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 336-361. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2c5a6c94ba9dea2c>. Acesso em: 26 ago. 2020.

REDAÇÃO Opera Mundi. Mapa da covid-19: siga em tempo real o número de casos e mortes por covid-19 no mundo. **Opera Mundi**. São Paulo, 15 maio 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/63574/mapa-da-covid-19-siga-em-tempo-real-o-numero-de-casos-e-mortes-por-covid-19-no-mundo>. Acesso em: 28 set. 2021.

REIS, Clayton; REIS, Guilherme Alberge; NOGAROLI, Rafaella. Danos sociais na desobediência aos decretos de suspensão das atividades empresariais em razão da COVID-19. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (coord.). **Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. Edição do Kindle.

RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Recurso Cível** 71001278639/RS. Des. Eugênio Facchini Neto, 17 abr. 2007. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8013573/recurso-civel-71001278639-rs>. Acesso em: 28 ago. 2021.

RIVABEM, Fernanda Schaefer. **Telemática em saúde e sigilo profissional: a busca pelo equilíbrio entre privacidade e interesse social**. 2010. 241 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/23014/RIVABEM;jsessionid=E81A243841573B749AB70110757F40D6?sequence=1>. Acesso em: 29 ago. 2020.

RODRIGUES, Jondison. Narrativas políticas, produção de vulnerabilidades e convulsão social no Brasil e no mundo, no contexto do Novo Coronavírus. **Papers do NAEA**, v. 29, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8725>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Responsabilidade civil e solidariedade social: potencialidades de um diálogo. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello (coord.). **Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil**. v. 1. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2018. Disponível em: <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=107219>. Acesso em: 28 mar. 2020.

RUIZ, Susana. **Quem paga a conta?** Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe. Oxfam International, jul. 2020. Disponível em: [https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms\\_files\\_115321\\_15997803591595622094Nota\\_informativa\\_da\\_Oxfam\\_Quem\\_Paga\\_a\\_Conta.pdf](https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms_files_115321_15997803591595622094Nota_informativa_da_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf). Acesso em: 07 maio 2021.

SALIM, Alexandre. Direito penal em tempos de coronavírus. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (coord.). **Coronavírus e responsabilidade civil**: impactos contratuais e extracontratuais. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. Edição do Kindle.

SANCHES, Danielle. Por que a 'imunidade de rebanho' não é a solução para a covid-19?. **VivaBem**, São Paulo, 07 maio 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/05/07/por-que-a-imunidade-de-rebanho-nao-e-a-solucao-para-a-covid-19.htm>. Acesso em: 20 maio 2021.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação** 00271584120108260564/SP 0027158-41.2010.8.26.0564. Des. Teixeira Leite, 18 jul. 2013. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116992525/apelacao-apl-271584120108260564-sp-0027158-4120108260564>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SCHREIBER, Anderson. **Novas Tendências da Responsabilidade Civil Brasileira**. Disponível em: [http://www.andersonschreiber.com.br/downloads/novas\\_tendencias\\_da\\_responsabilidade\\_civil\\_brasileira.pdf](http://www.andersonschreiber.com.br/downloads/novas_tendencias_da_responsabilidade_civil_brasileira.pdf). Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, A. C.; SCHNEIDER, F. B. A.; SILVESTRE, G. F. O dano social e a destinação da sua indenização no Brasil. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, ano 3, nº 6, p. 967-994, 2017. Disponível: [http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/6/2017\\_06\\_0967\\_0994.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/6/2017_06_0967_0994.pdf). Acesso em: 26 ago. 2021.

SILVA, Jairo Rivaldo. Hobbes e a pandemia hipotética no Leviatã: entre a liberdade e a segurança. **Investigação Filosófica**, Macapá, v. 11, n. 2, p. 05-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/investigacaofilosofica/article/view/5815/pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O dano moral e sua reparação. **GEN Jurídico**, 01 set. 2016. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2016/09/01/o-dano-moral-e-sua-reparacao/>. Acesso em: 20 maio 2020.

USTÁRROZ, Daniel. Responsabilidade civil: questões atuais. In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil**: novas tendências. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2017, p. 27-34.



VINCE, Fernando Navarro; CARMO, Valter Moura do. A legitimidade do exercício de poder de polícia em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 6, n. 1, p. 124-141, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/6725/pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

VITORIO, Tamires. Índia bate recorde de mortes diárias por Covid-19. **CNN**, São Paulo, 02 maio 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/05/02/india-bate-recorde-de-mortes-diarias-por-covid-19>. Acesso em: 18 maio 2021.

VON DREHLE, David. If Trump doesn't like the coronavirus news now, he'll hate what comes next. **The Washington Post**, 10 mar. 2020. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/if-trump-doesnt-like-the-coronavirus-news-now-hell-hate-what-comes-next/2020/03/10/e478c314-62ea-11ea-acca-80c22bbee96f\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/if-trump-doesnt-like-the-coronavirus-news-now-hell-hate-what-comes-next/2020/03/10/e478c314-62ea-11ea-acca-80c22bbee96f_story.html). Acesso em: 26 ago. 2020.

WERNER, Felipe Probst. A Inobservância da Função Desmotivadora da Responsabilidade Civil como Causa da Permanente Vulnerabilidade do *Homo Oeconomicus* no Direito Brasileiro. In: DONNINI, Rogério (coord.). **Risco, dano e responsabilidade civil**. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, p. 57-76.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Transmission of SARS-CoV-2**: implications for infection prevention precautions. 09 jul. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/transmission-of-sars-cov-2-implications-for-infection-prevention-precautions>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ZANETTI, Andrea Cristina. Aspectos da Razoabilidade na Responsabilidade civil pós-moderna. In: DONNINI, Rogério (coord.). **Risco, dano e responsabilidade civil**. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, p. 33-56.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo**: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. Dissertação (Doutorado em Direito) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4574>. Acesso em: 23 ago. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

Coronavírus...	4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 25, 30, 35, 58, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102
Covid-19...	7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 58, 83, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103
Dano moral coletivo	7, 8, 10, 58, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 83, 89, 91, 92, 94, 96, 99
Dano social.....	7, 8, 10, 58, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 91, 92, 93, 96, 101, 102
Estado...	10, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 41, 44, 59, 70, 71, 77, 80, 82, 98
Estado Social.....	40, 59
Isolamento social.....	1, 2, 7, 8, 9, 10, 22, 58, 83, 84, 88, 89, 92, 97, 100
Pandemia. .	1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 35, 58, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103
Responsabilidade civil.....	1, 2, 7, 8, 9, 10, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 70, 75, 77, 78, 79, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103
Sistema jurídico.....	9, 37, 38, 40, 53, 63, 77, 85, 92

ISBN 978-658997385-0

